

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL DOUTORADO

PRISCILLA ALMALEH

HISTÓRIAS SILENCIADAS:
Existências e Resistência das Mulheres em Porto Alegre, século XIX

São Leopoldo

2022

PRISCILLA ALMALEH

HISTÓRIAS SILENCIADAS:

Existências e Resistência das Mulheres em Porto Alegre, século XIX

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Rio dos Sinos, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em História
Área de concentração: Estudos Históricos Latino Americanos.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira

São Leopoldo

2022

PRISCILLA ALMALEH

HISTÓRIAS SILENCIADAS:

Existências e Resistência das Mulheres em Porto Alegre, século XIX

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Rio dos Sinos, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História
Área de concentração: Estudos Históricos Latino Americanos.

Aprovado em (dia) de outubro de 2022

BANCA EXAMINADORA

Marina Vieira de Carvalho – Universidade Federal do Acre (UFAC)

Nikelen Witter – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Miriam Steffen Vieira – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Maíra Ines Vendrame – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Paulo Roberto Staudt Moreira – Orientador - Universidade do Vale do Rio dos Sinos
(UNISINOS)

A445h Almaleh, Priscilla.
Histórias silenciadas : existências e resistências das
mulheres em Porto Alegre, século XIX / Priscilla Almaleh. –
2022.
156 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos
Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2023.
"Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira."

1. Feminismo. 2. História das mulheres. 3. Patriarcado. 4.
Violência de gênero. I. Título.

CDU 93/98

(Bibliotecária: Silvana Dornelles Studzinski – CRB 10/2524)

AGRADECIMENTO

Todo o meu agradecimento a minha mãe, uma mulher que sempre lutou pelo meu estudo. Graças a ela, quebramos o ciclo de nossa família. Para sempre em minha memória.

“Se calarmos, o sinal é de que está tudo certo, que está liberado agredir mulheres. Se enfrentamos e punimos, o recado é que a sociedade não pactua com isso, que a violência contra as mulheres não faz parte do que é aceitável”. (D’AVILA, Manuela; 2021, p. 14).

RESUMO

Essa tese objetiva dar visibilidade na trajetória de luta e resistência das mulheres contra o patriarcado na História de Porto Alegre através da análise de contexto sobre Porto Alegre no final do século XIX. Busco entender e dar visibilidade sobre as origens da luta feminista e as conseqüências do sistema de dominação masculina contra as mulheres. Orientada por uma História Feminista analiso três processos criminais do final do século XIX e percebo que mulheres lutaram pelo posicionamento de suas narrativas, construindo uma base que hoje orienta os direitos das mulheres. Através dessas três experiências consigo entender como a Justiça, orientado por um pensamento de mundo cisgênero-hétero moderno/colonial foi um mecanismo do patriarcado, dando aval ao silenciamento das mulheres que a procuravam e não responsabilizando os homens pelas violências cometidas. Defloramento, abandono, estupro, pedofilia e gravidez indesejada são algumas das violências de gênero que percorrem as experiências analisadas. Localizo também os homens, contextualizando suas práticas dentro do patriarcado, uma trama construída através de práticas ideológicas e institucionalizada no final do século XIX. Evidencio que através da imposição da dicotomia entre mulher privada e pública institucionalizada no final do século XIX e da família hétero-cisgênero moderna/colonial e monogâmica, o sistema abre brechas para que os homens usufruam do corpo, do trabalho, do tempo, do afeto e da reprodução das mulheres.

Palavras-chave:

História das Mulheres – Feminismo – Patriarcado – Violência de gênero.

ABSTRACT

This thesis aims to give visibility to the trajectory of struggle and resistance of women against patriarchy in History, seeking to understand its origins and consequences of the male domination system against women. Guided by a Feminist History, I analyze three criminal cases from the end of the 19th century in the city of Porto Alegre, Rio Grande do Sul, and I realize that women sought to position their narratives, building a basis for the struggle for women's rights. Through these experiences I can understand how Justice, guided by a modern/colonial cisgender-straight world thought, was a mechanism of patriarchy, giving approval to the silencing of women and not blaming men for the violence committed. Deflowering, abandonment, rape, pedophilia and unwanted pregnancy are some of the gender violence that run through the analyzed experiences. I also locate men, contextualizing their practices within the patriarchy, a plot built through ideological practices and institutionalized by men in the late 19th century. I show that through the imposition of the dichotomy between private and public women, institutionalized at the end of the 19th century, from the modern/colonial and monogamous hetero-cisgender family, the system opens gaps for men to enjoy the body, work, time, affection and reproduction of women.

Keywords:

History of Women – Feminism – Patriarchy – Gender violence.

SUMÁRIO

1 HISTÓRIAS DE LUTAS E DORES.....	8
2 HISTÓRIA DAS MULHERES, EXPERIÊNCIAS DE MUNDO	29
2.1 A criação da América & Feminismo Decolonial.....	45
3 UMA CIDADE VIVA: PORTO ALEGRE NO FINAL DO SÉCULO XIX	57
4 A AÇÃO DO PATRIARCADO NO DEFLORAMENTO DE ALBERTINA FIEL KRAEMER	64
Conclusão	86
5 A EXPERIÊNCIA DA GRAVIDEZ INDESEJADA E DO ABORTO DE EUFRASINA PIRES	87
5.1 Mandatos de masculinidade através de Affonso Cassi.....	89
5.2 Violências silenciosas: interseccionalidade através da gravidez indesejada e do aborto	99
Conclusão	113
6 ESTRUTURAS DE PODER, ESTUPRO E PEDOFILIA NO CASO DE CLEMENTINA SIMIONNATO.....	114
6.1 Corpo para o consumo	135
Conclusão	142
CONCLUSÃO.....	145
REFERÊNCIAS.....	148

1 HISTÓRIAS DE LUTAS E DORES

Essa tese é uma denúncia sobre a violação histórica cometida contra mulheres. Aqui, trago experiências de três mulheres que utilizaram a polícia e a Justiça como ferramenta de conflitos e reivindicações de direitos no Brasil, no final do século XIX. Através de um olhar sensibilizado e crítico reconstruo violências históricas contra as mulheres na cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul dando novos sentidos a história da cidade. O final do século XIX é reconhecido como um período conturbado, devido à troca de regime político, marcado principalmente pelas estruturas de racialização e costumes republicanos que reivindicavam a ciência e a família através de uma ideologia positivista, europeia e civilizatória. Para isso, precisavam ordenar e sanear a cidade e sua população. Reprodutores de certo ideal de família, cientistas, juristas, médicos e políticos rio-grandenses, homens que se encontravam em espaços de poder, exerciam mandatos de masculinidade, definiam as leis e instituíram controles sociais normalizando padrões de violências contra as mulheres.

Pode-se afirmar que esse foi um modelo social criado por homens cisgêneros e brancos para dar conta e explicar o patriarcado, fortalecendo a sua manutenção através de narrativas próprias e sem a participação das mulheres. A moralidade, a virgindade e os ideais sobre o que era ser mulher foram orientados pela ciência e utilizados como ferramentas do patriarcado. Difundido de forma ampla essas prerrogativas sobre a vida e corpo das mulheres foi utilizado pelas próprias para dar conta da reivindicação de seus direitos. Insatisfeitas com as relações sociais, cidadãs porto-alegrenses buscavam a mediação de seus conflitos nas próprias ferramentas do Estado. O acolhimento das demandas nem sempre era efetivado, muitas registraram suas histórias, mas não receberam atenção para prosseguir com o andamento dos seus casos, configurando uma clara violência sobre suas narrativas. E não só. Foi um silenciamento sobre as mulheres que afetou o decorrer da História.

Para escrever essa tese selecionei três crimes sexuais que ocorreram contra mulheres, de defloração e atentado ao pudor. A partir desses crimes, faço uma análise de contexto sobre Porto Alegre, o final do século XIX e o sistema hétero-cisgênero moderno/colonial. Através dessas análises resgato experiências de mulheres do passado que utilizavam a Justiça como mediadora de conflitos e que vivenciaram violências de gênero pelo judiciário. Meu desafio nessa tese foi analisar essas histórias e complexificar o debate sobre violências de gênero como ação histórica e ideológica. Na minha base estão a História Social e as Teorias Feministas, como também, as sequelas e as consequências sociais dessas violências.

Meu objetivo inicial era resgatar histórias de resistências no sentido de positivar a História das Mulheres, mas confesso que foi muito difícil extrair resistência em contextos de violências. Eu precisava ser honesta comigo e com a fonte. Comecei essa tese entendendo as mulheres como vítimas nos processos criminais e terminei com outra visão: elas recorriam à Justiça e a polícia na busca de seus direitos. Elas foram algumas das mulheres que desafiaram as leis dos homens para denunciar crimes sexuais. Embora fossem criminalizados, na prática os crimes sexuais estavam marcados por uma hierarquia de gênero que favorecia os homens. Mas como resgatar a resistência em um contexto de: estupro, pedofilia, aborto e, na melhor das hipóteses, enganação? Através da localização dessas mulheres nos processos criminais, como fonte de análise.

Ao inserir a mulher no centro da análise faço uma releitura de processos que envolveram resistências. Também é uma forma de potencializar e denunciar comportamentos e atitudes de violência contra as mulheres e grupos que foram marginalizados. A História é um dispositivo de saber, poder e subjetividade, mas ainda naturaliza o silêncio sobre a História das Mulheres. Assim, essa tese é sim uma política de intervenção social. Respeito às dores das experiências registradas aqui, elas não merecem ter sido em vão. Resgato experiências para desnaturalizar violações que ainda são frágeis para nós mulheres, como as violências que perpassam as páginas dos documentos judiciais e dessa tese. Espero que o conhecimento sobre essas histórias de vida faça você, pessoa leitora, repensar a forma como vê o mundo.

Essa tese se constrói na politização dessas mulheres, percebendo-as como pessoas que lutavam por seus direitos em uma sociedade que não entendia as mulheres como merecedoras de tal. Mulheres que denunciaram crimes sexuais, mães e filhas defloradas foram pessoas de luta e merecem esse reconhecimento. Jovens assediadas em espaços que deveriam ser de proteção. Mulheres estigmatizadas por se envolverem com homens.

A escrita foi construída em um momento histórico de incertezas e inseguranças. As conquistas femininas, negras, comunitárias e LGBTQIAP+ são ameaçadas na política, com a ascensão de um presidente que simboliza a figura do líder patriarcal: sexista, escravista, colonial e capitalista. Sua ascensão parte de um golpe articulado com outros políticos e grandes empresários neoliberais culminando em 2016 no *impeachment* da primeira mulher presidenta do Brasil, Dilma Rouseff. As ciências humanas são ameaçadas pelos cortes de verbas, de reajuste nas bolsas de fomento e incentivo à ciência. A educação e a sociedade perdem com o congelamento de gastos em saúde e educação¹. Vivemos uma recente crise sanitária mundial

¹ A Proposta de Emenda Constitucional - PEC 241, congelou as despesas do Governo Federal, com cifras corrigidas pela inflação, por até 20 anos. Ver mais em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/deputados->

causada pela pandemia do Covid-19, que gerou inúmeras aflições, as quais ainda não sabemos mensurar.

Um pouco antes da defesa desta tese o Programa de Pós-Graduação em História que me hospedou desde a graduação foi *descontinuado* e assim também foram os de Comunicação, Arquitetura, Biologia, Ciências Contábeis, Ciências Sociais, Economia, Enfermagem, Engenharia Mecânica, Geologia, Linguística Aplicada e Psicologia. Tais fechamentos foram feitos com a justificativa que os cursos mais bem avaliados tendem a serem os que mais oneram as instituições privadas, na medida em que possuem mais bolsistas vinculados: “Trata-se de uma política que é positiva no contexto das universidades públicas, mas que onera as universidades privadas, pois o valor repassado pelo Governo Federal para cada bolsista cobre, no máximo, 30% da mensalidade”². A Universidade se alinha, assim, a outra lógica ideológica e a ciência é comprometida. O conhecimento científico é comprometido. Vivencio o mundo acadêmico se fechando e se voltando para aqueles que têm o domínio da ciência e do poder, pessoas de privilégios. Vivo o que Boaventura Santos chama de *fascismo da insegurança*:

[...] grupos sociais vulnerabilizados pela precariedade do trabalho, que manifestam elevados níveis de ansiedade e insegurança quanto ao presente e ao futuro, de modo a fazer baixar o horizonte de expectativas e a criar a disponibilidade para suportar grandes encargos, de modo a obter reduções mínimas dos riscos e da insegurança (SANTOS; Boaventura, 1999, p. 54-55).

Escrevo em um momento que a História é uma área que resiste e luta por espaço e reconhecimento. Nesse sentido, é interessante demarcar essa tese como uma ação política de resistência já que a sua construção se atrela a minha experiência e militância feminista, em um momento em que a ciência, a educação, o meio ambiente e as diversidades, são atacadas. É preciso destacar que ser mulher e estudar mulheres no período bolsonarista, também é um ato de luta. Luta por [re]conhecimento da nossa história. Pensar Teorias Feministas é trabalhar subjetividades, contextos, estruturas e localidades, nesse sentido, o texto que segue será interpelado de fatos construídos teoricamente dentro das minhas subjetividades. Não sou uma narradora isenta e não pretendo ser uma cientista objetiva, pelo contrário, as dores que apresento aqui também mexem comigo, pois foram elas que me formaram. Vivo com suas sequelas.

Quando cito mulheres, não me esqueço das diferenças que nos constituem. Em vários momentos utilizo o termo no coletivo, mas atendendo as complexidades e busco olhar cada

[congelam-verba-da-saude-e-educacao-por-20-anos/;](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html)

https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html. Acesso em 01 de agosto de 2022.

² Disponível em <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/unisinos-fecha-ppg-mas-ganha-bolsas-capes/>. Acessado em 01 de agosto de 2018.

mulher de maneira interseccional. Mulheres em suas diversas relações. Nossas ancestrais foram mulheres múltiplas que marcaram o judiciário com suas experiências e a cidade de Porto Alegre com suas presenças, mostrando perspectivas e nos ensinando que a luta é contínua. Foi a partir do ventre feminino que o mundo começou e é a partir do resgate e da libertação dessas vidas silenciadas que esse trabalho tem propósito, já que as mulheres formaram essa sociedade, reproduziram, criaram, cuidaram e educaram crianças, lavaram, cozinham, limpam para doentes, maridos, pais e patrões. Fizeram infinitamente mais coisas.

Acho importante esclarecer que essa pesquisa tem uma intenção, que não só esbarra nos muros acadêmicos, mas os ultrapassa. Por muitas vezes me questionei como fui parar na área da História, comecei a traçar algumas conexões, mas com linhas sempre questionáveis. Posso afirmar que me interessei sobre a vida das mulheres lá em 2015, no meu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado - “*Pobres Mulheres ou Mulheres Pobres? A condição de vida feminina no século XIX a partir da Santa Casa de Misericórdia (1889 - 1895)*”, o qual me fez mergulhar no oceano que é a História das Mulheres, nas profundezas das experiências atreladas ao gênero. Nesse texto começo a pensar mulheres e suas condições de vida no século XIX, através de fontes de teor e potencialidade quantitativa e de maneira interseccional, pensando conceitos como: trabalho, geração, raça, classe social, doença e condições de moradia. Tímida nas análises, comecei a entender o contexto através dos grupos de Pesquisa com o Professor Paulo Moreira, meu orientador desde 2013 e através do projeto financiado pelo CNPq “*Curadores de Feitiços, Adivinhações, Mandingas: Saúde e Doença na formação social escravista meridional (Porto Alegre/ século XIX)*”. Pensando através da criação do racismo científico aprendemos sobre o contexto de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul por meio das lentes da História Social, da História da Escravidão e do pós-emancipação.

No Mestrado, em 2018, defendi a dissertação - “*Ser Mulher: Cotidianos, Representações e Interseccionalidades da Mulher Popular (Porto Alegre 1889 – 1900)*”, momento em que também fui mãe do Théo e da Analua, amores da minha vida que nasceram uma semana depois da minha qualificação e eu acho isso um ato de bravura. Fato bem representativo, pois a continuação dos estudos atrelados à maternidade foram momentos de intensa luta e resistência, visto que a ciência ainda não é um espaço para as mães e a maternidade ainda é isoladora. Agradeço ao incentivo do meu orientador e do Programa de Pós-graduação em História da Unisinos que sempre observaram com sensibilidade essa luta e a minha amiga Marluce Fagundes que leu atentamente esse trabalho e foi uma grande parceira nesses últimos quatro (4) anos.

Acho muito importante pontuar a solidão materna, a falta de diálogo social sobre os desafios que a maternidade impõe. Me vi grávida, meus hormônios mudando, a barriga crescendo, uma gravidez de risco, muitas dúvidas e nenhuma certeza. Será que eu conseguiria reconstituir a minha vida? Na minha trajetória, a maternidade é uma experiência relacionada a um mundo de solidão de mulheres que se doam para seus filhos. Mães que abdicam de suas próprias vidas e sonhos para educar. As referências não são de uma maternidade saudável e compartilhada. A paternidade é marcada pela ausência.

Apesar de ir à contramão de todas as pessoas que falavam para eu largar os estudos, pausar e centralizar a energia na minha família, eu continuei. Finalizo. Não foi fácil, é muito dolorido lidar com violências. Acordar e dormir pensando em como explicar fenômenos que ainda fazem parte do dia a dia de milhares de mulheres. Será que a minha maternidade era egoísta? Atravessei um mar de representações sobre meu próprio corpo. Isso não deveria ser assim, aliás, eu deveria gostar do que estava acontecendo comigo? Eu tive escolha sobre o que estava acontecendo com a minha vida e meu corpo? Momentos de grandes transformações, duas responsabilidades a mais no mundo. Em 2018 fui chamada para compor a roda de conversa “Debates sobre gênero na Universidade” (2018) em que pontuei a experiência de ser historiadora e mãe e pude voltar para a universidade como palestrante.

A maternidade pode ser algo muito cruel com e para uma mulher, eu sabia sobre estereótipos femininos, mas viver a maternidade me fez imergir no mar de outras normas. Analua e Théo fizeram eu me aprofundar em uma descoberta interna, afinal, eu já não era a mesma. “*Um corpo marcado: ancestralidade e reflexões sobre sexualidade de uma mulher (mãe) cientista*”, capítulo que escrevi para o livro “*Maternidades Plurais: os diferentes relatos, aventuras e oceanos das mães cientistas na pandemia*” (2020). Nesse texto compilei minhas subjetividades, voltei na minha história, fui atrás da minha ancestralidade. A partir dessa escrita, também comecei a entender o papel da História das Mulheres na minha própria vida. Qual foi a trajetória das minhas ancestrais? Como cheguei aqui? Essas perguntas estão longe de serem respondidas. Sinalizo que comecei a perceber a importância da História na vida das mulheres, uma história vista e produzida pela nossa perspectiva. Como poderemos nos desvencilhar do patriarcado se desconhecemos isso?

Em meio a muitas *doses de feminismo* e mergulhos dentro das minhas próprias angústias, me reconstruo e me potencializo por Analua e pelo Théo. Eles nasceram no meio do meu mestrado, no meio dos meus livros, artigos e resumos e isso me dá muito orgulho, pois eles vão poder construir outras narrativas, graças a minha percepção sobre maternidade.

O maternar, enquanto construção histórica-social determina rumos individuais e coletivos, pressupõe características identitárias, binárias e cria uma carga negativa nos corpos das mulheres quando nega o direito de escolha sobre suas próprias vidas, afasta dos espaços de poder, educação e trabalho, e restringe as responsabilidades apenas para a figura da mãe. Assim, a maternidade é uma categoria de análise importantíssima nos campos de estudos de gênero, interseccionais e descoloniais, mas também para todos as/os pesquisadores que trabalham com pessoas, já que a maternidade influencia a vida de homens e mulheres, de diferentes formas (ALMALEH, Priscilla; OLIVEIRA, Daniela, 2021, p. 197).

Em 2021 também, escrevi o capítulo de livro com a doutora em história e mãe, Daniela Oliveira, “*No centro: corpo e maternidade*”. Pensando a maternidade como uma categoria de análise é possível perceber as opressões embutidas nos discursos sobre o maternar. As mulheres, no melhor dos casos, esperam anos para tentar dar continuidade plena nas suas vidas profissionais, intelectuais, ou ainda, em suas vidas pessoais, sonhos, desejos e conquistas. Criança requer atenção, cuidado, afeto. Através da maternidade é possível entender a ancestralidade, que nada mais é do que narrativas de lutas carregadas de afeto.

Afeto foi o que as mães carregavam por suas filhas ao denunciar crimes sexuais que aqui vou analisar. Identifiquei que as mães foram as primeiras a denunciar e cobrar da polícia e da Justiça uma mediação e uma responsabilização nos conflitos sexuais cometidos contra suas filhas menores de idade, no final do século XIX. Apesar de o pai ser a figura central da proteção da família na concepção moderna, são as mães que subvertem, resistem e constituem a principal rede de solidariedade de suas filhas, que se veem defloradas. Enganadas e mercê da condenação social³.

Afirmo que a maternidade funciona como um dispositivo e, como tal, ‘em determinado momento, teve como função principal responder a uma urgência’ (Foucault, 2000, p. 244); seu despontar por motivos políticos, econômicos, filosóficos e sociais, ‘teve uma função estratégica dominante’ (MARCELLO, Fabiana; 2009, p. 229).

Enquanto dispositivo a maternidade impõe, mas como chave de desconstrução, pode ser relacionada a novos modos de ver a vida, do cuidado e do afeto, mas não sem antes nos despirmos do pré-conceito. Ao ingressar ao Doutorado, em 2018, senti a necessidade de debater mais sobre os estudos feministas e de gênero, com a intenção de promover o diálogo entre as estudantes da pós-graduação com a graduação. Nesse período criamos (eu, Marina Camilo Haack/USP, Bruna Letícia dos Santos/Unisinos e Giane Caroline Flores/Unisinos, atualmente

³ Entendo que a condenação social se dava pela exclusão da sociedade com as mulheres que eram vítimas de violências sexuais. Culpabilizadas pelo olhar moralizador de seus contemporâneos, essas mulheres tinham dificuldade de inserção e bem-estar social.

todas as doutorandas em História) o NEFIG (Núcleo de Estudos Feministas, Interseccionais e de Gênero). Desde a sua criação, o NEFIG tentou aproximar debates, leituras e temas sensíveis para a comunidade acadêmica. Nesse mesmo período assumi a Coordenação do GT Estudos de Gênero da ANPUH-RS com as amigas Dra. Daniela Garces de Oliveira/PUC-RS e a doutoranda Marluce Dias Fagundes/Unisinos, o que me proporcionou um rico conhecimento e o contato com muitas pessoas enriquecedoras como o Grupo de Estudos Gênero e História IFCH/UFGRS coordenado pela professora Dra. Natalia Pietra Mendéz que participei em 2019, tendo que romper em 2020 por causa da pandemia da COVID-19, somado a sobrecarga de trabalho que ela gerou. Com a pandemia, todas as experiências mudaram, com ela veio uma separação e uma nova etapa de vida, ainda em desenvolvimento. Apesar de um momento bem difícil comecei a compreender como os mecanismos do patriarcado são *teias finas* e sabotadoras, perpassando os mais singelos pensamentos até as duras práticas. A realidade financeira de uma bolsista e mãe não correspondem ao nível de trabalho exercido e comecei a entender o outro lado do feminismo, o emancipacionista. Através da União Brasileira de Mulheres (UBM) conheci mulheres que lutam por outras mulheres, em associações, na política partidária, docência e, também, em outros saberes da ciência, através de redes de formações políticas emancipacionistas.

O movimento nasce quando mulheres se movimentam em coletivos para pensar suas insatisfações sociais – e violências materiais e simbólicas -, provocadas pela forma desigual de como o poder entre homens e mulheres está organizado, desde as relações macrossociais, como, por exemplo, as garantias e acesso a direitos, ou representação política, até às relações interpessoais, como é possível observar nos relacionamentos amorosos, relações familiares e de trabalho, pois gênero é uma categoria que organiza todos os espaços e relações, incluindo os nossos corpos e o nosso pensamento⁴ (NEFIG; RESISTENEM, 2020, p. 9).

Destaco que escrevo essas páginas a partir da ancestralidade, da conexão com nossas diferentes histórias e experiências já que “pensar as nossas ancestrais é pensar em mulheres que fizeram parte da nossa essência. É reviver como elas lidavam com as situações, filtrar e ressignificar” (ALMALEH, Priscilla; 2020, p. 647). Provavelmente as histórias de dor e resistência das mulheres que percorrem essas páginas se entrelaçam com as histórias das mulheres da sua família. Caso você seja homem e tenha sido privilegiado pelo sistema social, provavelmente essas mulheres cuidaram da sua família.

⁴ NEFIG, Núcleo de Estudos Feministas, Interseccionais e de Gênero; RESISTENEM. Cartilha sobre masculinidades e machismos, 2020.

Para pensar esse conceito também foi importante mergulhar na filosofia africana, nos valores e nos saberes das mulheres negras e dos povos originários, que foram apagados ou embranquecidos ao longo da história a partir do epistemicídio.⁵ Assim, a negação da história ancestral foi uma técnica colonial necessária para afastar e desconectar pessoas negras de suas raízes afetivas e religiosas, produzida e mantida para enfraquecer e explorar. Uma agressão física, uma crueldade cognitiva. Também, uma forma de controle, através da imposição e da legitimação de saberes colocados como únicos. Pensar nas nossas ancestrais é reconstituir histórias negadas pela colonização dos saberes. De acordo com Marcelo José Moraes, “a ideia de ancestralidade traz em sua estrutura duas potências: algo que permite que ela sempre retorne e se repita ao longo do tempo, e a possibilidade de sempre se fazer presente” (MORAES, 2019, p. 1); com a ideia de repetição, a ancestralidade carrega ciclos de heranças do passado, que nunca se finalizam e repetem no futuro, através, principalmente, da oralidade, passadas de geração a geração (BÃ, 2010, p. 167-212; MAGALHÃES, 2016). Acredito que as histórias selecionadas dessas três mulheres partem de uma resistência coletiva de mulheres no passado, de uma prática feminista de resistência.

A resistência é uma prática ancestral das mulheres. Pelas mães são repassados alguns ensinamentos que podem ser entendidos como uma prática decolonial, assim como a própria tarefa de cuidar, que pode ser uma ferramenta de afeto e mudança social. A historiadora Karine Teixeira Damasceno (2019) reconstituiu a experiência das mulheres negras escravizadas, libertas e livres enquanto lutavam pela liberdade legal para si mesmas, para suas filhas e filhos, para outras pessoas da família e demais integrantes da comunidade negra, em Feira de Santana/BA, entre 1871 e 1888. Um dos eixos norteadores para entender as experiências dessas mulheres foi a cultura do cuidado, enquanto imposição, mas também como potência na luta por emancipação, visto que:

As mulheres foram as principais protagonistas do desafio de manter a família unida. O interesse em manter os laços familiares além de razões de ordem afetivas, também poderia ser visto como parte da estratégia para o sucesso de projetos de liberdade. O esforço coletivo dos membros da família poderia ajudar para a poupança e, ao mesmo tempo, potencializar o esforço para acumular o pecúlio que poderia ser usado para libertar seus membros, por isso mesmo, o desejo e o empenho para não se afastar dos seus era tendência comum entre os escravizados de ambos os sexos (DAMASCENO, Karine; 2019, p. 51).

⁵ Para a filósofa Sueli Carneiro o *epistemicídio*: “constituiu e se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento (CARNEIRO, Sueli; 2005, p. 96).

Contudo, dentro de uma ótica que leva em consideração o sistema ideológico vigente, o cuidado deve ser visto como uma das ferramentas de opressão contra mulheres. Ao impor um cuidado que nega a própria existência o patriarcado exerce uma violência ideológica sobre as mulheres. Entendido pelo viés do trabalho, como assume a socióloga feminista Danièle Kergoat (2016, p.16) o cuidado é correspondente a um conjunto de atividades materiais e de relações que oferecem uma resposta à necessidade dos outros, como uma relação de serviço que se relaciona à vida e ao bem-estar de alguém. Além do mais, as tarefas que envolvem o cuidar são historicamente mal remuneradas quando assumidas por mulheres.

Assim, percorro a minha análise investigações sobre violência de gênero. Acredito que pensar as violências sobre a ótica de gênero complexifica a análise, pois compreende que as relações sociais se baseiam em uma estrutura de violência. Nesse sentido, as relações de gênero dão sentido e base para as violências. Muito mais que domésticas, sexuais e políticas, as violências são ferramentas ideológicas que são assumidas por pessoas que não questionam a ordem vigente. São violências que começam na mente e no modo de entendimento sobre o mundo, que negam a liberdade de escolha das mulheres, limita a possibilidades de ascensão e “amputa” o desenvolvimento e uso do poder (SAFFIOTI, Heleieth, 2015, p. 37). É uma violação dos direitos humanos, da dignidade e integridade da pessoa. No caso das mulheres, a violência é construída historicamente e está na base de funcionamento do patriarcado.

As violências ferem e, continuam ferindo, fisicamente, emocionalmente, financeiramente, simbolicamente, politicamente e educacionalmente as mulheres. As violências interferem no que nós entendemos sobre o que é ser mulher, na relação com o nosso corpo e com nossa própria história. Entendendo as violências enquanto ferramenta do patriarcado percebo que o impacto se dá de forma coletiva e interseccional a vida de todos, tendendo a ser positiva para os homens e negativa para as mulheres. De forma muito singular sentimos as consequências coletivas das violências de gênero.

Cresci escutando narrativas, nada convencionais de lutas de mulheres, avisos, conselhos e alertas. Minha mãe, sempre reivindicou a sua história através da oralidade e assim outras mulheres da família. Construí-me em meio a uma família chefiada por mulheres pobres, que lutavam por sobrevivência e que não possuíam o auxílio de homens. Minha avó foi uma das vítimas do patriarcado, foi violentada muito jovem. Na tenra idade já era percebida como um corpo desviado/desviante, assim seu poder de ação foi mediado por um discurso que relaciona mulheres que já tiveram relações sexuais, como de uso coletivo dos homens: a prostituição.

Muitos foram os espaços negados para as mulheres, os empregos proibidos e as relações cortadas, mas as mulheres pobres sempre arranjaram meios de subsistência. Pensando na formação histórico-cultural da sociedade brasileira, em que os discursos de gênero sobre o feminino se concentravam na família burguesa e na esfera doméstica, as mulheres que não se enquadravam nessa classe ou que não encontravam sobrevivência na esfera doméstica, acabavam não tendo muitas alternativas, recaindo nas artimanhas das estruturas opressoras masculinas e nos espaços que foram colocados para as mulheres, como o serviço doméstico e a prostituição (ALMALEH, Priscilla; 2021, p.44).

A prostituição no debate historiográfico e das ciências sociais é um campo consolidado e em crescimento, mas o que as pesquisadoras esquecem de refletir é sobre as consequências do estigma da prostituição na vida de mulheres. Para entender sobre esse estigma da prostituição é preciso compreender sobre experiências, ciclos de opressões que percorrem o corpo das mulheres prostitutas e de toda a sua família. O estigma faz parte da minha ancestralidade, ele se deu através da dificuldade de inserção da minha vó e das gerações futuras na vida social e no mundo do trabalho. O peso do preconceito e das portas fechadas são consequências muito doloridas para as mulheres que lutam/ram através de arranjos sociais para sobreviver. Minha ancestralidade foi direcionada para histórias de violências que cercearam a vida da minha avó materna através de narrativas de solidão, pobreza, dificuldade, violência, abandono e estupro. Uma espiral de violências que atingiu a vida e a maternidade de todas as mulheres da família. Importante para toda essa análise é que minha família é formada por pessoas brancas, mas as experiências com a ancestralidade se dão no curandeirismo, nas benzeduras, nas práticas de umbanda, jogos de cartas e no espiritismo. Minha avó achou na religião uma forma de acolhimento para amenizar seus sofrimentos através dessas práticas. Em momentos de aperto na minha casa as orações eram direcionadas para a Vovó Benedita, escravizada que protegia seus afilhados. Minha mãe se dizia protegida.

Mas essas histórias tristes sempre foram transformadas em luta mesmo que em vida as pessoas da minha família não entendiam o peso da história da minha avó, que morreu carregando o estigma da prostituição e da loucura, tão caro a História das Mulheres. A prostituição é uma estratégia de poder utilizada por homens, em maioria brancos, para usufruir da vida e do corpo das mulheres, um mecanismo patriarcal de manutenção do poder. Assim, é preciso decolonizar epistemologias para dar espaço para novas comunicações que partem de um intercâmbio de experiências e de significações que resistiram bravamente a colonização.

Na filosofia negro-africana, a ancestralidade é eixo do entendimento da nossa existência. É tudo aquilo que nos proporciona a vivência do nosso presente (sasa, em wahili) e nosso futuro (lóbi, em Lingala), tendo aqueles que pertencem ao passado (zamani, em swahili), os que nos antecederam,

divindades, orixás e antepassados como ponto de leitura das duas primeiras dimensões da existência (MALOMALO, Bas'illele, 2010)⁶.

Apesar do conceito de ancestralidade não ser nomeado na tese da historiadora Karine Damasceno (2019) esse conceito percorreu as lutas das mulheres que buscaram liberdade e com muitas artimanhas demonstravam afeto e resistência através de suas experiências, transcendendo ancestralidade. Penso a ancestralidade como uma formação de experiências positivas e negativas que nos formaram enquanto pessoas e sociedade, como também um tipo de ética a ser seguida. Enquanto experiência tomo a perspectiva de mulheres pobres ou sem proteção masculina, vítimas do patriarcado que tiveram suas práticas e resistências silenciadas, mal interpretadas ou julgadas. Eticamente, reconheço a potência dessas mulheres ao fazer o resgate histórico em seus nomes. Pensar a partir de nossas ancestrais é trazer para a História mulheres que fazem parte da nossa essência, da nossa formação através das suas experiências. Dentro desta perspectiva homens e mulheres vivem a luta e a (re)existência dentro de si, já que a filosofia ética ubuntu se repete a partir da ancestralidade, reconhecendo “os que já foram, os nossos ancestrais, que, ainda presentes, seguiram para o futuro. No entanto, é preciso reconhecer, também, os que ainda estão por vir, que ainda vão nascer, em um sentido de responsabilidade” (MORAES, Marcelo; 2019, p. 4). Nada mais justo, então, que meu olhar seja revestido de afeto e carinho, respeitando o que elas fizeram por nós.

As documentações utilizadas para entender as experiências das mulheres foram os processos judiciais que envolvem crimes sexuais. Esses documentos são rastros históricos, feitos por indivíduos representantes do poder judicial, homens que registravam as histórias, denúncias e as experiências da população que se enquadravam dentro de um Código Criminal. Esses homens expunham as suas percepções a partir de suas próprias visões de mundo, por suas próprias simbologias e experiências. Contudo, eles tinham o poder e as ferramentas de dominação em suas mãos (ESTEVES, Martha, 1989; CORRÊA, Mariza, 1983). A fonte faz parte da ferramenta republicana na tomada de decisões a partir de métodos e critérios formados pelos seus pares – outros homens privilegiados. Nesse sentido, a justiça e a polícia são mecanismos de controle e reprodução do patriarcado.

Por outro viés, os processos criminais também podem ser pensados como fonte de existência “uma janela de acesso a contextos e vivências diferentes” (SANTOS, Bruna; 2020, p. 71) para a História das Mulheres, como um recurso utilizado para mostrar outra narrativa, que não somente a masculina. Ao denunciar crimes sexuais, essas histórias geraram documentos

⁶ Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/34586-eu-so-existo-porque-nos-existimos-a-etica-ubuntu-entrevista-especial-com-basilele-malomalo> acesso em 13 de outubro de 2020.

que resistiram ao tempo e são fundamentais para o entendimento da sociedade. Vivemos um período de resistência aos direitos já conquistados.

A historiadora Karina Damasceno utilizou as fontes judiciais para entender os processos de liberdade e percebe que a justiça foi “fundamental para fazer a instituição da escravidão avançar rumo ao processo de agonia que resultou na abolição” (DAMASCENO, (2019, p. 20). As mulheres utilizavam dessa ferramenta na luta de libertação, construindo um campo de forças contra o patriarcado. Dando visibilidade aos crimes sexuais, as mulheres que denunciavam mostravam insatisfação e entendimentos próprios sobre seus corpos e direitos. As mães tiveram um papel muito grande na denúncia e pedido de direitos e proteção para suas filhas, enquanto cidadãs.

Os sociólogos Marcos Alvarez, Fernando Salla e Luís António Souza apontam que “sem dúvida, [...] foram lançadas as bases para o exercício, mesmo que limitado, da cidadania. No âmbito da legislação penal, foram suprimidas as penas que atingiam diretamente os escravos e foi instaurada a universalidade da lei penal” (ALVAREZ; SALLA; SOUZA, 2003, p. 5). Universalidade pensada para apenas alguns homens, o Código Criminal de 1890 foi instrumento de controle e crime. Na época sofreu críticas por médicos, bacharéis e juristas que o consideravam ineficaz pelos inspirados na criminologia. Esses fomentavam concepções restritivas ao exercício dos direitos dos cidadãos chamadas de “positivistas”, que seriam instrumentalizadas pelas elites interessadas em implantar e justificar mecanismos de repressão e cerceamento dos indivíduos na participação política. A disseminação das ideias da criminologia acabou influenciando a concepção de exercício da cidadania, bem como o funcionamento de instituições como a polícia, as prisões e os manicômios. Sobre o Código, a sua criação e o seu uso, os autores apontam que:

As pesquisas que enfatizam o Código de 1890 enquanto instrumento de construção de uma ideologia burguesa do trabalho, detém-se principalmente nos dispositivos situados no Livro III, acerca das contravenções penais, referentes aos mendigos, ébrios, vadios e capoeiras. Estes artigos mostram, sem dúvida, a intenção da autoridade republicana de inibir a ociosidade e obrigar as classes populares ao trabalho. Mas as funções que o Código deveria desempenhar ultrapassam a simples imposição do trabalho livre, pois se esperava que a nova legislação consolidasse os valores políticos e sociais do novo regime e ainda respondesse às novas necessidades de controle social colocadas pelas transformações da sociedade. Neste sentido, segmentos da elite jurídica rapidamente perceberam que o Código Penal da República era apenas um ponto de partida, ainda excessivamente tímido, frente às urgências colocadas pela construção da nova ordem política e social republicana (ALVAREZ; SALLA; SOUZA, 2003, p. 5).

A antropóloga argentina Rita Segato (2010), ao examinar a inter-relação entre colonialidade e patriarcado na luta pelas autonomias faz uma ótima relação sobre direitos, autonomia e Estado. A partir das incursões e participações no feminismo e na luta indígena, compreende como as relações de gênero se viram modificadas historicamente pelo colonialismo, que reproduz permanentemente a matriz estatal republicana. Nesse sentido, a antropóloga questiona a utilização das ferramentas do Estado contra as violências:

Da mesma forma, a colaboração com a Coordenação de Mulheres Indígenas da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) na divulgação da Lei Maria da Penha contra a Violência Doméstica, levou-me à necessidade de pensar na defesa das mulheres indígenas perante a violência crescente que as vitima em número e grau de crueldade, não só a partir do mundo branco, mas também dentro de seus lares e sob as mãos de homens também indígenas. Apresenta-se aí um dilema semelhante, pois como seria possível recorrer ao amparo dos direitos estatais sem propor a progressiva dependência de um Estado permanentemente colonizador cujo projeto histórico não coincide com o projeto das autonomias e da restauração do tecido comunitário? É contraditório afirmar o direito à autonomia e, simultaneamente afirmar que deve-se esperar que o Estado crie as leis que deverão defender os frágeis e prejudicados dentro dessas autonomias (SEGATO, Rita; 2010, p.110).

Mesmo que pensado em outro contexto, esse questionamento, seguido de sua afirmação de que o “Estado entrega aqui com uma mão aquilo que já retirou com a outra”, faz todo o sentido para pensar a esfera judicial, já que “o advento moderno tenta desenvolver e introduzir seu próprio antídoto para o veneno que inocula” (SEGATO, Rita; 2010, p. 110). Para a autora, a República é herdeira da administração ultramarina, e assim, a modernização não passa de uma permanente colonização intervencionista que destrói autonomias, gera dependências e discursa sobre igualdade e razão liberal capitalista, a partir de discursos racializados. Assim, a Justiça fez parte do processo histórico que deu aval a exclusão, genocídio, estupro e todos os termos que envolvem violência de gênero. Mas, também, foi utilizada como ferramenta por mulheres que entendiam que o Estado, ou a Justiça poderia ser uma estratégia em busca de melhores condições de vida ou de mediação de conflitos.

Através da História Social, os processos criminais são utilizados para análise das relações poder:

As falas de réus, vítimas e testemunhas transcritas nos processos, [...] parecem ter o poder de nos aproximar mais das suas vidas e visões de mundo. Mesmo quando transcritas na terceira pessoa, produzem um efeito de real poderoso, em primeiro lugar por se tratar de existências reais ali de alguma forma capturadas, em segundo porque tal registro não foi voluntário, como o feito num diário ou numa carta, mas sim unicamente em função de alguém ter colidido com o poder, que classificou um ato como crime (MAUCH, Cláudia; 2013, p. 21).

Arlete Farge (2009), em *O sabor do Arquivo*, explica que no arquivo judiciário [processo] encontramos fragmentos de vida, disputas em retalhos desordenados. A historiadora Cláudia Mauch, em *O processo crime para além dos crimes*, observa que as fontes criminais representam uma etapa de vida de pessoas que buscam construir versões para provar as suas verdades, explicando que cabe a nós, profissionais, captar “explosões complexas de vida” (MAUCH, 2009, p. 21). Tendo consciência que o patriarcado atinge todas as esferas da vida das pessoas, a fonte criminal representa “a possibilidade de se extrapolar a materialidade dos documentos judiciais para oferecer ao intérprete uma ponte para outra ordem discursiva alheia do contexto original” (ROSEMBERG, André; SOUZA, Luis; 2009, p. 2).

As fontes criminais são vestígios de um passado, representam um resgate e uma possibilidade dentro da História das Mulheres. A historiadora Maria Helena Machado (1987) evidenciou a necessidade de reavaliar as fontes documentais disponíveis à luz de uma perspectiva histórica, com a preocupação de recuperar as dimensões do universo social, tradicionalmente minimizadas, abrindo oportunidades para novas observações das relações sociais de poder. Historiadoras sociais, como Maria Sylvia de Carvalho e Franco, foram precursoras no uso das fontes para entender as relações de poder, através de todo um trabalho compromissado em denunciar os problemas sociais:

Ao examinar essa documentação, de início pretendi apenas localizar os aspectos sociais que porventura estivessem registrados, desprezando as situações propriamente de tensão. Tal procedimento revelou-se impossível: ao passo que a pesquisa ia progredindo, a violência aparecia por toda a parte, como um elemento constitutivo das relações mesmas que se visavam conhecer. Assim, não cabe a arguição de que a violência ressaltou porque esquadrinhei uma documentação especializada nela. O contrário é verdadeiro: foi a violência entranhada na realidade social que fez a documentação, nela especializada, expressiva e válida (FRANCO, Maria Silvia de Carvalho; 1997, p. 21).

Heloísa Buarque de Hollanda chama de reinvidicação acadêmica “do ‘direito de interpretar’, e vai se aprofundando passo a passo, artigo a artigo, em direção a uma maior flexibilização das noções sobre os sistemas sexo/gênero” (HOLLANDA, 2020, p. 11).

É importante compreender como a Justiça, também foi uma ferramenta de validação dos discursos hegemônicos por meio de seus principais atores sociais, homens brancos privilegiados de poder, que a partir de suas próprias perspectivas manipulavam as situações a favor do patriarcado. Entender como as pessoas são condicionadas a viver dentro de padrões estruturais é uma das percepções mais importantes dessa tese, já que todas as análises partem da construção de práticas coletivas, processuais, mas também localizadas. Para isso, utilizo uma

perspectiva Feminista Decolonial. Uma linha teórica que parte dos questionamentos da colonialidade.

A colonização, além de ser um período histórico que remete as invasões e genocídios causados pelos europeus, pode ser entendida como base para imposição de saberes e poderes a favor de uma classe masculina e branca. Saberes esses que foram impostos ao território brasileiro, afetando as relações com as pessoas no mundo. Nossa sociedade ainda se baseia a partir de uma matriz de conhecimento e dominação que parte da Europa como centro, mantendo vários mecanismos e tecnologias de gênero, códigos linguísticos e representações culturais. O fato colonial não se encerra com a emancipação dos países, pois a matriz de pensamento implantada através do genocídio e do epistemicídio⁷ indígena, negro e das mulheres se mantém.

Em termos cronológicos, a colonização encerra com o período chamado pós-colonial, ou seja, a independência da Índia frente ao Império Britânico, os processos emancipatórios da Ásia e África, a aparição dos nacionalismos do “terceiro mundo” e as zonas de influência definidas pela Guerra Fria e a industrialização, que potencializaram a entrada de imigrantes nos centros europeus e norte-americanos, tudo isso após a década de 1940 (CURIEL, Ochy, 2014, p. 46). O pós-colonial enquanto categoria, conceito e perspectiva, se relaciona com as teorias chamadas de pós-coloniais, as quais surgiram entre a década de 1980 na Inglaterra e nos Estados Unidos⁸. Com vários posicionamentos e ambiguidades, as teorias pós-coloniais chamam atenção para a posição teórica (epistemológica ou histórica) e propõe novos entendimentos, que vão além das relações binárias, fixas e estáveis de colonizado/colonizador e/ou centro/periferia.

Embora os estudos pós-coloniais tenham sido os responsáveis por interceder pelo colonizado, seu poder partia de uma perspectiva centrada a partir de grupos privilegiados. A crítica decolonial entende que o grupo não foi capaz de estabelecer um rompimento ou uma crítica mais severa em relação a uma perspectiva eurocentrada e masculina, pois a base continuava a mesma e a história latino-americana, por exemplo, permanecia oculta no debate pós-colonial. Nesse sentido, a crítica decolonial busca incluir no debate o racismo inerente aos

⁷ O epistemicídio é uma das faces do genocídio, uma ferramenta eficaz e duradoura que nega o reconhecimento de outras pessoas, subalterniza, subordina e marginaliza, pois nega seus direitos e liberdades. Nega existências. De acordo com Boaventura de Souza Santos o conhecimento científico se baseia a partir do colonialismo, da “destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presentes na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas” (SANTOS, Boaventura de Souza; 2009, p. 183).

⁸ Como marco intelectual temos o palestino Edward Said, que em 1990, no livro *Orientalismo*, vinculou as ciências humanas europeias ao imperialismo, através da construção que o Ocidente faz do outro (Oriente). Também fazem parte dessa corrente teórica autores como Gayatri Spivak, Homi K. Bhabha, Ranahid Guga e Chandra Mohanty (SAID, Edward W, 1990; SAID, Edward W., 2003, p. 62-78; BHABHA, Homi K., 1998).

processos de colonização do poder⁹, do ser e do saber (QUIJANO, 2000; BALLESTRIN, 2013; 2017), mas ainda sem questionar as amarras impostas a partir da perspectiva de gênero enquanto dominação e poder.

A experiência com a aproximação da categoria modernidade/colonialidade renovou a minha visão sobre o mundo, principalmente o meu olhar sobre o tempo. Comecei a questionar como a reprodução ideológica agia na vida das pessoas e os efeitos disso ao longo da história, construindo um percurso capaz de situar a minha própria história. Quando comecei a estudar o século XIX, entendi o lugar da mulher em Porto Alegre, suas aproximações com o cuidado, limpeza e a vida sexual, da criação do papel enquanto boa filha, mãe e esposa, a dicotomia entre mulher pública e privada e a própria relação com a cidade. Entendi que havia uma corrente de intelectuais que se inspiravam em teorias europeias e que explicavam tudo isso através da biologia, com claro intuito de modernizar. Através da História Social e da História das Mulheres percebi que as mulheres ficaram à margem, que elas trabalhavam de forma assídua em casa e/ou na rua, tendo pouco poder de ação, se resumindo ao casamento, a prostituição e a limpeza - doméstico. A noção de honra, virgindade e moralidade atravessavam essas mulheres de uma forma tão dura e violenta que pouco se tinha poder de ação para uma mulher exercer sua própria sexualidade.

O Feminismo Decolonial é uma das bases desse trabalho. Enquanto categoria, perspectiva e pensamento, o feminismo decolonial foi proposto pela intelectual argentina María Lugones, em 2008 (LUGONES, Maria; 2020, p. 92), para entender o lugar do gênero nas sociedades, desde o ponto de vista mais complexo das estruturas sociais impostas pelos processos capitalistas, eurocentrados, coloniais e modernos, sem esquecer as lutas e resistências. Esses processos foram diversos, descontínuos e lentos:

Asumo, como muchos y muchas otras, que en Abya Yala ha habido procesos de descolonización desde las luchas que libraron pueblos indígenas y negros frente al hecho colonial, y que desde allí incluso han surgido epistemologías importantes que se hace necesario investigar aún más; este es el punto de partida (CURIEL, Ochy; 2014, p. 48).

Maria Lugones, também, carrega as críticas de fala e de neutralidade da ciência, demarcando a localização das historiadoras e dos historiadores dentro da sociedade,

⁹ Anibal Quijano (2000) explica que colonialidade de poder nada mais é do que um controle do poder capitalista, eurocentrado e global em vários eixos, de uma imposição colonial, onde o poder está estruturado em relações de dominação, exploração, conflitos para o controle de recursos, produtos e pessoas. Raça e trabalho foram categorias centrais na análise de Quijano. De forma significativa, esse autor mudou os rumos teóricos, porém, ainda amparado numa noção de sexo biologizado, ou seja, não compreendendo o gênero como categoria moderna e colonial, como apontou María Lugones (2019; 2020).

reivindicando perspectivas que dão conta da experiência, mas em criticidade ao conceito universal de mulher:

Conceberam “a mulher” como um ser corpóreo e evidentemente branco, mas sem explicitar essa qualificação racial. Ou seja, não entenderam a si mesmas em termos interseccionais, na intersecção de raça, gênero e outras potentes marcas de sujeição ou dominação. Como não perceberam essas diferenças profundas, não viram nenhuma necessidade de criar coalizões. Assumiram que existia uma irmandade, uma sororidade, um vínculo já existente forjado pela sujeição do gênero (LUGONES, Maria 2020, p. 75).

Posicionado na América Latina e no Caribe, o Feminismo Decolonial é uma proposta para recuperar e condensar os vários pensamentos dos feminismos críticos que pensam as sequelas da colonização a partir da centralização das mulheres, como o Feminismo Negro, Interseccional, Comunitário e das Mulheres Latinas e Afro-latinas. Essa proposta, em linhas gerais, explica que estamos frente a um sistema-mundo europeu/euro-norte-americano capitalista/patriarcal, moderno/colonial e heterossexual, como proposto pelo teórico Ramón Grosfoguel (2010). Me benefício desses estudos para enxergar a espiral de violência ideológica sobre as mulheres, o controle dos homens e como eles próprios não seguem e se adequam as leis criadas por eles, mostrando que a Justiça é feita por homens para seu próprio benefício. Uma ferramenta do patriarcado.

No capítulo 2 – “Histórias das Mulheres e experiências de mundo”, busco entender a formação do campo epistemológico com a prática de luta histórica das mulheres, o Feminismo. Relacionada a *guetos* dentro das Universidades, ou a *perfumaria*, essa corrente historiográfica é uma força resistente ao machismo da ciência histórica. A ciência, como fruto de uma institucionalização moderna, também, criou resistência as narrativas e discursos das mulheres. Nas últimas décadas há uma explosão de estudos sobre mulheres, LGBTQIAP+, negras e negros, povos originários e outros grupos sociais.

O patriarcado é uma doutrinação, uma ideologia que nega a História, o poder político e social das Mulheres, dividindo-as entre respeitáveis e não respeitáveis, privilegiando mulheres que se aproximam do pensamento patriarcal e que estão hierarquicamente posicionadas nas hierarquias fundadas sobre as pessoas. Aquelas que se confortam com a proteção masculina e se encontram em posição privilegiada, podem vir a gozar de uma falsa sensação de proteção. Para entender o patriarcado, utilizo o livro da historiadora Gerda Lerner (2019) *As origens do patriarcado*. A autora desenvolve as seguintes proposições: a apropriação pelos homens da

capacidade sexual e reprodutiva das mulheres ocorreu antes da formação da propriedade privada e da sociedade de classe, sendo que a mercantilização das mulheres é a própria fundação da propriedade privada. Desde o início, o Estado tinha o interesse na manutenção da família patriarcal e na subordinação sexual das mulheres, institucionalizando isso nos primeiros códigos penais do ocidente. A autora também aponta que a escravização começou pelas mulheres, através da coerção e do estupro, e que a classe para os homens era – e, é - baseada em sua relação com os meios de produção, já para as mulheres, a classe é mediada de acordo com seus laços com um homem. Apesar de seu aporte teórico ser oriundo de teorias eurocêntricas, a historiadora nos oferece uma boa compreensão sobre como o patriarcado se origina de explicações biológicas nos primeiros estágios de desenvolvimento ocidental e é reforçado em termos culturais ao longo do tempo, sendo a família a base da exploração, através da mercantilização das mulheres.

Acredito que ao dar historicidade ao sistema de dominância masculina e afirmar que suas funções e manifestações mudam ao longo do tempo, mas estabelecem uma contínua espiral de dominação, é uma prática decolonial, pois rompe com a tradição oferecida. Assim, para esse trabalho, é importante entender que o patriarcado se fez, e ainda se faz presente, através da imposição biológica do gênero, da institucionalização da família como reprodutora ideológica das desigualdades e da falsa sensação de proteção masculina. O período estudado é muito rico para entender a instauração dessas imposições e em todos os capítulos privilegio o entendimento da construção do patriarcado.

Localizando geograficamente o espaço desse estudo, Porto Alegre, no final do século XIX, início da República, se modernizava. No capítulo 3 “Uma cidade viva: Porto Alegre no final do século XIX” contextualizo a cidade através do processo de moralização, urbanização e da ciência, instituindo ferramentas do sistema mundo. Com a criação das Faculdades de Medicina (1898) e de Direito (1900), Porto Alegre assume o seu comprometimento com as pautas brancas, masculinas e burguesas. Com um grupo grande de imigrantes e nacionais pobres e uma pequena elite que centralizava os meios de produção da indústria e do comércio, havia um discurso claro e muito aberto sobre o embranquecimento da população com a chegada dos imigrantes, um racismo escancarado e uma misógina latente partem de uma política brasileira orientada pela ciência e pela medicina. Para entender melhor a relação do Estado com a instauração de um programa sanitário que buscava garantir uma população saudável e ordenada dentro da noção de família utilizo como referência a antropóloga Fabíola Rohden (2001) em *Uma ciência da diferença*. Mais do que explicar a relação dos médicos com a política e o Estado a antropóloga observa a relação com o corpo das mulheres.

Assim, é possível entender como os crimes sexuais começaram a repercutir nos campos médicos, políticos e ideológicos, através da urgência de garantir o nascimento de cidadãos *saudáveis*. Precisava-se controlar a reprodução das mulheres. Nesse sentido, também se precisava criar mecanismos para que os homens continuassem a garantir seus prazeres sobre o corpo das mulheres. Contudo, as mulheres poderiam utilizar desse recurso na conquista de direitos sobre seus próprios corpos, como assim fizeram e eu mostro nos três casos abordados nessa tese. Com cerca de 70.000 habitantes no final do século XIX, a geografia citadina era composta por muitos becos, ruas pequenas e estreitas, reservada às populações pobres e, por isso, estigmatizada pelos órgãos de controle social e pela imprensa local. Noticiados pelos jornais como fétidos, mal frequentados e de péssimo aspecto, eram o centro de práticas condenadas por aqueles homens *brancos* que se espelhavam nos centros europeus.

No capítulo 4 – “A ação do patriarcado no defloramento de Albertina” começo a dialogar com as fontes, entendendo através da experiência de uma menina de 15 anos que foi julgada pela estrutura baseada na violência de gênero. Reafirmo a institucionalização do século XIX, através da estrutura de mundo pautada apenas pela narrativa masculina. Entendo a família como uma ferramenta do patriarcado, assim observo que o pai era o membro que detinha maior poder e sua ausência gerava prejuízos sociais e morais. Observo a relação entre Albertina Fiel Kraemer e Mazarino de Moraes, 15 anos mais velho, através da ótica de gênero. O defloramento foi um crime sexual que tinha como intenção punir os homens que estupravam e/ou seduziam mulheres menores de idade para usufruir de sexo. Observo, que na prática, os homens acabavam não sendo punidos, mas sim as mulheres, que tinham suas vidas sexuais expostas e suas honras fragilizadas. Através de mandados de masculinidade, esses homens oitocentistas acordavam entre outros homens. Através da relação de maternidade entre a mãe de Albertina, Emilia, consigo entender as consequências que as mulheres que buscavam por seus direitos enfrentavam.

No capítulo 5 – “A experiência da gravidez indesejada e do aborto de Eufрасina Pires” entramos na vivência de uma menina/mulher não-branca que aos 15 anos de idade foi seduzida por um homem branco e realizou um aborto. Esse processo abre caminhos para entendermos a negligência do Estado e dos homens com as mulheres, e as consequências do enfraquecimento dos laços comunitários das mulheres. Eufрасina envenena-se para abortar. Seu namorado, que lhe prometeu casamento, frequentava a sua casa e mantinha uma relação afetiva com a família e a abandonou-a grávida. Ele, ancorado por uma rede de homens é estimulado ao abandono paterno. Contudo, a mãe de Eufрасina, Maria Hortência busca a Justiça como meio de reparação social, após a filha vivenciar um aborto. Apesar de ser invisibilizada, fator que corresponde ao

processo de pós-abolição na cidade, Maria Hortência consegue que Affonso seja preso por um período e que sua queixa saia do verbal e se encaminhe para a história.

O capítulo 6 – “Estruturas de poder, estupro e pedofilia no caso de Clementina Simionnato” busco entender as violências de gênero vivenciadas por uma menina de 12 anos de idade, filha de imigrantes. O acusado de praticar atos de libidinagem com a filha de imigrantes foi o padre Bartholomeu Tiecher, da Igreja das Dores. Tomando o corpo como eixo central observo uma normalização sobre pedofilia. Nesse processo o pai é mais presente e a mãe é taxada como louca, uma mulher que enlouqueceu a ter sua filha desonrada. Diferente dos outros casos, Clementina diferenciava-se por ter um pai a representando no processo, ao invés da mãe. Também, se diferencia por ter sido um caso público, de comoção social e dentro de um espaço tido como sagrado. Com maiores averiguações sobre o caso foi evidenciado uma prática de incesto pelo irmão da vítima, que fugiu com uma boa quantia. O escândalo se dá a partir das desavenças entre os membros da Igreja, mostrando que havia uma prática de sacerdotes que recebiam a sós meninas e mulheres, um caso de exploração sexual.

Através desses três processos busco dar visibilidade a luta das mulheres por reconhecimento de suas demandas. Apesar de suas demandas serem invisibilizadas por um judiciário composto por homens, elas lutavam, principalmente através do vínculo mãe e filha. Através da leitura feminista decolonial consigo visualizar os processos de colonialidade que introduziram uma classificação universal e binária da humanidade, pautada na ideia de raça, gênero, sexualidade e classe. Porto Alegre adere às noções europeias de modernidade e se institucionaliza no final do XIX através da noção de família, como uma ferramenta do sistema cisgênero-hétero moderno/colonial, controlado pelo poder masculino.

Localizando também os homens dentro dos papéis estabelecidos pela colonialidade, busco salientar o espiral de dominação contra as mulheres, a trama de construção através das práticas institucionalizadas no século XIX. A intenção é assumir um compromisso real com uma História Feminista e de liberdade, com novas interlocuções e com potencial de luta na construção de um futuro, assim, tentei ser fiel aos termos que demonstram violência, mesmo sabendo que algumas ações e atitudes eram, e ainda são normalizadas.

O afastamento dos homens héteros, a falta de empatia e responsabilidade pela vida feminina, são construções históricas e podem ser pensadas através do privilégio: “homens, como um grupo, são quem mais se beneficiaram e se beneficiam do patriarcado, do pressuposto de que são superiores às mulheres e deveriam nos controlar” (bell hooks, 2018, p. 13). Quanto mais eles se beneficiam, mais estão propensos a pensar a partir de suas próprias narrativas. Na construção dessa tese me parece clara a responsabilidade dos homens na manutenção do

patriarcado e dos seus próprios espaços de poder, mas evidencio a participação feminina nos crimes sexuais.

Evidencio que através da imposição da dicotomia entre mulher privada e pública, institucionalizada no final do século XIX, da família hétero-cisgênero moderna/colonial e monogâmica, o sistema abre brechas para que os homens usufruam do corpo, do trabalho, do tempo, do afeto e da reprodução das mulheres. Mostro a institucionalização da violência de gênero como uma ação ideológica que começa se institucionalizar naquele período. Assim são construídas ferramentas utilizadas pelo patriarcado para validar o funcionamento do sistema.

Por fim, entendo a tese como um jogo de *quebra-cabeças*, aonde as peças vão se encaixando para dar conta do entendimento de uma estrutura maior, o todo. Os capítulos são independentes, mas versam sobre um mesmo assunto: violência de gênero e luta das mulheres. A leitura geral da tese mostra o lugar da História das Mulheres em Porto Alegre, situada dentro de um sistema-mundo. As experiências de violência que atravessam essas três narrativas ainda são histórias que muitas mulheres vivenciam. Gostaria que cada pessoa que ler essa tese olhe com mais carinho para a História de suas antepassadas, entenda seu próprio lugar de origem, se localize nesse mundo e se posicione perante ele. A escrita dessas experiências nesses quatro (4) últimos anos imersa em leituras feministas me proporcionaram uma luta por liberdade, a qual não foi sem violência.

2 HISTÓRIA DAS MULHERES, EXPERIÊNCIAS DE MUNDO

Uma de nossas brigas na história [...] é exatamente esta: fazer tudo o que possamos em favor da eticidade, sem cair no moralismo hipócrita, ao gosto reconhecidamente farisaico [desleal/mentiroso] (FREIRE, Paulo; 2014, p. 19).

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere, É a posição de quem luta para não ser apenas *objeto*, mas sujeito também da história (FREIRE, Paulo; 2014, p. 53).

Paulo Freire é um educador reconhecido internacionalmente por seus ideais políticos e de vida, pela libertação das gentes, por um mundo popular e uma a existência livre. Sua base era de uma educação crítica e emancipatória. Seus ensinamentos são inspirações e essas duas epígrafes são potentes para o início deste texto, por marcar o espaço a partir da eticidade do trabalho docente e científico. Aqui a eticidade se faz pelo compromisso com os Feminismos, em articulação com o saber histórico decolonial, na luta por histórias plurais que conectem e libertem.

Nesse capítulo faço uma historicização sobre a História das Mulheres e dos Feminismos. Datada em determinados períodos, de acordo com quem a escreve, a História das Mulheres ainda é um campo em construção, mas possui a função de inserir as mulheres e os grupos que ficaram marginalizados na História convencional, marcada pela escrita e centralização das

narrativas do homem branco. Buscando dar conta e entender os problemas causados pelo patriarcado, assim como as resistências e as formas de articulação das mulheres, a História das Mulheres soma-se a outras correntes e lutas, evidencio a História Social e o Feminismo. A minha contribuição nesse campo de estudos se dá ao centralizar as mulheres na História de Porto Alegre, através de experiências de gênero localizadas em um sistema mundo, como também, na minha militância feminista.

A História das Mulheres, antes de ser uma linha teórica, é uma experiência geracional popular, já que mulheres através dos vínculos de mãe-filha repassam suas histórias de vida de forma oral. Os Feminismos estão marcados a partir de conexões com o espaço-tempo, pela ação do movimento social. Tradicionalmente vinculada a meios acadêmicos, a História das Mulheres tem um forte cunho político:

Certamente toda a história é herdeira de um contexto político, mas relativamente poucas têm uma ligação tão forte com um programa de transformação e de ação como a história das mulheres. Quer as historiadoras tenham sido ou não membros de organizações feministas ou de grupos de conscientização, quer elas se definissem, ou não como movimento feminista de 1970 e 1980 (TILLY, Louise A.; 1994, p. 31).

A categoria mulher foi construída a partir da relação entre ciência e feminismos para dar visibilidade a histórias que foram silenciadas e colocadas como subalternas, marginalizadas. Com essa categoria inserida no centro da análise, viabiliza-se um sujeito político coletivo, uma nova visão sobre a vida e as narrativas das mulheres, em contraposição a universalização da palavra/conceito homem. Procura-se entender as opressões sobre as mulheres, identifica-se o patriarcado como ordenação de mundo.

Gênero começa a se desenvolver como categoria de análise e conceito a partir de vários pressupostos e avanços da categoria mulher e das leituras de pensadores como Lévi Strauss e Freud, nascendo para solucionar problemas que giravam em torno do caráter biológico do sexo. Aplicado no sentido de diferença sexual por psicólogas/os estadunidenses, o termo identidade de gênero foi introduzido pelo psicanalista Robert Stoller (1963) no congresso Psicanalítico de Estocolmo. Sexo estaria relacionado a biologia (hormônios, genes, sistema nervoso e morfologia) e gênero a cultura (a psicologia e sociologia, ou seja, o produto do trabalho da cultura sobre a biologia era a pessoa acabada). Gayle Rubin (1975), no trabalho *O tráfico das mulheres: notas sobre economia política do sexo*, definiu o sistema sexo/gênero como o conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, através dos quais a matéria prima biológica é modelada pela intervenção social humana. Esse deslocamento de pensamento compreende a operação do

sistema sexo/gênero como uma relação de poder. A opressão, portanto, passa a ser um produto de relações sociais específicas justificadas pelo fator biológico.

A historiadora Michelle Perrot (2007) explica que a modificação da história das mulheres ocorre entre as duas guerras mundiais – primeira guerra (1914 – 1918) e a segunda (1939-1945) - com o acesso das mulheres às universidades e a conclusão de que, mesmo estando em espaços de poder, elas não tinham os mesmos privilégios que os homens. Nesse momento podemos inserir Simone de Beauvoir (1949), com a obra *Segundo Sexo*, e Betty Friedman (1963), com a *Mística Feminina*, como precursoras de uma nova noção feminista, política e teórica ocidental. No Brasil, a educadora Guacira Lopes Louro refere-se ao ano de 1968 como um marco de manifestação coletiva na Europa:

França, Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha são locais especialmente notáveis para observarmos intelectuais, estudantes, negros, mulheres, jovens, enfim, diferentes grupos que, de muitos modos, expressam sua inconformidade e desencanto em relação aos tradicionais arranjos sociais e políticos, às grandes teorias universais, ao vazio formalismo acadêmico, à discriminação, à segregação e ao silenciamento (LOURO, 2014, p. 20).

Esse momento é marcado por uma efervescência cultural e conceitual: discussões sobre o que seria de domínio do público e do privado, conversas em grupos de consciência, trocas de experiências, escritos em jornais e revistas, marchas e protestos públicos, como também, o surgimento do conceito e da prática da sororidade. Importante salientar que, apesar de grande parte das narrativas pontuarem a Europa e os Estados Unidos como centro do pensamento feminista, mulheres de diversos lugares lutavam por direitos, mas não foram privilegiadas nas grandes narrativas históricas. Os estudos iniciais da categoria mulher eram constituídos por descrições das condições de vida e de trabalho das mulheres em diferentes espaços, reafirmando desigualdades em todas as áreas, mas ainda a partir de um pensamento eurocentrado. Nesse mesmo período, conceitos e teorias de diferenças sexuais foram desenvolvidos a partir dessa categoria, sob uma perspectiva universal.

Através da acumulação de dados sobre a situação e a condição feminina, com o progressivo refinamento conceitual, consolidam-se os estudos da mulher. O patriarcado começa a ser entendido não só como explicação de subordinação, mas como explicação dessa condição¹⁰. A categoria mulher foi fortemente marcada por uma identidade branca, de classe

¹⁰ Adriana Piscitelli (2002, p. 9-11) contextualiza a partir do feminismo socialista e radical. O primeiro seria baseado no livro “As origens da família: a propriedade privada e o estado” (Friedrich Engels / 1884), em que a divisão do trabalho era baseada no sexo, implicando na desigualdade a partir do nascimento das classes e as formas de opressão sexual, tais como parentesco e família, teriam uma base material na estrutura de classe. Nesse sentido, o socialismo surge como solução. Contudo, não são todas as correntes feministas que aceitam essa percepção, já

média, ou seja, as mulheres que poderiam ter chances de ascensão eram aquelas com privilégios¹¹, tanto que no ano de 1962, no Brasil, é aprovado o “Estatuto da Mulher Casada”, garantindo que a mulher não precisava mais de autorização do marido para trabalhar, receber herança e, em caso de separação, ela poderia requerer a guarda dos filhos. Dessa forma, garantindo os direitos dessa mesma mulher privilegiada¹².

O Feminismo, nesse período da década de 1960, é marcado pelo determinismo biológico, principalmente pelas raízes com o Feminismo Radical, em que uma das explicações para a opressão era o corpo feminino, expondo um perigoso terreno essencialista. Por outro lado, o desenvolvimento do conceito de opressão incidiu num alargamento dos significados políticos, a partir da influência da esquerda e do marxismo, tornando-se parte de um discurso racional que define a exploração de acordo com critérios determinados, como a classe. Assim, a esquerda passa a enfrentar problemas para pensar na opressão, já que a dicotomia entre oprimidas e opressores passa a ser confrontada com as ideias de raça.

A partir do lugar da experiência, a política passa a ser qualquer relação de poder em que as mulheres fossem oprimidas, a partir de suas vidas cotidianas. Nasce o conceito “o pessoal é político”, implementado para mapear o sistema de dominação que operava em todas as relações entre mulheres e homens, mesmo as mais íntimas, desvendando a multiplicidade de relações de poder presentes nos aspectos da vida (PISCITELLI, Adriana; 2002, p. 13-14). Debate potente para entendermos quando a nossa sociedade compreendeu os espaços ditos como privados como esferas generificadas de poder. No campo das ciências humanas os modelos tradicionais são contestados, já que as formas usuais de explicação não davam conta de compreender esse sujeito político que a categoria mulher trouxe à tona. A História, apesar de seu caráter masculino, teve e tem um papel crucial nos Estudos das Mulheres, já que a ciência precisava compreender a origem dessas opressões. A historiadora Margareth Rago explica que “as pressões e demandas do movimento feminista, desde os anos 70, assim como a entrada maciça

que entendem que havia opressão feminina em regimes socialistas. O feminismo radical, com a figura de Shulamith Firestone, na obra “A dialética do sexo”, de 1976, já resume a subordinação ao processo reprodutivo. Já que os papéis desempenhados por homens e mulheres na reprodução são fatores principais de onde derivam as características que tornam possível a dominação que homens exercem sobre mulheres. Uma corrente ligada ao determinismo biológico. Nesse sentido, as mulheres seriam prisioneiras da biologia, com diferenças sociais, econômicas e políticas que as aprisionariam aos homens. A derrota do patriarcado seria a partir da reprodução artificial, “já que as diferenças genitais não teriam significado cultural”.

¹¹ Os Feminismos receberam muitas críticas em relação à falta de diálogos com as representatividades locais ao longo do tempo, como o debate com mulheres negras, pobres, LGBTQIAP+, e indígenas e há uma extensa bibliografia, assim como linhas teóricas e de pesquisa, que buscam dar conta desses problemas. Além de pensar em transformações, falamos sobre campos dentro da História das Mulheres, que tiveram alargamentos teóricos e conceituais gigantescos.

¹² O Estatuto da Mulher Casada foi aprovado pela lei federal nº 4.121, de 27 de agosto de 1962 - [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.da.camara.deputados.camara.leg.br) – acessado em 21.10.2021.

das mulheres no mercado de trabalho e na vida acadêmica, forçaram uma quebra do silêncio das historiadoras” (RAGO, Margareth; 1995, p. 81), afirmando que a História é um discurso construído pela subjetividade daquelas que a narram, em concordância com o seu momento histórico.

Nesse momento, o conceito de patriarcado, conforme a antropóloga Adriana Piscitelli (2002, p. 15), sofre uma extensão, saindo do campo acadêmico e do movimento feminista, perpassando o campo político, até chegar às camadas sociais. Bom, nesse último espaço há uma parcela das teóricas que compreendem que a expansão do termo torna-se um problema para o meio acadêmico, pois acreditam que no momento que o conceito é expandido, sofre um esvaziamento, provocando proporções vagas, uma dominação masculina universal e um sistema político misterioso, invisível, trans-histórico e trans-cultural. Penso que a partir da popularização do assunto é mais fácil das mulheres internalizarem e conversarem sobre temas silenciados e não entendidos enquanto problemas, mas naturalizados pelo próprio patriarcado. Ao instaurar a dicotomia público e privado, no final do século XIX, através de ferramentas como a República, a medicina e a justiça, por exemplo, o patriarcado explicou e *carimbou* o silenciamento das suas próprias violências. Com a expansão da educação, da ciência e da presença de mulheres feministas nas diversas áreas, foi possível denunciar os problemas e buscar resistências que visavam à criação de soluções em diversos ambientes: políticos, sociais, individuais.

Por volta dos anos 1980, a produção historiográfica brasileira adentra no mundo das mulheres através da História Social. Nesse período, a História das Mulheres perpassava por campos teóricos e disciplinares que mediarão as interlocuções. É um momento de renovações de fontes, releituras de documentos, aperfeiçoamento de conceitos e de empréstimos teóricos com outras áreas. A História Social problematizava “os subalternos”, abrindo os estudos históricos sobre escravização, pobreza, loucura e para as mulheres¹³.

Ao longo do século XX, a História vai receber outros personagens, a sociedade começa a ser compreendida a partir de outra perspectiva e contexto que não se adequava a narrativa anterior, dominada pela quantificação. Precisava ser aberto um campo apenas para pensar os problemas sociais que estavam sendo denunciados pelos movimentos sociais. Atualmente, a História Social tomou tanto fôlego que é difícil entender explicações que não pensam e refletem como um campo a parte. Parece confuso e problemático, mas no mesmo sentido que não existe

¹³ A História é pensada no campo social a partir de documentos históricos que fizeram parte das diferentes sociedades e culturas, assim, de acordo com Hebe Castro (1997, p. 46), faz parte da dimensão da vida em sociedade.

uma História sem gênero, não existe uma História sem o social (CASTRO, Hebe; 1997). Mas, para além desse sentido, podemos reconhecer a História Social como uma postura historiográfica, que resultou num alargamento do interesse em grupos e/ou fontes que antes não eram interessantes para a ciência histórica, sendo uma importante ferramenta na oposição às limitações da historiografia tradicional, tendo como intenção compreender o papel da ação humana na História, a partir de outras experiências¹⁴.

A historiadora Rachel Soihet (2003)¹⁵, em entrevista, aponta a importância da História Social nas contribuições decorrentes da explosão do feminismo a partir da década de 1960. Tendo outras contribuições, como a História Cultural e das Mentalidades, também foram fundamentais na emergência da História das Mulheres em oposição a uma historiografia tradicional, em que as mulheres são condicionadas a objeto e não protagonistas da História, como aponta a autora.

Margareth Rago (1995) explica que a presença de mulheres pobres e marginalizadas, trabalhadoras ou não, como agentes da transformação, é privilegiada no período dos anos 1980, mostrando já um alargamento interseccional. Pesquisas comprometidas em revelar a presença das mulheres na vida em sociedade a partir de estratégias informais de sobrevivência e de resistências à dominação masculina começam a aparecer, justamente nesse período de ascensão dos estudos dos subalternizados pela historiografia, como as escravizadas e os escravizados, prostitutas, crianças, e mulheres e homens loucos. A noção de resistência torna-se fundamental nas abordagens sobre as mulheres, revelando sua presença e atuação no seio de uma história construída pelos homens.

No Brasil temos autoras como Maria Odila Leite da Silva Dias (1984), em sua obra *Quotidiano e poder* e Margareth Rago (1985), com *Do cabaré ao lar*. Outros nomes que devem ser citados são: Maria Clementina Pereira Cunha (1986), em *O espelho do mundo*, sobre o asilo Juquery, Magali Engel (1988) sobre a prostituição e o discurso médico, *Meretrizes e Doutores*, Martha de Abreu Esteves, que considera casos de sedução de meninas perdidas, no livro de mesmo nome, no Rio de Janeiro da *Belle Époque*, e o de Rachel Soihet, que também mostra a experiência da violência contra as mulheres nos primórdios da República (1989), em *Condição*

¹⁴ De acordo com Hebe Castro (1997, p. 51) “a tradição marxista britânica de história social do trabalho e a obra de Thompson, em especial, haviam colocado as noções de experiência e cultura no cerne das análises sobre a ação social. O desenvolvimento da problemática tendeu rapidamente a ultrapassar o interesse inicial no ativismo operário, para concentrar-se na compreensão das experiências das pessoas comuns, no passado, e de suas reações a esta própria experiência”. Alguns desses trabalhos: SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1969. Merece destaque o estudo de PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: Presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

¹⁵ Disponível em: <https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/mulheres/16.shtml>. Acesso em 05 de agosto de 2022.

Feminina e formas de violência. Com a aproximação da história das mentalidades, encontramos autoras como: Laura de Mello e Souza com as feiticeiras, em *O diabo e a Terra* de Santa Cruz, Mary del Priore (1990) com os estudos sobre o sentido da feminilidade e o discurso moral da Igreja no Período Colonial; os estudos demográficos de Eni de Mesquita Samara (1988) com a rede de relações familiares e os sistemas de dote, desfazendo antigas representações, e, Leila Mezan (1992), com as formas da sociabilidade feminina nos espaços dos conventos e dos recolhimentos da Colônia.

A historiadora Bruna Letícia dos Santos aponta que desconstruir categorias para pensar de forma interseccional é um trabalho que vem sendo feito ao longo do tempo, mesmo que não sob a ótica do gênero ou dos estudos interseccionais. A autora também observa a importância dos estudos sobre mulheres escravizadas:

Nesse período, ou seja, ao longo dos anos 1980, conjuntamente, os estudos de gênero e a influência da história vista de baixo abriram, finalmente, precedentes para o início de uma historiografia que buscava as mulheres escravizadas, negras e libertas. Esses primeiros esforços podem ser traduzidos pelas obras de Maria Odila Machado (1984 e 1985), Maria Lucia Mott (1988), Sonia Maria Giacomini (1988) e Martha Abreu (1989), e durante a década de 1990 esses estudos continuaram se diversificando. No que diz respeito àqueles que se tornaram mais visíveis, estão os trabalhos de Sandra Graham (1992) sobre a dimensão do trabalho doméstico no final do século XIX e início do século XX, no Rio de Janeiro; as pesquisas sobre Minas Gerais setecentista com a análise das negras de tabuleiro, primeiro com Luciana Reis (1989) e depois com Luciano Figueiredo (1993) continuando a análise do papel das mulheres no comércio, surgiram trabalhos em Salvador com Cecília Soares (1994 e 1996) (SANTOS, Bruna dos; 2020, p. 61).

Nos anos 1990, estudos como os de Michelle Perrot,¹⁶ vão sendo incorporados na historiográfica brasileira. Joana Maria Pedro (2003, p. 509) a intitula como “grande mestra da História das Mulheres”, quando nessa década publicou com Georges Duby a obra *História das Mulheres no Ocidente*, em cinco volumes, tornando-se referência internacional no assunto. Michele Perrot é reconhecida por expor e denunciar os silêncios historiográficos sobre as mulheres, como se elas não possuíssem uma História própria e não fossem capazes de fazê-la, já que eram citadas pelas perspectivas dos homens, como eles nos enxergavam. A autora insere as mulheres no campo dos “subalternos”, junto com os operários e os prisioneiros, a partir da contribuição da escola dos Annales, e faz ótimas contribuições, mas a partir de um espaço de

¹⁶A autora explica que “a história é o que acontece, a sequência dos fatos, das mudanças, das revoluções, das acumulações, que tecem o devir das sociedades. Mas é também o relato que se faz de tudo isso [...]. As mulheres ficaram por muito tempo fora deste relato, como se, destinada à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento. Confinadas no silêncio de um mar abissal” (PERROT, Michelle; 2007, p. 16).

privilégio europeu, acadêmico e branco, não condizente com a realidade brasileira, constituída por marcadores de gênero e raça, diferentes dos europeus.

Assim, fica muito marcante nos seus escritos, como no livro *Minha história das mulheres* (2007), que o período oitocentista foi marcado a partir da invisibilidade e do silêncio das mulheres, como ordem natural das coisas, para a garantia de uma cidade tranquila, já que a mulher causava medo – relativo à desordem – numa clara justificativa para não deixar uma mulher no controle da situação. A partir dos meus estudos, o que eu percebo são vozes ecoantes em espaços masculinizados, com poucas chances de reconhecimento de suas pautas e dores. Gritos de socorro em cada ação judicial. Esse medo relativo ao acesso das mulheres aos espaços de poder acompanha a nossa sociedade e, é experimentado por aqueles que estão nesses espaços e não querem largar mão de seus privilégios. Medo das mudanças que mulheres tendem a causar nas estruturas sociais. Medo do feminino e do Feminismo.

Percorrendo a história das mulheres, Lélia Gonzalez é considerada uma das pioneiras na elaboração de textos que pensam de forma interseccional - apesar de não usar o termo. Mas, mais do que isso, toda a formulação do seu pensamento é centrada na mulher negra, sendo umas das maiores intelectuais do nosso país sobre o assunto. Em 1992, a autora denunciava o racismo através do texto - *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, alertando sobre a construção do mito da democracia racial em articulação com o sexismo e buscando na sua experiência e na história da escravização de mulheres negras - mulatas, domésticas e a mãe preta - as bases da dominação e a construção de mitos que se perpetuam até hoje, através da memória e “engendramento da mulata e da doméstica se fez a partir da mucama” (GONZALEZ, Lélia; 2020, p. 244).

Numa via de afeto e responsabilidade, Lélia Gonzales, na década de 1990, estrutura a categoria político-cultural da *Amefricanidade*, descolonizando a formação cultural e geográfica da América a partir de histórias diversas, cheias de culturas e povos. A categoria, pelo seu lado político, tem a intenção de denunciar a crueldade da nossa formação, numa história compromissada com a verdade, mas com os olhares de ressignificação naquilo que o colonialismo vem destruindo nas culturas originárias, negras e das mulheres a partir do racismo e da colonialidade de gênero.

As implicações políticas e culturais da categoria de Amefricanidade (“*Amefricanity*”), são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: a AMÉRICA como um todo (Sul, Central, Norte e insular) (GONZALEZ, Lélia; 2019, p. 349).

A categoria, também incorpora todo um processo histórico de intensas trocas culturais, de adaptações e resistências, assim como de unidade e ancestralidade, já que “América, como sistema etnogeográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados do continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos. Por conseguinte, o termo amefricanas/amefricanos designa toda uma descendência” (GONZALEZ, Lélia, 2019, p. 349), além de mostrar a história de sofrimento, exploração, lutas e resistências que foram traçadas contra a desumanização dos povos negros e originários.

Os estudos sobre experiência, também, foram de extrema importância para a História das Mulheres. Luiza Bairros (1995), intelectual negra brasileira, ao retomar o conceito sobre o ponto de vista feminista, explica que a opressão sexista é dada pela posição em que ocupamos numa matriz de dominação, que nada mais é do que a interação entre racismo, heterossexualismo, colonialismo e classismo, a partir de elementos estruturais, aspectos disciplinares, ideologias e práticas discriminatórias. Ou seja, a própria experiência de vida é marcada como fonte de conhecimento.

Enquanto ferramenta teórico-metodológica, a interseccionalidade contempla análises que desvendam os processos de interação entre as relações de poder. O Feminismo Negro, através de autoras como Sueli Carneiro (2003), entende que as mulheres negras tiveram que enegrecer a agenda feminista e generificar a do movimento negro, exigindo reconhecimento das diferenças e das desigualdades entre as pessoas. Beatriz Nascimento (1990), outra autora que compreende a relação da mulher negra dentro de estruturas de opressões e resistências.

As dificuldades em incorporar a categoria gênero aos estudos sobre a luta antirracista e a categoria raça nos estudos sobre gênero não são exclusividade brasileira. No contexto anglo-saxão feministas negras pioneiras como Hazel Carby, bell hooks, Patrícia Hill Collins, Patrícia Williams e Kimberlé Crenshaw procuraram romper com as limitações do feminismo branco e sua perspectiva de unicidade da luta feminista. Um dos principais pontos de disputa entre feministas brancas e negras neste período dizia respeito à centralidade dada por aquelas ao patriarcado. Para Carby (1982), tal posição desconsiderava aspectos específicos das experiências das comunidades negras e da história de escravidão e discriminação racial. Carby aponta ainda para a necessidade de feministas brancas adquirirem uma consciência crítica em relação ao papel que o racismo desempenha na vida de mulheres negras, com vistas a incorporar as perspectivas das mulheres negras no conjunto teórico do feminismo (RODRIGUES, Cristiano; 2013, p. 5).

No Brasil, foi traduzido, em 2002, o artigo - *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*, de Kimberlé Crenshaw. A advogada estadunidense populariza o termo interseccionalidade na busca da garantia de que

todas as mulheres sejam beneficiadas pela ampliação da proteção dos direitos humanos, baseados no gênero e pensando nas experiências específicas daquelas que ficam esquecidas nos discursos sobre direitos:

[...] o problema interseccional não está simplesmente no fato de não abordar um único tipo de discriminação de forma completa, mas no fato de que uma gama de violações de direitos humanos fica obscurecida quando não se consideram as vulnerabilidades interseccionais de mulheres marginalizadas e, ocasionalmente, também de homens marginalizados (CRENSHAW, Kimberlé; 2002, p. 178).

Primeiramente voltada às histórias cotidianas, a organização do mundo do trabalho, a História das Mulheres também é muito impactada pelas formulações do historiador E. P. Thompson, que aponta os perigos de se trabalhar com estruturas prontas, como das classes sociais, sem capacidade de criação histórica¹⁷. Essas formulações vão sofrendo mudanças ao longo das décadas, abrangendo temas que perpassam outras mulheres, em condições diferentes das do “chão de fábrica”, como as prostitutas, loucas e crianças. A dimensão da vida social se amplia para outros setores da vida das mulheres, mas ainda, questões referentes à raça, condição jurídica e etnia, por exemplo, não são abordadas nas teses e dissertações, tirando algumas ressalvas, é claro.

Atualmente a categoria mulher na História é orientada pelos estudos que dão conta das interseccionalidades que formam as mulheres, pensadas através do contexto social, geográfico, político e ideológico e atravessadas pelas diversas especificidades do ser mulher. A ciência, a partir dos anos 1980, começa a ser localizada dentro de um sistema global, através do enlace entre feminismos e pós-colonialismos, quando se constata que havia uma divisão global geopolítica, colonial e neoliberal separando o Norte do Sul, com a criação e imposição de teorias que pretendiam ser universais e explicativas, gerando uma concentração de saberes e dependência acadêmica. As chamadas Teorias do Sul, subalternas e pós-coloniais, trouxeram questionamentos em relação ao eurocentrismo, ao colonialismo acadêmico e ao feminismo eurocentrado e hegemônico.

Franz Fanon (2008) e Edward Said (1978) são importantes nomes nos estudos pós-coloniais, por serem pioneiros na análise anticolonial, realizando reflexões que deram início a construção e condição colonial da mulher, mas sem dar conta de introduzir análises profundas

¹⁷E. P. Thompson é muito utilizado nos estudos de escravidão e pós-abolição devido a sua noção de experiência, ou seja, a ação humana tem espaço para a atuação / agência, mesmo em situação entendidas como determinadas pelas relações de produção, sendo possível articular estrutura e sujeito. Ver: THOMPSON (1977; 1981; 1984; 1987; 1995), DESAN (1982).

a respeito¹⁸. Quando pensavam mulheres, estavam presos a amarras coloniais inseridas nos contextos da violência, como o primeiro território a ser conquistado e colonizado pelos homens brancos, criando imaginários eróticos e sensuais, com representações que iam da ameríndia despudorada, a oriental exótica e da africana ferosa (BALLESTRIN, Luciana; 2017, p. 1038). Contudo, nem todas as mulheres não europeias foram retratadas como desejáveis e passivas em algum lugar do mundo no imaginário desbravador colonial, mas isso só começa a ser registrado na historiografia a partir do encontro do feminismo com o pós-colonialismo, com as críticas literárias sobre a perspectiva de gênero.

Nesse momento começa-se a construir antagonismos no interior do movimento feminista, paralelamente à sua própria internacionalização. Mesmo que as feministas do Norte Global possuíssem perspectivas de transformação social, elas não se colocavam como privilegiadas dentro dessa esfera de poder e começaram a ser acusadas de universalismo, etnocentrismo, branqueamento e pela negligência de muitas questões raciais que atravessaram mares, geografias e classes. Passou-se, também, a serem retratados como feminismos do Norte, Primeiro Mundo, Ocidental, eurocêntrico, branco e/ou homogêneo.

A socióloga Chandra Mohanty chamou a atenção para a colonização discursiva acadêmica e de produção intelectual de mulheres do Primeiro Mundo sobre mulheres de Terceiro Mundo¹⁹, pouco ou nada sensíveis às questões das mulheres não ocidentais. Procurando chamar atenção para certo “paternalismo” das feministas ocidentais de diferentes matizes – liberais, radicais, marxistas – em relação às suas “outras” mais abaixo nas linhas de opressão: “acadêmicas de classe média urbana em África o Asia que producen estudios académicos acerca de sus hermanas rurales o de classe trabajadora en los que asumen sus culturas de classe media como la norma y codifican las historias y culturas de la classe trabajadora como el Otro” (MOHANTY, Chandra; 2008, p. 113).

Apesar de todas as críticas, o enlace do Feminismo com o Pós-colonialismo, através do Feminismo Pós-colonial, é um campo muito potente, pois questiona premissas de duas vertentes

¹⁸ Sobre o conceito do *orientalismo* e as mulheres, recomendamos: OLIVEIRA, Cristiane Brito de. *Mulheres Orientais na Literatura*. A Desconstrução de um Estereótipo Orientalista na Obra de Gibran Khalil Gibran. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016. (1.1 A Construção do Estereótipo; A mulher oriental em Edward Said); e OLIVEIRA, Cristiane Brito de. *REPRESENTAÇÕES DA MULHER ORIENTAL: ORIENTALISMO E LITERATURA*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

¹⁹ Assumindo que as categorias de “Primeiro” e de “Terceiro” mundos são problemáticas, a autora expõe seu desenho e recorte de pesquisa que permite a aferição da representação de uma “mulher média de Terceiro Mundo”, a qual geralmente é retratada como pobre, ignorante, limitada pela tradição e pela família, em contraparte às mulheres conscientes, emancipadas, modernas, controladoras de seu corpo e sexualidade (NAVAZ, Liliana; HERNÁNDEZ, Suárez, 2008).

críticas, transformando-as em uma só e abrindo portas para outras. Contudo, à semelhança do pós-colonialismo, o feminismo pós-colonial é enunciado das grandes universidades do Norte, sobretudo nos Estados Unidos e na Inglaterra, insistindo em um nível acadêmico e universitário e reafirmando as dinâmicas da geopolítica do conhecimento, um paradoxo:

É preciso perguntarmos: se Mohanty permanecesse na Índia, seus textos teriam o mesmo impacto? Ou melhor, nossa autora teria tido acessos que lhe permitiram desenvolver seus pensamentos e argumentos? Talvez não. Esse permanece sendo um dos grandes paradoxos do pós-colonialismo, isto é, o fato de que grande parte das teorias – pelo menos de sua popularização e de sua divulgação – não provém de contextos pós-coloniais ou terceiro-mundistas (ainda que seus autores/as se identifiquem na diáspora pós-colonial de suas trajetórias de vida) (BALLESTRIN, Luciana; 2017, p. 1043).

Isso é reflexo das estruturas de poder muito enraizadas nas práticas acadêmicas que são valorizadas no/pelo exterior. Através dessas críticas, a universalidade da categoria gênero começa a ser questionada, tendo a socióloga Oyèrónké Oyewúmi (2017, p. 16-21) como uma das pioneiras. A autora faz uma crítica pós-colonial pautada nos Estudos Africanos, afirmando que gênero não era um princípio organizativo da sociedade iorubá, antes da colonização Ocidental. Também, alertou sobre a organização das sociedades iorubás pré-coloniais e a hierarquização dos sujeitos, que não se baseavam no determinismo biológico, na relação direta com a biologia em aspectos da personalidade e comportamentos. O sexo não determinaria os lugares sociais. Assim, a lógica comunitária se arquitetava sobre a senioridade relativa à idade. Desse modo, os espaços e funções sociais, assim como papéis desempenhados na família, não eram determinados pelas características sexuais. As mulheres nas sociedades iorubás desempenhavam funções de poder, ocupavam o espaço público e estruturavam famílias a partir de outros modos de operação. Ou seja, não se pode afirmar que a organização patriarcal é a mesma em todos os lugares do mundo porque suas raízes não partem da mesma posição.

A lógica colonial desempenhou um papel formativo muito significativo ao longo dos anos a partir da colonização e escravização dos povos²⁰. Assim, o conceito de mulher oriundo das relações entre sexo e gênero, diz respeito a uma experiência ocidental. Nesse sentido, é importante compreender que as mulheres que foram sequestradas da África, passaram pelo processo de *diáspora*, que pode ser interpretado, conforme a historiadora Bruna dos Santos

²⁰ Sugerimos como leitura complementar: GRAHAM, Sandra. Ser Mina no Rio de Janeiro do século XIX. *Afro-Ásia*, 45, 2012; GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não*. Histórias das mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 2005; ALVES, Adriana Dantas Reis. *As mulheres negras por cima, o caso de Luzia Jeje*. Escravidão, família e mobilidade social – Bahia, c. 1780 – c.1830. Tese (Doutorado em História) - Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010; HAACK, Marina. *Sobre silhuetas negras: experiências e agências de mulheres escravizadas* (Cachoeira do Sul, c.1850 – 1888). Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Unisinos, 2019.

(2020), como um movimento de preservação da humanidade, já que, além de retirar violentamente essas mulheres e homens de suas origens, famílias e organizações, foi preciso recriar identidades que foram colonizadas e que a raça ocupou um papel principal na opressão (BUTLER, Kim & DOMINGUES, Petrônio; 2020). Os estudos diaspóricos atuam entendendo os processos de racialização, observando que eles não ocorreram de forma pacífica, pelo contrário, houveram diversas resistências, uma delas é ligada a recuperação das humanidades e das identidades de mulheres e homens negros, no resgate de suas origens:

Podemos entender assim que, tanto o processo de desumanização, como o de continuidade de humanidade, são vividos no corpo. Dessa forma, o corpo em seu aspecto histórico, também pode ser lugar da diáspora, ou seja, sujeito-mulher-negra é corpo diaspórico. Foi nele que a animalização de mulheres negras ocorreu, era nele que a reprodução da escravidão ocorria (SANTOS, Bruna; 2020, p. 150).

Paul Gilroy (2001) entende os estudos diaspóricos como um processo de formação. Ele denomina de contracultura da modernidade, uma cultura negra que, no século XX, transpassou as fronteiras e mergulhou na autodefinição do “atlântico negro”, a fim de resgatar formações e dinâmicas da África, criando preservações e ressignificações a partir de memórias ancestrais. Nesse sentido, as mulheres negras e indígenas podem ser entendidas como guardiãs da memória e do processo de recriação de comunidades que pensam formas de se organizar mais solidárias e afetuosas. E, é por uma História de afeto que luto.

É preciso notar que o feminismo latino-americano possui uma larga história de encontros e construções dos movimentos feministas e de mulheres, independentemente de suas rotulações conceituais e acadêmicas. Assim:

[...] no parece adecuado hablar de feminismo latinoamericano, de la misma forma que la definición de feminismo europeo o africano no nos devuelve una realidad homogénea. No es correcto hablar de feminismo del Norte ni de feminismo del Sur, como tampoco de feminismo latinoamericano o feminismo europeo como si fuese una realidad holística e hiper coherente. En este momento histórico en el que las tecnologías in formación al es hacen posible que las ideas circulen aceleradamente, se observa que en todos los continentes existen debates que son comunes. Las múltiples opresiones contra las mujeres se repiten en casi todas las sociedades del mundo (BEDIA, Rosa Cobo; 2014, p. 40).

Para a socióloga Rosa Bedia (2014) é mais conveniente falarmos em “debates feministas na América Latina”, já que a maioria parte das desigualdades e injustiças, as quais são amarradas historicamente em estruturas políticas, sociais, culturais e econômicas. Através da ideia de recuperação de um passado ancestral, o conceito sobre as categorias de gênero e

patriarcado começam a ser questionados ao longo da História, removendo o seu caráter universal e comum:

Rita Segato e Yuderkys Miñoso, defendem a ideia de que havia a presença de certas nomenclaturas de gênero nas sociedades tribais e afro-americanas, ou seja, reconhecem no período pré-colonial uma organização patriarcal, ainda que diferente da do sistema de gênero ocidental. A essa ideia, Rita Segato chama de patriarcado de baixa intensidade (HOLLANDA, Heloísa; 2020, p. 18).

A antropóloga Rita Segato fala sobre pré-intrusão, uma “dobra fragmentária que convive conseguindo manter algumas características do mundo que antecedeu a intervenção colonial” (SEGATO, Rita; 2012, p. 113), que ao serem alcançadas pelo processo colonizador foram prejudicadas, exacerbando e tornando perversas e autoritárias as hierarquias que já continham em seu interior, que ela classifica como: casta e gênero. Assim, a autora propõe compreender o mundo pré-intrusão e a modernidade colonial a partir das transformações do sistema de gênero, conferindo um real estatuto teórico e epistêmico ao examiná-lo como categoria central, iluminando os aspectos da transformação imposta à vida das comunidades ao serem capturadas pela nova ordem colonial/moderna. Assim, a autora identifica três posições dentro do pensamento feminista:

[...] o feminismo eurocêntrico, que afirma que o problema da dominação de gênero, da dominação patriarcal, é universal, sem maiores diferenças, justificando, sob a bandeira da unidade, a possibilidade de transmitir às mulheres não brancas, indígenas e negras, dos continentes colonizados, os avanços da modernidade no campo dos direitos. Sustenta, assim, uma posição de superioridade moral das mulheres europeias ou eurocentradas [...]. Uma segunda posição, no outro extremo, é a posição de algumas autoras, como María Lugones e Oyèronké Oyewúmi, que afirmam a inexistência do gênero no mundo pré-colonial (Lugones, 2007) [...]. E, uma terceira posição, na qual me situo, respaldada por uma grande acumulação de evidências históricas e relatos etnográficos, que confirmam, de forma incontestável, a existência de nomenclaturas de gênero nas sociedades tribais e afro-americanas. Esta terceira vertente identifica nas sociedades indígenas e afro-americanas uma organização patriarcal, ainda que diferente da do gênero ocidental e que poderia ser descrita como um *patriarcado de baixa intensidade*, e não considera nem eficaz nem oportuna a liderança do feminismo eurocêntrico (SEGATO, Rita; 2012, p. 116 – 117).

Nesse sentido, as feministas comunitárias construíram uma epistemologia feminista para dar conta e entender as suas contextualizações a partir do conhecimento ancestral, dando voz às mulheres indígenas e evidenciando um movimento de luta comunitário que busca inserir os povos indígenas na luta pela libertação e na agenda feminista. Sobre o patriarcado, as

feministas comunitárias afirmam existir um passado chamado de patriarcado originário ancestral:

Plantear y repensar lo milenario y la sacralidad fundante en los pueblos indígenas, ha sido parte de la llave de entrada para que las mujeres indígenas asumidas en plena conciencia como feministas comunitarias, pudiéramos llegar a trastocar la ancestralidad, lo antiguo, lo que siempre ha sido inamovible, preguntarnos mucho, mucho ¿por qué es sagrado?, ¿por qué debes manifestar profundo respeto sin cuestionar?, ¿ha sido desde los tiempos de los tiempos, así? (CABINAL, Lorena; 2010, p. 13).

Assim, elas entendem um sistema milenar estrutural de opressão contra as mulheres indígenas, que vai desde a sua filosofia, que impõe como norma a hétero realidade cosmogônica, para a vida de mulheres e homens, através da relação com o cosmos. As feministas comunitárias reconhecem que havia estruturas de poder patriarcais dentro das comunidades originárias, antes do confronto com ocidentais, havendo um encontro entre patriarcados:

Eso significa reconhecer que las relaciones injustas entre hombres y mujeres aquí em nuestro país, también se dieron antes de la colônia y no que sólo es una herencia colonial. Hay también um patriarcado y um machismo boliviano, indígena y popular. Descolonizar el género, em este sentido, significa recuperar la memoria de las luchas de nuestras tatarabuelas contra um patriarcado que se instauró antes de la invasión colonial. Descolonizar el género significa decir que la opresión de genero em las culturas y sociedades precolonias, que cuando llegaron los españoles se juntan ambas visiones para desgracia de las mujeres que habitamos Bolivia. Este es el entronque patriarcal del que hablamos (PAREDES, Julieta; 2008, p. 6-7).

Através da categoria gênero, as Feministas Comunitárias buscam resgatar memórias das lutas ancestrais e entender a opressão de gênero nas culturas e sociedades pré-coloniais. Com a colonização, a posição relativa ao poder masculino preexistente nas comunidades pré-coloniais é ampliada através de várias ferramentas, como imposições de moralidade, que desestruturam as relações existentes entre homens e mulheres. A feminista e escritora Julieta Paredes evidência o uso político de gênero “[...] concepto y categoria, desde nuestra interpretación, tine las posibilidades de ser usado para la transformación de las condiciones materiales de la opresión de las mujeres” (PAREDES, Julieta; 2008, p. 4).

Luciana Ballestrin propõe a noção de “feminismos subalternos”, na tentativa de unir os feminismos numa corrente só, mas também, na compreensão de um movimento paradoxal: “a construção dos feminismos outros só é possível quando eles se subalternizam em relação ao próprio feminismo moderno” (BALLESTRIN, Luciana; 2017, p. 1035). Isso quer dizer que, tanto os movimentos feministas, quanto os anticoloniais, precisaram questionar as ideias

dominantes sobre História e representação vindas do Norte Global (Europa e Estados Unidos), uma vez que a cultura é vista como um campo de conflito entre opressores e oprimidos. O conceito de feminismos subalternos, conforme a autora pode agregar diferentes movimentos de mulheres feministas, acadêmicas ou não:

[...] feminismo pós-colonial, feminismo terceiro-mundista, feminismo negro, feminismo indígena, feminismo comunitário, feminismo mestiço, feminismo latino-americano, feminismo africano, feminismo islâmico, feminismo do Sul, feminismo decolonial, feminismo fronteiriço, feminismo transcultural, etc. (BALLESTRIN, Luciana. 2017, p. 1040).

Uma das ações de resistência dos Estudos das Mulheres é feita a partir da afirmação do feminismo enquanto ciência, no desenvolvimento de conceitos de nomeação e explicação que deem conta de explicar as relações sociais e na contribuição no fim da ciência clássica restritiva. De acordo com a socióloga marxista Heleieth Saffioti, é necessária a não neutralidade em nenhuma ciência, todas são frutos de momentos históricos, comportando específicas conjunturas:

A história, sobretudo da Segunda Guerra Mundial, está repleta de exemplos concretos do engajamento político-ideológico das chamadas ciências duras. O diálogo entre Bohr, físico dinamarquês, e Heisenberg, físico alemão, em Copenhague, durante a guerra, em plena corrida para a construção da bomba atômica, e as atitudes antípodas de cada um em face do outro revelam o comprometimento político-ideológico da Física, considerada ciência neutra, portanto oposta às perfumarias (SAFFIOTI, Heleieth; 2015, p. 42).

Os estudos sobre a condição de vida das mulheres avançaram consideravelmente desde a sua criação. Incorporando os preceitos feministas de mudança social, a categoria gênero foi uma revolução na análise científica e vem sofrendo constantes incorporações resultantes de todas as possibilidades de inserções. A categoria gênero rompeu os muros acadêmicos para se tornar uma categoria política. Há diversos estudos e ações que visam combater o patriarcado, dando dignidade de vida as mulheres. Através da conquista feminista comemoramos, no ano de escrita dessa tese, 16 anos da aprovação da Lei Maria da Penha – nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 -, um marco legal civilizatório no enfrentamento à violência de gênero²¹. Uma lei que reconhece a violência histórica cometida contra mulheres, como sugere mecanismos de coibição.

²¹ “Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências” Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em 10 de agosto de 2022.

A inserção dos estudos feministas na História está incorporada nas diversas universidades pelo Brasil, através de docentes, linhas de pesquisas, departamentos, revistas e grupos de pesquisa. Os questionamentos se aprofundam. Assim, a ciência é vista sob novas lentes. E, no Brasil, isso só se tornou possível graças ao processo de democratização de fins dos anos 1980 e a garantia, mesmo que limitada, de acesso à educação e permanência nas escolas públicas e Universidades. Publicada em 29 de agosto de 2012, a Lei nº 12.711,²² decretou que todas as instituições federais de ensino superior devessem reservar, no mínimo, 50% das vagas de cada curso técnico e de graduação aos estudantes de escolas públicas. Com isso, a presidenta Dilma Rousseff, a partir de políticas públicas, torna a educação universitária mais democrática e acessível. Além disso, a expansão de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado no Brasil e no exterior foi potente para uma ciência comprometida, garantindo para uma parte das pesquisadoras o incentivo de renda e bolsas de estudo. Isso somente foi possível no governo de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff²³, um trabalhador nordestino e uma mulher de luta no poder, em um país marcado por apenas um grupo específico nessa posição: homens brancos e ricos.

2.1 A criação da América & Feminismo Decolonial

A criação da América significa um novo rumo na leitura da história mundial, “uma torção em nosso olhar [...] uma franca mudança de paradigmas que cancela a possibilidade de se retornar a um momento anterior ao de sua compreensão e assimilação” (SEGATO, Rita; 2021, p. 45). Essa criação foi fundamental para a manutenção do capitalismo através da obtenção da exploração dos recursos naturais e das relações de dominação de pessoas que foram racializadas, generificadas, sexualizadas de forma binária e hierárquica. Isso só foi possível graças a um arranjo muito bem definido por um sistema. Esse sistema é um conjunto ideológico que ao longo dos anos foi institucionalizado, guiando as pessoas a formar seu pensamento,

²² “Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016)”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em 16 de setembro de 2020.

²³ Nos anos de 2002 a 2012, as bolsas de mestrado cresceram de 13.054 para 43.591, enquanto as de doutorado de 10180 para 27589, crescendo exponencialmente após 2009. Disponível em: <https://brasildebate.com.br/numero-de-bolsas-de-pos-graduacao-deu-um-salto-entre-2002-e-2012/>. Acesso em 16 de setembro de 2020.

entendimento de mundo, suas explicações, ações e relações de acordo com as convicções vigentes.

A psicóloga e filósofa Valeska Zanello entende que há muitos valores que acabam produzindo a ideia de normalidade e para explicar as interações humanas utiliza a noção de *looping effect* (HACKING, Ian; 1995): “Segundo Hacking, são criações humanas que são sentidos a determinadas experiências, e que têm como consequência alterar a própria vivência delas. Trata-se de uma ficção, porém performativa” (ZANELLO, Valeska; 2018, p. 27). No momento em que o sistema instituiu e institucionaliza determinados padrões de comportamentos, através de ferramentas diversas, ele normaliza apenas os comportamentos que convém a um determinado grupo de homens, e influencia na constituição da compreensão das pessoas, das suas vivências identitárias²⁴.

As vivências foram sendo estabelecidas como únicas, sofrendo um processo de normatização. O sistema cisgênero-hétero moderno/colonial foi estabelecido como único e se mantém em vigor nas terras brasileiras e latinas através do que Aníbal Quijano (2000) identificou como *colonialidade do poder*. Essa colonialidade é proveniente do processo de colonização e só foi possível de ser identificada através de um longo caminho crítico científico que questiona as relações de poder.

Os processos de colonialidade não se rompem com as independências ou com a promulgação das repúblicas, como ainda é ensinado nos livros. Pelo contrário, novas ferramentas são criadas e outras tantas modificadas, para dar conta dos processos de dominação que atravessam as pessoas ao longo do tempo. Através da noção de criação da América há novos olhares e novas percepções sobre o mundo, questionando tudo o que entendemos como natural, biológico e científico, principalmente ideais tão naturalizados como de família e monogamia.

Suas origens remontam ao grupo Modernidade/Colonialidade, programa de investigação assim denominado pelo antropólogo Arturo Escobar (2003), que pretendeu inserir a América Latina através de um giro decolonial no debate global sobre pós-colonialismo. Assim, o feminismo decolonial trata-se de uma intervenção teórica sobre a ideia de gênero e sexo no esquema proposto pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, amparando-se empiricamente nos diferentes feminismos americanos – latino, negro, chicano, “de cor”, indígena e comunitário, ou ainda, feminismos do sul. Aníbal Quijano (2000) possui uma larga

²⁴O *looping effect*, como aponta a autora, se mostra importante para criar formas de classificações, mudando o nosso próprio pensamento e senso de autovalor e maneira como lembramos o passado. É possível a partir de o conhecimento mudar as narrativas sobre as experiências.

e importante trajetória na sociologia latino-americana desde os anos 1960. Reconheceu a incapacidade do materialismo histórico em incorporar outros eixos de poder hierarquizantes e exploradores, tais como raça, gênero e idade. Dada sua formação marxista, o autor interessa-se em ampliar seus horizontes de preocupação para o desenvolvimento do seu conceito de Colonialidade do Poder:

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas da existência social cotidiana e da escala social. Origina-se e mundializa-se a partir da América (QUIJANO, Anibal; 2000, p. 342).

Raça, gênero e trabalho teriam sido, para o autor, as três linhas principais de classificação que constituíram a formação do capitalismo mundial colonial/moderno no século XVI (QUIJANO, Anibal; 2000, p. 342), e, foi em torno dessas três instâncias que as relações de exploração/dominação/conflito foram e estão ordenadas. Assim, a identificação dos povos de acordo com suas faltas ou excessos é uma marca fundamental da diferença colonial produzida e reproduzida pela colonialidade do poder – em particular, o poder colonial (MIGNOLO, Walter; 2003, p. 39), do saber e do ser (MALDONADO-TORRES, Nelson; 2007, p. 147). A raça, como invenção, seria o princípio organizador e estruturante das múltiplas hierarquias do sistema-mundo, segundo Ramón Grosfoguel (2008, p. 123). Para desenvolver “a colonialidade das relações de gênero”, Anibal Quijano afirma:

La “naturalización” mitológica de las categorías básicas de la explotación/dominación es un instrumento de poder excepcionalmente poderoso. El ejemplo más conocido es la producción del “género” como si fuera idéntico a sexo. Muchas gentes piensan que ocurre lo mismo con “raza” respecto, sobre todo, de “color”. Pero esta es una radical confusión. Después de todo, el sexo es realmente un atributo biológico (implica procesos biológicos) y algo tiene que ver con “genero”. Pero “color” es, literalmente, un invento euro céntrico en tanto que referencia “natural” o biológica de “raza”, ya que nada tiene que hacer con la biología (QUIJANO, Anibal; 2000, p. 379).

A categoria impactou as ciências humanas redefinindo as noções sobre sistema mundo, assim como os conceitos e categorias criados pelo grupo modernidade/colonialidade. Esse grupo fez renovações analíticas na América Latina, trabalhos coletivos, transdisciplinares e engajados politicamente com a mudança. Através dos estudos desse grupo, há uma remodelação ideológica de mundo, percebida através de um antes (Europa no centro) e um depois (América no centro), chamado de giro decolonial. Com isso, surgiram novas análises capazes de renovar

a esperança através do reordenamento da História e do resgate plural de realidades que são materializadas no dia a dia dos povos indígenas, mulheres, quilombolas e outras comunidades de pessoas que resistiram ao poder eurocêntrico. Através desse resgate, novas possibilidades de entender a vida e as categorias de análise (gênero, raça, e classe, por exemplo) sob a revisitação de antigos problemas e fontes. Luciana Ballestrin explica que as estratégias do grupo são:

[...] (a) a narrativa original que resgata e insere a América Latina como o continente fundacional do colonialismo, e, portanto, da modernidade; (b) a importância da América Latina como primeiro laboratório de teste para o racismo a serviço do colonialismo; (c) o reconhecimento da diferença colonial, uma diferença mais difícil de identificação empírica na atualidade, mas que fundamenta algumas origens de outras diferenças; (d) a verificação da estrutura opressora do tripe colonialidade do poder, saber e ser como forma de denunciar e atualizar a continuidade da colonização e do imperialismo, mesmo findados os marcos históricos de ambos os processos; (e) a perspectiva decolonial, que fornece novos horizontes utópicos e radicais para o pensamento da libertação humana, em diálogo com a produção de conhecimento (BALLESTRIN, Luciana; 2013, p. 110).

A antropóloga Rita Segato (2021, p. 44), ao estudar a trajetória intelectual e as influências do sociólogo Aníbal Quijano, entende que o marco para a criação do grupo modernidade/colonialidade se fez através da elaboração da categoria, importante para o resgate histórico, para a remodelação de mundo e para o giro decolonial. O momento de elaboração, de acordo com a autora, deve ser entendido no contexto da queda do Muro de Berlim e do fim da Guerra Fria, que introduziu uma reorientação na história do pensamento crítico latino-americano, no final dos anos 1980 e início da década de 1990. Mesmo período em que os estudos de gênero, raça e classe se estabeleceram. Essa reorientação, só foi possível com o desmantelamento da polaridade capitalismo-comunismo, abrindo um novo momento para os movimentos indígenas e ambientalistas, já que a heterogeneidade da realidade latino-americana não poderia ser aprendida a partir de categorias marxistas ou liberais modernas, nas quais se assentava a construção dos estados nacionais democráticos, visto que ambas as teorias centralizam o processo histórico-político europeu, suas particularidades e visão de mundo.

A autora associa as produções de Aníbal Quijano a um jogo de montar, “um intrincado entrelaçamento de um conjunto de formulações que constituem a linguagem na qual o argumento se expressa” (SEGATO, Rita; 2021, p. 53). Através de eixos argumentativos, a autora vai solidificando o complexo pensamento em torno da categoria *colonialidade do poder* e um dos primeiros eixos é o reordenamento da história. De acordo com Aníbal Quijano, a América não só é uma criação colonial como também inventa a Europa:

[...] não somente nos conhecidos sentidos de que os metais extraídos da América foram “a base da acumulação originária do capital”, ou de que “a conquista da América fora o primeiro momento de formação do mercado mundial”, A América, o “Novo Mundo”, surge como o espaço do novo, a novidade americana desloca a tradição na Europa e funda o espírito da modernidade como orientação para o futuro. [...] Assim, nos séculos XVIII e XIX, o mundo americano participa na gestação de ideários políticos, filosóficos e científicos (SEGATO, Rita; 2021, p. 54-55).

Antes do processo de invasão da América não existia a noção de Europa, nem de índio, de negro e de branco. Com a invenção da América e da Europa há uma bipolarização entre “categorias étnicas que unificaram civilizações internamente muito diversas, com povos que dominavam a alta tecnologia e ciência e povos de tecnologia rudimentar” (SEGATO, Rita; 2021, p. 55). Ou seja, uma ideologia própria para a instauração do processo colonial e do capitalismo, como conhecemos hoje. Com a colonialidade do poder, surge algo inédito: a ideia de raça enquanto uma construção colonial, a superioridade da raça branca como um padrão mundial do poder capitalista, que se funda na imposição de uma classificação da população do mundo, através de dimensões materiais e subjetivas criadas a partir da América, reorganizando a exploração do trabalho. Em suma, a categoria potencializa a leitura da raça e do racismo como o princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo.

Walter D. Mignolo (2010) expande o conceito de colonialidade que passa a não ser mais entendido só pelo âmbito do poder, assim, o filósofo argentino sugere que a matriz colonial do poder é uma estrutura complexa de níveis entrelaçados com o controle da economia, autoridade, natureza e dos recursos naturais, do gênero, da sexualidade, do controle da subjetividade e do conhecimento. Assim, há a reprodução de uma tripla dimensão: do poder, do saber e do ser. Nesse sentido, a modernidade seria o lado obscuro e necessário da colonialidade, uma parte constitutiva, intrinsecamente associada à experiência colonial.

Apesar de alguns nomes serem reconhecidos, houve uma renovação crítica das ciências sociais e muitos movimentos epistemológicos situados em diversas universidades da América Latina, com amplas influências. A cientista política Luciana Ballestrin, (2013, p. 89), sobre a criação do Grupo Modernidade/Colonialidade explica que:

[...] foi sendo paulatinamente estruturado por vários seminários, diálogos paralelos e publicações. Ainda no ano de 1998, um importante encontro apoiado pela CLACSO e realizado na Universidad Central de Venezuela, reuniu pela primeira vez Edgardo Lander, Arturo Escobar, Walter D. Mignolo, Enrique Dussel, Anibal Quijano e Fernando Coronil. A partir deste, foi lançada em 2000 uma das publicações coletivas mais importantes do M/C [Modernidade/Colonialidade]: *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. No mesmo ano de 1998, Ramon Grosfoguel e Agustín Lao-Montes reuniram em Binghamton, para um congresso internacional, Enrique

Dussel, Walter Mignolo, Anibal Quijano e Immanuel Wallerstein. Nesse congresso foi discutida pelos quatro autores a herança colonial na América Latina, a partir da análise do sistema-mundo de Wallerstein (Castro-Gomez e Grosfoguel, 2007) (BALLESTRIN, Luciana; 2013, p. 97).

A força motriz do grupo é a reflexão continuada sobre a realidade histórica, cultural e política latino-americana, incluindo o conhecimento que foi violentamente marginalizado/subalternizado dos grupos explorados, resgatando as suas resistências e o caráter de renovação crítica. As influências desse grupo, de acordo com Arturo Escobar, são as mais diversas, que vão da:

[...] Teologia da Libertação desde os sessenta e setenta, os debates na filosofia e ciência social latino-americana sobre noções como filosofia da libertação e uma ciência social autônoma (por ex., Enrique Dussel, Rodolfo Kusch, Orlando Fals Borda, Pablo Gonzales Casanova, Darcy Ribeiro); a teoria da dependência; os debates na América Latina sobre a modernidade e pós-modernidade dos oitenta, seguidos pelas discussões sobre hibridismo na antropologia, comunicação nos estudos culturais nos noventa; e, nos Estados Unidos, o grupo latino-americano de estudos subalternos. O grupo modernidade/colonialidade encontrou inspiração em um amplo número de fontes, desde as teorias críticas europeias e norte-americanas da modernidade até o grupo sul-asiático de estudos subalternos, a teoria feminista chicana, a teoria pós-colonial e a filosofia africana; assim mesmo, muitos de seus membros operaram em uma perspectiva modificada de sistema-mundo (ESCOBAR, Arturo; 2003, p. 53).

Anibal Quijano (2000) identificou que no mesmo momento em que se inicia o processo de conquista e colonização, a modernidade e o capitalismo também davam os primeiros passos. A modernidade, nada mais é, do que a fusão das experiências do colonialismo e da colonialidade com as necessidades do capitalismo, um universo específico de relações intersubjetivas de dominação sob uma hegemonia eurocentrada. Nesse sentido, a América reconfigura o mundo através dessa nova visão, precisa-se de novos vocabulários, conceitos e categorias.

Entender que observamos o mundo a partir de um lugar e que esse lugar não é neutro, é um dos objetivos de várias correntes e teorias que buscam explicar as formações das desigualdades. Agora, inverter o raciocínio e colocar a América Latina no centro é buscar a capacidade explicativa dos processos de exploração, denunciar a continuidade das formas coloniais de dominação e resgatar a História que não foi assimilada pela produção eurocentrada. Assim, a América sai da subalternidade dos estudos pós-coloniais para o protagonismo nos decoloniais, baseados na noção de modernidade/colonialidade.

Os estudos decoloniais mostram que as relações de colonialidade não findaram na independência, denunciando a colonialidade e construindo um movimento insurgente para

romper a base epistêmica moderna. Walter D. Mignolo (2007) defende que a decolonialidade emergiu com a fundação da própria modernidade/colonialidade, através da resistência do pensamento indígena e afro-caribenho. Com três pretensões a decolonialidade denuncia as formas de dominação, possui uma capacidade explicativa que atualiza e contemporiza processos que supostamente teriam sido apagados, assimilados ou superados pela modernidade e, também dá esperanças de um mundo melhor, através de ações políticas, do entendimento de toda a existência como uma existência política.

A aproximação da História das Mulheres, enquanto corrente historiográfica, social e política e a noção de sistema cisgênero-hétero moderno/colonial ocorre através do Feminismo Decolonial e das teorias do Sul-Global. Articulando-se no processo de desenvolvimento científico crítico e posicionado na América Latina²⁵. A cientista política Françoise Vergès (2020) observa que é uma etapa que vem sendo absorvida e continuamente complexificada. Sobre seu caráter político, o Feminismo Decolonial soma-se as lutas:

[...] junto a outros movimentos decoloniais e a todos os movimentos de emancipação, enfrentam um momento de aceleração do capitalismo que atualmente regula o funcionamento das democracias. Eles devem encontrar alternativas ao absolutismo econômico e à fabricação infinita de mercadorias. Nossas lutas constituem uma ameaça aos regimes autoritários que acompanham o absolutismo econômico do capitalismo. Elas ameaçam a dominação masculina, assustada por ser obrigada a renunciar a seu poder – e que, por todo lugar, mostra sua proximidade com as forças fascistas (VERGÈS, Françoise; 2020, p. 37).

Na tentativa de entender a preocupante indiferença dos homens, com relação às violências que as mulheres de cor sofrem do Estado, do patriarcado branco e deles mesmo, Maria Lugones, em 2004, lançou o artigo precursor chamado *Colonialidade e gênero*. Partindo do ponto que as comunidades rurais e indígenas nunca aceitaram a invasão colonial passivamente, a autora entende a indiferença sofrida pelas mulheres como “uma indiferença diante das transformações sociais profundas em nossas estruturas comunitárias” (LUGONES, Maria; 2020, p. 53-54). Para a autora, essa indiferença é traiçoeira porque coloca barreiras intransponíveis nas lutas:

As feministas de cor têm frisado aquilo que só é revelado, em termos de dominação e exploração violentas, quando a perspectiva epistemológica se concentra na intersecção dessas categorias. Ainda assim, isso não tem sido

²⁵ Sobre isso, a cientista política Françoise Vergès (2020, p. 36) atenta para o fato de não se tratar de uma nova onda ou geração, pois isso mascara as múltiplas vias dos movimentos das mulheres no processo histórico. mas de uma nova etapa no processo de decolonização. O seu posicionamento é contextualizado com o histórico de apagamento, epistemicídio de nossas antepassadas, mulheres negras, pobres e indígenas durante o processo de colonização e da colonialidade, ainda presente.

suficiente para fazer os homens de cor, que também são vítimas de dominações e explorações violentas, perceberem que em certa medida são cúmplices ou colaboradores na efetivação da dominação violenta das mulheres de cor. Em especial, a teorização sobre a dominação global continua sendo conduzida como se fosse irrelevante reconhecer e resistir às traições e colaborações como essas (LUGONES, Maria; 2020, p. 54).

Através dos trabalhos sobre gênero, raça e colonização, que constitui os feminismos de mulheres de cor dos Estados Unidos, do Terceiro Mundo, das versões das escolas de jurisprudência “*Lat Crit e Critical Race Theory*” e da análise de Aníbal Quijano sobre colonialidade do poder, Maria Lugones complexifica as teorias críticas do sistema moderno-colonial de gênero, formando o Feminismo Decolonial. A autora atenta para um lado visível que constrói hegemonicamente o gênero e suas relações e que organiza a vida de homens e mulheres brancas, dando forma e significado para as construções de homem e mulher e um lado invisível, de violência epistêmica e física: “Caracterizar esse sistema de gênero como colonial/moderno, tanto de maneira geral como em sua concretude específica e vivida, nos permitirá ver a imposição colonial em sua real profundidade, nos permitirá estender e aprofundar historicamente seu alcance destrutivo” (LUGONES, Maria; 2020, p. 55).

Complexificando os estudos de Aníbal Quijano, Maria Lugones observa uma compreensão patriarcal e heterossexual das disputas pelo controle do sexo, seus recursos e produtos, aceitando o entendimento capitalista, eurocêntrico e global sobre gênero:

Entender os traços historicamente específicos da organização do gênero em seu sistema moderno/colonial (dimorfismo biológico, a organização patriarcal e heterossexual das relações sociais) é central para entendermos como essa organização acontece de maneira diferente quando acrescida de termos raciais. Tanto o dimorfismo biológico e a heterossexualidade quanto o patriarcado são características do que chamo o lado iluminado/visível da organização colonial/moderna de gênero. O dimorfismo biológico, a dicotomia homem/mulher, a heterossexualidade e o patriarcado estão inscritos – com letras maiúsculas e hegemonicamente – no próprio significado de gênero (LUGONES, Maria; 2020, p. 56).

Entendendo a categoria de colonialidade do poder enquanto um giro²⁶, Maria Lugones observa que a humanidade e as relações humanas são reconhecidas pelos termos biológicos,

²⁶ O giro decolonial é um dos eixos fundamentais para entender o Feminismo Decolonial, visto que orienta a uma relocalização da existência histórica, revisita as narrativas europeias sobre o mundo e sugere olhares outros, múltiplos, que foram apagadas pela história única: “O giro decolonial evita o termo descolonização, uma vez que não se trata de um retorno ou de um movimento nostálgico, mas sim de retomar um caminho até agora bloqueado pela razão tecnocrática, de esquerda e de direita, dos estados neoliberais e real-socialistas. O giro decolonial não é um movimento restaurador, mas uma recuperação das pistas abandonadas rumo a uma história diferente, um trabalho nas brechas e fraturas da realidade social existente, dos restos de um naufrágio geral dos povos que mal sobreviveram a um massacre material e simbólico contínuo ao longo de quinhentos anos de colonialidade, de esquerda e de direita” (SEGATO, Rita; 2021, p. 73).

atravessando o controle do acesso ao sexo, à autoridade coletiva, ao trabalho e a subjetividade/intersubjetividade. Os estudos decoloniais surgem nesse contexto, pensando a América Latina, mas ainda restringindo-se a universidades estadunidenses e de países não latinos, em relação aos seus principais lugares de enunciação, procurando resgatar diferentes feminismos da região (chicano, negro, latino-americano), inspirada no grupo Modernidade/Colonialidade. María Lugones (2020) propõe um feminismo a partir de críticas às teorias feministas hegemônicas, intervindo através da noção de sistema-mundo/colonial de gênero e feminismo decolonial. A proposta de um feminismo decolonial, distingue-se dos outros feminismos por filiação teórica, geográfica e política fazendo questão de colocar as Américas e a América Latina como centro, ressignificando antigas traduções e conceitos a partir da luta e das resistências dos colonizados. A colonialidade de gênero convida a historicizar o patriarcado, ao mesmo tempo em que contesta a tese de Anibal Quijano, já que a imposição de um sistema de gênero binário foi tão constitutiva da colonialidade do poder. Assim, gênero e raça teriam sido constructos coloniais que objetivaram racializar e engendrar as sociedades colonizadas²⁷.

Dentro dessa lógica de sistema mundo, as mulheres colonizadas são inventadas enquanto mulheres e são fundamentais para a lógica de exploração capitalista, seja com a precarização e a feminização do trabalho, a reprodução, a exploração do corpo e dos afetos. Com a articulação interseccional do feminismo negro, Maria Lugones critica a lógica dos eixos estruturais de Aníbal Quijano, já que ele entende o sexo como um atributo biológico:

As designações revelam que o que se entende por sexo biológico é socialmente construído. Do final do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, a função reprodutiva era considerada característica essencial de uma mulher. A presença ou a ausência de ovários era o critério mais definidor do sexo. Porém, existe um grande número de fatores que intervêm “na definição do sexo ‘oficial’ de uma pessoa”: cromossomos, gônadas, morfologia externa, morfologia interna, padrões hormonais, fenótipo, sexo designado, e aquele

²⁷ Maria Lugones parte muito dos trabalhos de Oyéronké Oyewùmi sobre os Iorubás e de Paula Allen sobre diferentes tribos nativas norte-americanas ginecráticas antes do contato com os colonizadores. Contudo, Luciana Ballestrin (2017, p. 1049) questiona as evidências históricas e empíricas, dizendo que há generalizações e problemas metodológicos : “[...] a partir de um punhado de casos secundários, estabelece uma proposição de caráter universal. Em uma resenha crítica sobre o trabalho de Oyewùmi, Bibi BAKARE-YUSUF (2003) afirma que alguns trabalhos feministas recentes baseados em culturas não europeias procuraram demonstrar que outras categorias para organizar a vida social aparecem como mais importantes do que as hierarquias de gênero (como idade e sexualidade). Isso pode sugerir uma validade temporal e histórica do patriarcado, ainda que a maior tendência seja a de reconhecer que a diferença de gênero é central pelo mundo afora. A autora pergunta-se: podem gênero e patriarcado serem categorias aplicadas fora do contexto europeu e americano? Pode-se assumir que todas as sociedades são organizadas em torno da diferença sexual/biológica (Ibid., p. 121)? O argumento de Oyewùmi que sustenta não ser o gênero uma categoria relevante para muitas sociedades africanas, em particular os Yorubas, é criticado por Bakare-Yusuf pela sua incapacidade de investigar seriamente os corpos sexuados e suas implicações para diferentes aspectos da vida social” (BALLESTRIN, Luciana, 2017, p. 1049).

que a própria pessoa designa a si mesma. Atualmente, os cromossomos e as genitálias são parte dessa designação, mas de tal maneira que conseguimos ver como a biologia é uma interpretação e é, por ela mesma, cirurgicamente construída (LUGONES, Maria; 2020, p. 63).

Através do trabalho de Julie Greenberg e Paula Gunn Allen sobre intersexualidade, Maria Lugones entende que indivíduos intersexuais eram reconhecidos em muitas sociedades tribais anteriores a colonização sem serem assimilados a uma classificação binária, sendo importante entender as mudanças que a colonização trouxe em relação ao dimorfismo sexual. A autora, também, observa que “gênero” vem antes da biologia, sendo que a naturalização das diferenças sexuais é outro produto do uso moderno da ciência. A autora também entende o gênero como uma imposição colonial da modernidade, afetando a organização social das sociedades de forma mútua:

A redução do gênero ao privado, ao controle do sexo, seus recursos e produtos, é uma questão ideológica, apresentada como biológica, e é parte da produção cognitiva da modernidade que conceitualizou a raça como atribuída de gênero e o gênero como racializado de maneiras particularmente diferenciadas europeus/eias brancos/as e para colonizados/as não branco/as. A raça não é nem mais mítica nem mais fictícia que o gênero – ambas são ficções poderosas (LUGONES, Maria; 2020, p. 73).

Historicamente, a categorização de mulheres como brancas, sexualmente passivas, física e intelectualmente frágeis, colocou em oposição às mulheres colonizadas, não brancas, nesse sentido, as representações de gênero e sexualidade estão muito presentes na articulação com o racismo. Maria Lugones foi a precursora do Feminismo Decolonial, uma abordagem antirracista e anti-imperialista que propõe ser uma ação política e social de mundo, como também uma explicação para as explorações de mulheres, entendendo de forma complexa a dominação através do gênero, enquanto uma invenção. Há, também, o interesse de se distanciar do feminismo branco/europeu, impregnados de objetivos civilizatórios que oferecem ao neoliberalismo e ao imperialismo uma política dos direitos das mulheres, mas que servem aos seus próprios interesses.

Françoise Vergès (2020), no livro *Um feminismo decolonial*, recentemente traduzido para o português, faz uma análise brilhante sobre como o capitalismo diferencia a humanidade, gerando um esgotamento dos corpos das mulheres racializadas. A relação dialética construída entre os corpos eficientes da burguesia neoliberal e os corpos exaustos das mulheres negras ilustra os vínculos entre neoliberalismo, raça, gênero e hétero-patriarcado. A cientista política chama essa construção de economia do esgotamento dos corpos: historicamente ancorada na escravização de pessoas e da reprodução, transformado em capital, “a fabricação de uma

vulnerabilidade diferenciada para uma morte prematura [...] é o próprio sinal dessa economia: morte prematura de vidas negras, morte prematura de recursos” (VERGÈS, Françoise; 2020, p. 20).

Através de uma noção materialista, Françoise Vergès coloca o trabalho no centro da discussão e entende que a ocupação laboral de mulheres não-brancas e pobres é indispensável para o funcionamento da sociedade, e justamente pelo caráter indispensável precisa ser invisível: “esse trabalho é considerado parte daquilo que as mulheres devem fazer (sem reclamar) há séculos – o trabalho feminino de cuidar e limpar constitui um trabalho gratuito” (VERGÈS, Françoise; 2020, p. 24-25). Nesse sentido, seu feminismo é ancorado nas lutas do Sul Global, defendendo “a palavra “feminismo” das mãos avidas da oposição, carente de ideologias” e afirmando a fidelidade às lutas das mulheres do Sul global que nos precedera, reconhecendo seus sacrifícios e recebendo suas heranças.

Com essa linha historiográfica, busquei evidenciar a luta das mulheres por reconhecimento científico e na vida social. A História das Mulheres, através do Feminismo Decolonial e a noção de mundo buscam encontrar vestígios, como também, soluções para o patriarcado, complexificando as análises históricas já que busca uma revolução de mundo. Através da centralização das mulheres e das Américas nas narrativas é possível identificar os discursos que ficaram excluídos da História convencional, trazendo ao mundo as lutas e conquistas femininas.

Luciana Ballestrin (2013, p. 111) faz uma crítica muito pertinente ao grupo modernidade/colonialidade. Analisando suas obras, seu quadro técnico, a cientista política mostra que o grupo não discute com o Brasil, apagando a colonização portuguesa, que têm especificidades diferentes do resto da América. De acordo com a autora, o grupo foi atingido pelo “complexo de Colombo”, privilegiando a análise da América hispânica em detrimento da portuguesa, chamando pouca atenção aos processos de colonialidade e subimperialismo dentro do continente, a exceção dos Estados Unidos.

É importante lembrar que no Brasil, Lélia Gonzalez parte de outra concepção teórica na formulação de seu raciocínio, mas também decoloniza a formação cultural e geográfica da América, a partir da categoria político-cultural da Amefricanidade, que incorpora o processo histórico de trocas culturais de adaptação e resistência. Nesse sentido, é importante entender o racismo e o sexismo científico que não incorporou nos centros acadêmicos as categorias revolucionárias da teórica Lélia Gonzalez, que publicou o texto: *A categoria político-cultural da Amefricanidade*, em 1992, na Revista Tempo Brasileiro. Atualmente, os estudos decoloniais entendem os seus limites e incorporam pensamentos subversivos que cumprem os requisitos de

explicação e contemporização dos processos que teriam sido apagados pela modernidade e, também, surgem como força de esperança. Em texto anterior, de 1984, Lélia Gonzalez denuncia o olhar colonial, machista e racista e começa a desenhar o conceito de Amefricanidade. Assim como propõe uma contemporização e problematização das noções de mulata, doméstica e mãe preta, fazendo a ligação dessas ocupações dentro das linhas da exploração da colonialidade através do branqueamento - “a lógica da dominação que visa a dominação da negra mediante a internalização e a reprodução dos valores brancos ocidentais” (GONZÁLEZ, Lélia; 2019, p. 251).

Reconhecer as múltiplas histórias das mulheres, assumir suas ancestralidades, também é conviver com uma herança do medo. Uma herança ideológica colonial que atravessa nossas vidas de forma subjetiva, nos impedindo de atravessar certas barreiras sociais, como também, nos subjugando/julgando pelo/no olhar do outro e pelo nosso próprio, nos deixando a margem do afeto, dos espaços de poder e decisão. Essa herança é repassada através da exclusão da História das Mulheres, do estupro e da violência como mecanismo de controle e da família como reprodutora de poder. O Feminismo Decolonial exige a existência e o reposicionamento no mundo. Nesse sentido, é preciso reconhecer a obra de Carolina Maria de Jesus como uma denúncia ao sistema mundo, em *Quarto de despejo*, a autora não somente conta sua difícil vida de mulher negra, mãe, catadora e favelada, ela mostra através da experiência a opressão e a posição da mulher negra dentro de um contexto cis-hétero moderno/colonial. Na década de 1950, a autora foi uma das precursoras nesse difícil desafio de desvelar as artimanhas da dominação.

3 UMA CIDADE VIVA: PORTO ALEGRE NO FINAL DO SÉCULO XIX

Porto Alegre no final do século XIX viveu um momento de urbanização e desenvolvimento. A noção de *desenvolvimento* foi expandida principalmente nesse período XIX, como uma ação política planejada e estabelecida dentro da noção de modernidade. Criada pelos parâmetros europeus que estabelece através de um pensamento único e velado as ideias que nos formam (sociedade, família e educação, por exemplo). Ou seja, a noção de – desenvolvimento - tem em suas raízes processos do “sucesso” capitalista, moderno, eurocêntrico, cisgênero-hétero, branco, masculino e patriarcal. As mulheres, como outros grupos, ficaram excluídas da igualdade proveniente do desenvolvimento moderno, pelo contrário, foram entendidas enquanto sujeitas às leis e a proteção masculina:

A Constituição de 1891 proclamou a república de cidadãos livres e iguais perante a lei. Como foi o caso na legislação do século XIX, no entanto, a Constituição não definiu claramente “igualdade” e “cidadania”. Ela não mencionava o gênero, mas referia-se ao povo brasileiro com pronomes coletivos masculinos (“todos” são iguais perante a lei; “os cidadãos” podem votar). Mais que simplesmente seguir as regras formais da língua, os governos republicanos interpretavam essa redação de modo que excluísse as mulheres. Ao restringir a cidadania “ativa”, que compreendia o direito de votar e de ocupar cargos públicos, somente aos homens alfabetizados maiores de 21 anos, os legisladores garantiam a plena cidadania para uma minoria privilegiada. Em companhia de crianças, loucos, mendigos, analfabetos e índios protegidos pelo Estado, as mulheres permaneceram cidadãs “inativas”, sujeitas às leis republicanas, mas sem o direito de participação cívica (CAULFIELD, Sueann; 2000, p. 63).

A moralidade que se afirmou através de técnicas higiênicas foi uma manobra de exercício do poder de intelectuais, que se achavam instrumentalizados para assegurar aos habitantes do final do século XIX uma vida baseada no desenvolvimento. A organização social em Porto Alegre, no final do século XIX, de acordo com a arquiteta e historiadora Dóris Machado Bittencourt (2013), por exemplo, tratou os fatos históricos sul-rio-grandenses como processos em desenvolvimento dentro da afirmação do capitalismo, estabelecendo relações entre a organização do espaço público e privado. Ao privilegiar a família, a autora ressalta os espaços de habitação e a situação da mulher através de uma moralização implantada por intelectuais no final do século XIX. Enquanto uma idade de ouro do privado, como a autora denomina, esse período tenta consolidar um estado-nação através dos médicos, mas não só, inspirados nas experiências inglesas e francesas. Sobre o poder dessa classe:

Considerando que o poder tem uma relação intrínseca com o saber, ou seja, todo ponto de exercício de poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber, na medida em que as técnicas higiênicas asseguravam uma melhoria da qualidade de vida da população, garantiam também o exercício do poder médico (BITTENCOURT, Dóris; 2013, p. 124).

Relacionando a persuasão como uma técnica, a autora aponta que a medicina atuou junto com o Estado através de leis, punições e do uso do aparato jurídico-policial, já que o sistema cisgênero-hétero moderno/colonial precisou exercer o controle político e demográfico da família. Esses intelectuais médicos precisavam diferenciar as pessoas, moldando noções sobre a mulher e o homem branco, separando não só as pessoas, mas a cidade:

No século XIX, a ansiedade em relação aos odores da terra, da água e dos corpos misturados provocou a organização de uma estratégia que separava o odor dos ricos e pobres. A estratégia utilizada estabeleceu uma separação entre o odor do rico e do pobre. Aproximadamente na metade desse século, difundiu-se um rebaixamento dos níveis de tolerância olfativa (BITTENCOURT, Dóris; 2013, p. 136).

A diferença foi um mecanismo para separar as pessoas, através de hierarquias de classe, raça e gênero. Politicamente, o período republicano exerceu uma leitura positivista através da noção de progresso, civilização e desenvolvimento, incentivando ideias europeias sobre educação, higiene corporal e o pudor, ou seja: instaurando uma ferramenta da colonialidade do poder, através do saber, da ciência. Para que esses intelectuais detivessem o poder, era necessária também a instauração de um regime político republicano para controlar e promover o desenvolvimento. A historiadora Cláudia Mauch aponta que percebemos esforços dos governantes em reorganizar as cidades, vigiar e impor uma ordem ao espaço urbano e a seus habitantes:

Ao longo de todo o século XIX, as elites brasileiras viveram a preocupação da possível insubmissão de libertos e da população pobre em geral. Do ponto de vista dessas elites, tal população era constituída por homens e mulheres “sem senhor” que, nas cidades, viviam em perigosa proximidade e autonomia e, no campo, deveriam ter sua lealdade e submissão barganhada (MAUCH, Cláudia; 2004, p. 27).

Assim, Porto Alegre vai se construindo em um misto de práticas e estabelecimento de ordens. Uma cidade que se industrializava a partir de uma noção de enquadramento de cada cidadão. A Constituição Estadual de 1891, elaborada por Júlio de Castilhos, baseou-se declaradamente em preceitos de conduta e organização governamental do positivismo de Augusto Comte²⁸. Júlio de Castilhos entendia que a ordem e o progresso da sociedade deveriam fundamentar-se na educação moral dos indivíduos, através de processos pedagógicos: “Castilhos, no entanto, desconfiava da razão individual, entendendo que a moralização da sociedade deveria se dar, necessariamente, por meio da tutela do Estado sobre os indivíduos” (MAUCH, Cláudia; 2004, p. 40). A historiadora reforça que a década de 1890 foi um período bastante conturbado no Rio Grande do Sul, devido às disputas republicanas e liberais sobre o poder do estado. Em 1893 eclode a Revolução Federalista²⁹. A ala que defendia um poder republicano forte e centralizado venceu com o apoio do presidente Floriano Peixoto, iniciando um período que Mauch chama de *paz positivista*, que se estenderia por todo o período da República Velha.

A república aqui representou muito mais do que uma mudança no grupo do poder. O disciplinado PRR, possuía um projeto bem definido para o progresso econômico e social do estado, filosoficamente orientado pelo positivismo de Augusto Comte. Tal projeto levava a sério a máxima “ordem e progresso”, tomando como princípio a ideia comtiana de que o Estado é o representante de todas as classes sociais, não devendo, portanto, conceber privilégios a nenhum grupo em especial e procurando “incorporar o proletariado à sociedade moderna” (MAUCH, Cláudia, 2004, p. 39-40).

A legislação e administração do Estado deveriam se nortear pela busca do bem público, que era identificado com a segurança do Estado e com a moralização dos cidadãos através da

²⁸ Já a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1891, foi a segunda constituição do Brasil e a primeira do sistema Republicano, sofrendo apenas uma alteração até 1926. A forma de governo passa a ser a República Federativa, constituída por vinte estados, mais o distrito federal, Rio de Janeiro. Os principais autores foram Prudente de Morais e Ruy Barbosa, inspirados na Constituição da República Argentina, dos Estados Unidos da América e da Suíça, com poderes descentralizadora dos poderes, com autonomia aos municípios e aos Estados.

²⁹ A Revolução Federalista foi uma guerra civil tratada até o presente como caracterizada por uma violência extrema, daí o epíteto de – *guerra da degola*. Ela ocorreu entre os anos de 1893 e 1895 e foi fundamental para a reorganização política regional durante as duas décadas seguintes, já que marcou a hegemonia do Partido Republicano Rio-grandense. Ver em: Loiva Otero Félix (1996); Sandra Pesavento (1983); Cláudia Mauch (2011); Carina Martiny (2018).

instauração do projeto da modernidade. É a noção de bem público que limitaria os direitos individuais. A historiadora Céli Pinto (1986) explica que o positivismo adotado pelo estado era caracterizado com bases na evolução natural:

O PRR [Partido Republicano Riograndense] se apresentava como o único partido capaz de administrar o estado porque sua posição enquanto organização era consequência da evolução da lei natural – que garantia o sucesso do grupo mais desenvolvido, aquele que estava alicerçado em uma sólida educação política e filosófica (PINTO, Céli; 1986, p. 25).

Nesse sentido, Porto Alegre como capital do estado do Rio Grande do Sul, se organizava através do grupo que se entendia enquanto mais desenvolvido, instituindo diversos mecanismos de manutenção do poder. A filosofia positivista de Augusto Comte englobava os campos da política e da sociologia e tinha a pretensão de desenvolver a moral do homem - literalmente o masculino. A educação e a ciência eram de extremo valor nessa corrente, assim prezava-se um grupo de pessoas que elevaria a humanidade ao máximo da evolução. Contudo, essa evolução englobava somente os homens cisgênero-hétero e brancos, não as mulheres. Era um momento de redefinição do poder, de estruturação da sociedade e de adequação as novas moralidades.

A historiadora Sandra Pesavento é uma das maiores entusiastas de uma Porto Alegre viva. Através de seus escritos experimentamos uma cidade repleta de experiências, cotidianos, afetividades e sobrevivências, mas também um território definido e delimitado a partir de relações de poder. Pensando a cidade através da noção de território, Porto Alegre concentra campos de forças, identidades e atrizes que estão sempre em processos de transformações, “[...] considerando que é no cotidiano da própria vivência que as coisas vão acontecendo, vai se configurando o espaço, e dando feição ao lugar” (CALLAI, Helena, 2004, p. 2). Uma cidade viva, um território composto por histórias, memórias, cores, odores, sons e movimentos³⁰.

Em *Os pobres da cidade*, Sandra Pesavento brilhantemente traduz Porto Alegre através de suas ocupações, que iam da ponta da península, com casas que se estendiam “ao longo de três ruas paralelas à praia, cortadas por pequenas transversais que desciam da cidade alta à baixa” (PESAVENTO, Sandra; 1994, p. 86), como um leque, que se expande ao norte, sul e leste a partir do rio/lago Guaíba. Era um grande vilarejo de espaços rurais com um centro formado por residências e comércios, que passavam por um processo de transformação específica do contexto geográfico e social do século XIX, como a ocupação forçada, escravização, e a política de colonização europeia. As organizações sociais que ali se moldavam foram atravessadas por muitos discursos que eram ancorados na ciência e na política, com

³⁰ Recomendamos a leitura da dissertação de Daniele Machado (2017).

líderes inspirados em modelos teóricos preconceituosos europeus, mas também através de vivências de pessoas que ali tinham suas vivências. Essas pessoas eram imigrantes, migrantes, naturais do Estado, povos originários e negras, cada qual com sua história de luta e sobrevivência.

O viajante alemão Robert Avé-Lalemand, em 1858, expõe sua visão da cidade³¹:

Corre, ao longo da margem, a rua da Praia, a principal, larga, regular, mesmo com casas muito majestosas de até três andares. Paralelamente, a meia altura ou no alto da colina da cidade, bonitas travessas, cortadas por várias ruas, começadas no alto da colina da cidade, [...], sobem a ladeira, de modo que a cidade, apesar de sua posição inclinada na encosta e sobre o monte, pode classificar-se entre as mais regulares. A melhor das ruas ascendentes conduz a uma grande praça irregular, onde se acham a igreja da matriz, o palácio da presidência e um teatro recentemente construído. Além, para o sul, o pequeno edifício da Assembleia. A partir daqui seguem duas ruas, uma à direita, outra à esquerda. Uma, no alto, leva ao grande hospital e casa de expostos, ainda não concluído, porém amplo e espaçoso; a outra desce para o rio, cuja margem se acha a cadeia pública, construída em estilo mais ou menos de castelo forte e, perto dela, um imponente arsenal. Além da praça partem alguns caminhos bastante tortuosos para uma grande planície ou vargem, semeada, aqui e ali, de casas de campo e igrejas, fechando a região uma cadeia de serras. Do alto da igreja e do teatro, a vista é de rara beleza (PESAVENTO, Sandra, 2008, p. 24).

Como um viajante localizado como europeu, branco e homem, podemos nos questionar de sua percepção da cidade. O que seriam os caminhos tortuosos? Os becos e as ruas dos pobres? Talvez, apesar de seu depoimento localizado, conseguimos compreender como o centro da cidade continha espaços culturais pensados para a elite, mas que a presença pobre se fazia presente, ocupando-a através do comércio e das instituições de controle bem definidas, como o hospital, a Igreja e a cadeia. Com a crescente populacional, a urbe tornou-se centro escoadouro:

Por ocasião do cerco à cidade durante a Revolução Farroupilha, os primeiros problemas propriamente urbanos eclodiram: a população fora obrigada a concentrar-se na área central, e esta proximidade pôs a nu problemas até então não conhecidos pelo antigo burgo açoriano. Aglomerados de casas de todos os tipos, num cruzamento de ruas e becos, exibiam um crescimento anárquico (PESAVENTO, 1994, p. 86).

Nas décadas de 1850/60 a cidade se expande para as zonas dos chamados arraiais, espaços vistos como suburbanos pela falta de recursos e pelas dificuldades de deslocamento, mas que cresciam por conter empregos em olarias, moinhos, matadouros e pequenas fábricas e

³¹ Uma das formas de reconstruir o território da cidade é imaginar através de relatos e imagens. Não pretendo me estender nisso, mas considero um importante a criação de um cenário mental para entender as histórias que virão. Sobre o uso dos relatos dos viajantes, ver: Mary Louise Pratt (1999); Luciana de Lima Martins (2001); Lorelai Kury (2008); José Carlos Barreiro (2002).

modestas propriedades rurais. O centro ainda era o ponto de encontro, “na opinião dos notáveis da cidade, uma promiscuidade indesejada de ricos e pobres, vivendo face a face. A cidade se revelava suja, malcheirosa, desordenada” (PESAVENTO, Sandra, 1994, p. 86). Um ponto importante a refletir é quem são esses notáveis? Viajantes, pintores, engenheiros, escritores, políticos, médicos e advogados? Homens burgueses que se alinhavam com a ideologia europeia de modernização, limpeza e branqueamento das cidades. Enquanto essa classe privilegiada de história³² e poder se queixavam da aproximação com o pobre, suas sujeiras escoavam para os centros, enquanto o grupo se instalava nas ruas altas do centro, como a Duque de Caxias e a Independência. Os pobres conviviam mais próximos da margem do Guaíba, com os cheiros humanos e a convivência cada vez mais difícil se instalando em porões sublocados e construções coletivas, cortiços e casas de pasto, por exemplo. Importante pensar que cheiros e gostos também são percepções criadas ao longo da história para marcar a diferença, subalternizar.

Michelle Perrot (1981, p. VIII) explica muito bem esse fenômeno, pensando o viés europeu. De acordo com a historiadora, as classes com maior concentração de renda e poder se retiravam para a vida privada, para a família (enquanto instituição), criando diferenciações com o pobre, que teria a rua como fonte de relações sociais e renda. A República no Brasil (1889) trouxe uma ideia de progresso econômico ligada a uma ordenação, padronização e higienização correlatada a ciência e ao Estado. Sandra Pesavento explica que o século XIX descobriu o fato social como um problema e o transformou em saber científico intervencionista e atrelado ao Estado. Enquanto problema, a questão social evoluiu para discursos científicos que descreveu, analisou e despertou estratégias de controle racistas e generificadas em prol de uma cidade moderna, articulando o “discurso médico e higienista, o discurso jurídico e criminológico, o discurso técnico e estético” (PESAVENTO, Sandra; 2008, p. 8-9). Através da ciência criou-se representações estereotipadas com imagens que não se mede pela sua veracidade ou aproximação com o real concreto, mas que buscam convencer. Propagadas pela imprensa, “[...] Zé Povinho, o operário, o vagabundo, a prostituta, o trapeiro” (PESAVENTO; Sandra, 2008, p.9) representam lugares sociais bem definidos e articulados com pensamentos de gênero, raça e classe bem antagônicos (PEREIRA, Cristiana; 2002; PERROT, Michelle; 1992; PESAVENTO, Sandra; 1989).

Muitos discursos foram aceitos como verdades e ainda são pouco problematizados. Mobilizados pela sociedade, esses discursos foram reproduzidos nas fontes não só pelos

³² Privilegiada de história no sentido de que suas histórias ainda prevalecem no coletivo historiográfico.

poderes jurídicos e médicos, mas também por pessoas comuns que replicavam essas lógicas, como demonstra a historiografia (FERLA, Luis; 2005; CUNHA, Olívia; 2002; SILVA, Sarah; 2018). No campo historiográfico, os populares são entendidos como subalternos, economicamente pobres, com dificuldades de subsistência e moradia, exercendo tarefas consideradas como menos qualificadas e esporádicas, *cidadãos de segunda ordem*, que estão em “relações de subordinação e dominação, em exclusão política, em inserção por baixo da estrutura social, em ausência ou presença pouco significativa de direitos frente o grande acúmulo de deveres” (PESAVENTO, Sandra, 1994, p. 11 - 13). No meu entendimento, a palavra *subalternidade*, além de associar pessoas a uma categoria inferior, *segunda classe*, dificulta o olhar e o entendimento sobre o poder de ação delas, que apesar de ser limitado devido às políticas burguesas, faziam o que estavam dentro das suas condições para sobreviver. A própria sobrevivência, já é um poder de ação muito grande em um período histórico de muita desigualdade social. Apesar dessas pessoas possuírem limites de ação com base nas prerrogativas de Estado, cultura e religião, elas exerciam a resistência através de mecanismos como a própria instituição judiciária, ou seja, estar marcando presença naquele espaço de homens para reivindicar algo, é uma ação que precisa ser pensada através das lentes feministas. Nessa Porto Alegre de pessoas diversas, de concentração demográfica na área urbana,

[...] as notícias deviam correr de boca em boca antes mesmo de serem transformadas em texto, dossel e o jornal ou o livro de ocorrências da polícia. Uma cidade, enfim, onde todos deveriam se conhecer e, também construir, pelo que viam e ouviam do acontecido, a sua própria versão das ocorrências (PESAVENTO, Sandra; 2008, p. 30).

Essa cidade viva que circulava os fatos, comentava, fazia suposições e construía versões foi palco de alguns acontecimentos que precisam ser revistos a olhares muito atentos. Christopher Hill (1987, p. 32) explica que a História precisa ser reescrita sempre, porque mesmo que o passado não mude, as questões do presente se modificam com as novas experiências e percepções teóricas. E é isso que farei, uma história reescrita a partir da preocupação de entender o passado das mulheres, as origens da opressão, as participações masculinas e a constituição de ferramentas necessárias para acabar com a violência, através do conhecimento de uma história feminista.

Com o avanço da mobilidade e das tecnologias, Porto Alegre buscava ares menos agrícolas e de vilarejo para seguir os ares da modernidade urbana, onde se fixavam normas e condutas, onde o progresso enfrentava a tradição e os comportamentos precisavam mudar.

A taxa geométrica de crescimento demográfico de Porto Alegre, entre 1858 e 1872 é mais de 5 vezes a do período de 1820/48. Melhoramentos urbanos começaram a ser introduzidos na cidade por esta época: 1872 – instalação definitiva de água; 1864 – primeira linha de bondes; 1869 grande mercado público; 1872 – instalação definitiva dos serviços de bondes; 1874 – iluminação a gás. Entre 1872 e 1890 a taxa geométrica de crescimento de Porto Alegre cai a cerca de 60% do período anterior (1858/1972), mas ainda se mantém elevada. Em 1879, funda-se a primeira companhia de seguros do Rio Grande (a Phoenix) com sede na capital e em 1884 inaugura-se o serviço telefônico da cidade, criado com capitais rio-grandenses. Ambos os fatos demonstram o vigor econômico atingido pela cidade no fim do século (SINGER, Paul; 1974, p. 162).

No plano macro o sistema escravista encontrava novas ferramentas para o “chicote”, novos modelos para controlar os grupos que foram *minorizados*, ou aqueles que não se enquadravam no status de homem hétero branco privilegiado:

As autoridades provinciais procuravam mobilizar-se, canalizando seus esforços para os *inimigos domésticos* considerados preferenciais: escravos, desertores e vadios em geral, principalmente quando encontrados atuando juntos (MOREIRA, Paulo, 2009, p. 10).

Como continuar mantendo os privilégios brancos em um momento de quebra da escravidão, quando as hierarquias sociais e raciais eram contestadas, principalmente por mulheres negras? Através de mecanismos de controle, com barreiras sociais estabelecidas e novas concepções sobre família, trabalho, criminalidade, orientações sexuais, que (re)ajustavam os espaços e lugares sociais. Foi nessa Porto Alegre, viva e preconceituosa, que nossas histórias acontecem.

4 A AÇÃO DO PATRIARCADO NO DEFLORAMENTO DE ALBERTINA FIEL KRAEMER

Albertina Fiel Kraemer e Mazarino de Moraes, moradores da região central de Porto Alegre, são os meus personagens históricos que possivelmente vivenciaram uma relação afetiva e sexual, com trocas de afeto e carinho, sonhos e planos. Mas, não será bem essa história que vou analisar. Em 22 de outubro de 1897, Emilia Fiel Kraemer procurou a 1ª delegacia de polícia para denunciar Mazarino de Moraes, pelo crime de defloração contra a sua filha³³.

³³ Processo número 3.625, maço 135, estante 1. Disponível no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, localizado na Rua Riachuello, 1031 – Centro Histórico, Porto Alegre.

Compreendendo a teoria, discutida nas etapas anteriores desta tese, vamos entender na prática como o sistema cisgênero-hétero moderno/colonial agia na vida de mulheres como Emilia e Albertina Kraemer na cidade de Porto Alegre, no final do século XIX. Como a proteção masculina é uma falácia, já que a noção de família é falha, e é essa falha que autoriza homens a não cumprirem o seu papel na sociedade cisgênero-hétero moderna/colonial, ressalto que as socializações são ações quase que invisíveis, e esse processo de defloramento não é um caso excepcional, pelo contrário, muitos casos como esse aconteceram, em circunstâncias muito piores e que não tiveram o privilégio de ter uma esperança de mediação e não deixaram registros. Quanto mais pobre e mais negra ou indígena menos valia tinha essa mulher.

Em 28 de setembro de 1897, em Porto Alegre, Emilia Kraemer registrou queixa na delegacia de polícia contra Mazarino de Moraes, por deflorar sua filha Albertina Kraemer, de 15 anos de idade, sendo tal crime prescrito no artigo 267 do Código Criminal - “deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude” (BRASIL, 1890). Moradoras da Rua Riachuelo, número 151, da área central da capital sul-rio-grandense, Emilia tenta reparar a honra de sua filha, comprometida por uma falsa promessa de casamento e seduzida a ter relações sexuais antes da efetivação do matrimônio.

No Código Penal de 1890 os chamados crimes sexuais foram reunidos sob o título VIII - “dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor”. Esses crimes eram pensados a partir da perspectiva da família, enquanto instituição, não enquanto violação de direitos pessoais. O capítulo I - “da violência carnal” - era composto pelos artigos 266/267/268/269. Nesse pequeno compilado de ideias oitocentistas é possível visualizar como a mulher era vista pelo olhar do homem. Se hoje temos minimamente um aparelho jurídico e temos a tipificação dos crimes que acometem as mulheres, isso é resultado da luta e persistência de mulheres, sobretudo, feministas. Foi pela luta e insistência de mulheres para serem entendidas enquanto sujeitas, e isso envolve um processo social de diferentes historicidades, tensões e trajetórias político-sociais³⁴. O olhar masculino sobre as violências de gênero remetiam a honra e a honestidade, não das mulheres que tinham sido violentadas, mas dos homens que compunham essa família e poderiam ser prejudicados, ridicularizados por outros homens. O próprio código encarregou-se de definir violência, como “não só o emprego da força física, como o de meios que privem a mulher de suas faculdades psíquicas, e assim da possibilidade de resistir e defender-se, como sejam o hypnotismo, o chloroformio, o ether, e em geral os anestesicos e narcóticos” (BRASIL, 1890).

³⁴ O movimento feminista foi um dos primeiros movimentos sociais a focar o campo jurídico como estratégia política para a promoção de mudanças na igualdade de gênero (VIEIRA, Miriam; 2011, p. 21).

É evidente que os crimes sexuais, se comparados aos insultos, representavam uma forma diferente de afronta a um tipo diferente de honra. Os atos criminosos não eram verbais, mas físicos; o dano causado, na maioria das vezes, não era apenas moral, mas também material. As vítimas eram exclusivamente do sexo feminino e sua honra era associada ao pudor e a fidelidade, não à autonomia pessoal e autoridade pública. As leis sobre sedução e estupro que requeria, que a vítima fosse honesta não estipulavam se o critério para determinar a honestidade era o memo em cada caso; a lei sobre defloramento mencionava apenas a virgindade prévia da vítima (CAULFIELD; Sueann, 2000, p. 61).

Sueann Caulfield explica que havia preocupações em manter, de uma forma “modernizada”, a instituição patriarcal da família e o conceito de honra baseado nas relações de gênero que lhe davam sustentação:

O alvo principal da proteção legislativa era, entretanto, a “honra”, corporificada na mulher, através da definição dos crimes de estupro [...] e de defloramento [...]. Mas não se trata principalmente de proteger a “honra” como atributo individual feminino e sim como apanágio do marido ou da família. Desvenda-se deste modo o pressuposto de que a honra da mulher é o instrumento mediador da estabilidade de instituições sociais básicas – o casamento e a família (FAUSTO, Bóris; 1984, p. 175).

A antropóloga Miriam Steffen Vieira (2011, p. 20), também, explica que a noção de corpo e de virgindade violada estava pautada pela ideia de virgindade moral, através da qual se buscava entender o comportamento das mulheres em relação à honra das famílias. Sueann Caulfield (2000, p. 253) acrescenta que a lei estava mais preocupada com a missão reprodutiva e moralizadora da mulher, do que com os seus direitos individuais, assim:

O código de 1890 reduziu drasticamente o tempo máximo de prisão por estupro (de 3 a 12 anos para 1 a 6 anos), o que incluía a relação sexual consensual com moças menores de 16 anos, e eliminou a lei que punia a sedução de mulheres adultas honestas. Ao mesmo tempo, a idade máxima para as vítimas de defloramento – crime agora caracterizado pelo emprego de sedução, engano ou fraude – foi de 17 para 20 anos, e a punição subiu de 1 a 3 anos de banimento para 1 a 4 de prisão (CAULFIELD, Sueann; 2000, p. 74).

A prática sexual antes do casamento mostra que as pessoas agiam de formas outras, que não podem ser medidas pela institucionalização dos crimes, mas a criação de uma legislação que orienta e valida as regras sociais. O que a lei faz é estabelecer limites para o comportamento admissível, além de fornecer orientações aproximadas sobre as estruturas sociais subjacentes (LERNER, Gerda, 2019, p. 188). Nesse sentido, podemos pensar que o defloramento era um problema social a ser resolvido por homens e mulheres. Os homens precisavam cooperar para

a instauração plena da modernidade, isto é, eles deveriam controlar seus pudores sexuais com as mulheres brancas de elite, que precisavam ser protegidas.

Na prática, os homens utilizavam o discurso sobre o casamento e a família como ferramenta para obter benefícios das mulheres, seja sexual, afetivo ou utilizando seus recursos financeiros e laborais. Através dessa ilusão de proteção masculina, orientada sob a ótica da família, conseguimos visualizar uma *falha* que beneficia e protege homens de seguir as regras que eles próprios criam, mostrando que essas regras só valem quando são convenientes a eles e quando atentam a uma mulher branca da elite. Entendo como uma falha, pois essa falta de adequação dos homens a suas próprias regras enfraquece a ideologia moderna de família e dá margem para mulheres se entenderem enquanto sujeitos sociais, buscando na Justiça um amparo legal sobre as suas demandas.

Sueann Caulfield (2000, p. 78) observa que a honestidade das mulheres era uma condição social e um atributo moral seladas por um estado fisiológico, o hímen. Entendo que a honra foi uma ferramenta cisgênero-hétero moderna/colonial para controlar as mulheres, a reprodução, seus afetos, tempo e trabalho. Enquanto ferramenta ela validava a condição social, que era mediada pelos contemporâneos - vizinhos, familiares e redes locais – que eram os primeiros a julgar e atribuir, se uma mulher era digna de ter honra. Agora, essa atribuição variava de acordo com a localização de cada pessoa dentro da lógica social, assim, raça, gênero, classe e sexualidade eram fundamentais na atribuição e julgamento da honra. Os juristas entendiam que “uma vez que a mulher perdesse a virgindade, ela estaria correndo um alto risco de cair na prostituição”. Nessa visão, ou a mulher era honesta e virgem, pronta para o casamento ou era prostituta, assim a sexualidade mediava o imaginário social e psicossocial das mulheres através da dualidade: santas x putas. Cabia aos juristas proteger e mediar essa situação, defendendo a honra das famílias, da República e da ideologia dominante:

A relação entre honra sexual e intervenção do Estado na construção social de diferenças de gênero, raça e classe na América Latina também sobreviveu às instituições da administração colonial, embora a função da honra nas ideologias nacionalistas do século XIX tenha mudado. Mais que um meio explícito de manutenção das diferenças sociais, os conceitos de honra sexual ocuparam um lugar próprio em ideologias novas de homogeneidade cultural depois da independência das nações latino-americanas. Isso é evidente na literatura que Dóris Sommer descreve como as ficções fundadoras da nacionalidade da América Latina, assim como uma série de campanhas de políticos e profissionais liberais que visavam moralizar e modernizar as cidades latino-americanas a partir da regulamentação e do saneamento dos espaços públicos e privados. Negando a existência da segregação raciais e da divisão de classes, ao mesmo tempo em que exaltavam o aperfeiçoamento racial por meio do branqueamento da população, muitos dos mais proeminentes liberais que fundaram as nações da América Latina vinculavam

a noção da castidade das mulheres, defendida pela autoridade patriarcal, ao progresso da civilização, à ordem social e ao poder do Estado (CAULFIELD, Sueann; 2000, p. 32).

Ao longo do caso analisado, veremos que em muitos momentos a branquitude - os privilégios de ser branca - e a classe de Emilia e Albertina, foram atributos que qualificaram seus depoimentos, por outro lado, a condição do casamento de Emilia e o gênero de Mazarino foram relevantes na decisão do juiz.

Emilia, quando soube do sumiço do então genro Mazarino, do rompimento do compromisso de casamento e as relações sexuais existentes entre o comerciante de 30 anos e sua filha de 15 anos, pediu conselhos para Cesar Augusto da Silva Brandão, de 50 anos, empregado público de Porto Alegre e para o Capitão Francisco José de Mesquita, 47 anos e solicitador na cidade. Emilia parece ser uma mulher de boas relações, atenta a ordem e a ideologia dominante, pois foi se aconselhar com dois homens bem empregados. A honra masculina era mediada de acordo com a cor, a posição social, as relações com o trabalho e os meios de vida. De acordo com as narrativas, ambos concordaram que o melhor era Emilia ir à polícia, ou “apresentar ao promotor publico da comarca ou a autoridade de policial competente e que de qualquer dessas autoridades reclamasse as providencias que do caso exigia”, como testemunha Francisco.

Após discernir sobre como proceder, Emilia procura a delegacia de polícia do 1º distrito de Porto Alegre, precisamente em 8 de dezembro de 1897. Chegando à delegacia, o delegado João Leite da Cunha assume o caso e abre o inquérito para averiguar sobre o fato, faz as suas considerações e envia-o a esfera judicial. Ciente de que o comportamento de Mazarino estava errado, Emilia vai procurar seus “direitos” e atravessa um processo turbulento. Buscar a reparação na Justiça para a honra da sua filha mostra que Emilia entendia e, de certa forma, acreditava, no sistema, visto que as relações sociais de gênero para as mulheres eram entendidas como fatores privados.

A historiadora Claudia Mauch explica que na “década de 1890, a polícia é instituição privilegiada para observação dos projetos e práticas de ordenação e moralização do espaço público” (MAUCH, Cláudia; 2004, p. 30). Assim, Emilia depositou desejos de que na polícia a honra de sua filha fosse restabelecida. Na polícia, o delegado João Leite da Cunha, dá seguimento ao caso com o exame de corpo de delito, comprovando que Albertina Kraemer não era mais virgem, e mais, que o defloramento era antigo. Aqui, o texto é carregado de impressões, ao chamar de defloramento a prática sexual de Albertina e Mazarino, o delegado já aceita a

retórica da mãe, entende Albertina enquanto uma mulher honesta, que foi enganada, separando-a de todas as outras, as públicas³⁵.

Esse olhar institucionalizado, discriminando mulheres públicas e privadas, é outro mecanismo cisgênero-hétero moderno/colonial. Separando as mulheres que se beneficiam dos privilégios do sistema daquelas que o vivem de forma mais violenta, a divisão entre mulheres públicas e privadas foi uma ferramenta que homens em espaços de poder utilizavam (e ainda utilizam) para controlar mulheres dentro do que eles entendiam enquanto padrões de gênero e família, ancorados nas ideologias de desenvolvimento e modernidade. A divisão se justificava na rua como perigo iminente e na reclusão das mulheres da elite, diferenciando-as como superiores as mulheres do povo, numa divisão de classe e raça.

Albertina Kraemer tinha os requisitos que podiam identificá-la enquanto uma mulher privada, que corria o risco de ser deflorada. Sua cor e sua possível condição social a diferenciavam de outras mulheres. Na delegacia, Mazarino diz não ser o autor do defloramento e diz que foi uma situação armada contra a sua boa-fé e mais, que Emilia não era miserável como declarou³⁶, possuindo prédios e apólices, mostrando, novamente, que Emilia e Albertina se diferenciavam de outras mulheres por sua condição social. Aqui, Mazarino já começa a atacar Emilia, desmerecendo sua palavra.

Mantendo suas relações através do compromisso de casamento, Mazarino fazia compreender que o casamento era, segundo seu depoimento, “[...] uma necessidade, não só pela amizade que lhe dedicava, mas porque, não tinha quem lhe tratasse da roupa, cuidados em que não encontrava da parte de sua família”. O réu deixa bem claro o papel da mulher no ambiente doméstico, através do trabalho do cuidado e da limpeza. Françoise Vergés explica que esse trabalho exercido pelas mulheres é indispensável e necessário ao funcionamento do patriarcado e do capitalismo, “contudo, embora indispensável e necessário, ele deve permanecer invisível, marcado pelo gênero e pela raça, mal pago e subqualificado” (VERGÉS, Françoise; 2021, p. 17). Através da família, o trabalho doméstico, reprodutivo e do cuidado era cientificamente reservado as mulheres:

³⁵ Cláudia Mauch (2004, p. 37) observa que: “Apesar da profissionalização da polícia implicar a formação de uma corporação capaz de produzir comportamentos e objetivos comuns aos seus membros, o policial faz a seleção do seu procedimento segundo critérios próprios, muitas vezes fora da legalidade. Deste modo, embora o policial seja treinado a defender a lei e a ordem, a própria organização da instituição deixa a ele um espaço para decidir como agir, conforme a sua apreciação dos fatos”.

³⁶ Importante salientar que apesar de Emilia ter boas relações e bens, não significa que ela tinha de fato como arcar com um processo judicial. Era necessário que ela se apresentasse sobre uma base discursiva delicada, evidenciando ser *pobre*, porém *honesto* e que, portanto, merecia o apoio dos homens do aparelho judiciário e policial.

A mulher e a criança figuravam como as personagens centrais no tratamento das questões de ordem higiênica, o que pode ser observado na recorrência de temas como a gravidez, o aborto, o aleitamento, a mortalidade infantil, a educação da mulher e da criança. Usando argumentos de autoridade, respaldados na sua formação universitária e científica, o médico passava a opinar sobre tudo o que dissesse respeito à mulher, desde os aspectos relacionados a sua constituição física e mental até a conveniência do vestuário e dos hábitos da moda [...]. O médico penetrava o espaço familiar e, através do estabelecimento da confiança e de um contato mais íntimo com a mulher iria tentar modificar, aos poucos, o perfil das relações familiares (ENGEL, Magali, 2004, p. 43-44).

Analisando as publicações periódicas médicas entre 1845 e 1890, a historiadora Magali Engel entende que a incidência dessas temáticas tinha a intenção de afirmar a ação civilizadora da modernidade através do saber médico, em busca de unificação e poder (político e de classe), por meio da ordenação social. A antropóloga Fabíola Rohden explica que a modernidade ocidental é fruto da ciência e que a medicina elaborou um conjunto de saberes em torno da temática da diferença:

Anatomia, fisiologia, biologia evolucionária, antropologia física, psicologia e sociologia construíram teorias da diferença sexual. Apesar das distinções entre as disciplinas, imperava o consenso de que as mulheres eram intrinsecamente diferentes dos homens em sua anatomia, fisiologia, temperamento e intelecto. No desenvolvimento da espécie, elas teriam ficado para trás em relação aos homens, o que as colocaria em uma posição mais próxima dos primitivos e das crianças. Isso teria ocorrido porque para a espécie era prioritário o desenvolvimento dos órgãos reprodutivos da mulher, cabendo aos homens o cultivo da força física e da inteligência (ROHDEN, Fabíola, 2001, p. 25).

No plano da sexualidade, os médicos elaboravam evidências de que as funções de mãe e esposa dominavam as mulheres e, por natureza, elas também tinham menos desejo sexual que os homens. O poder não apenas nega, impede, coíbe, mas também faz, produz, incita, assim, todas essas noções médicas e científicas acabaram influenciando e produzindo os significados de ser mulher, negando a sexualidade feminina, como também, definindo ações próprias, inclusive emocionais. A psicóloga Valeska Zanello (2018) explica a divisão do trabalho emocional através da construção de pedagogias afetivas, que culturalmente coloniza os afetos através da diferença. Para homens é relacionada a individualização da autonomia e independência, e, para as mulheres a ligação com o cuidado através da interdependência. A colonização dos afetos se dá sob roteiros, como homens e mulheres devem sentir e expressar suas emoções, inclusive as sexuais³⁷.

³⁷ Esses significados, ações performáticas, se modificam com as intersecções de raça e classe.

A tarefa de cuidar da roupa de Mazarino é muito simbólica, pois evidencia uma relação desigual que foi destinada as mulheres e um cuidado relacionado à subordinação. Reservadas ao espaço doméstico e designadas pela maternidade, as mulheres precisavam cuidar integralmente dos homens, como se os próprios não pudessem se responsabilizar por suas demandas pessoais. Pensando através da relação das mulheres com a História e tomando a ideologia cisgênero-hétero moderna/colonial como agente produtor de relações desiguais é possível perceber a violência se formando quando o poder sobre o corpo, trabalho, tempo e, sobretudo, as narrativas da relação começam a centralizar-se em Mazarino. A violência ideológica que começa a se institucionalizar no final século XIX, estrutura o pensamento e o olhar sobre o mundo através dos desejos de apenas um gênero, o masculino.

Falar sobre a História das Mulheres é entender as ações de um campo de raízes muito finas, que se engrossam e se desenvolvem com o passar do tempo e do avanço científico feminista. Raízes essas que estão em terras adubadas de poder masculino, assim, temos que olhar com muito cuidado, prestando atenção a todos os detalhes e contextos para não cairmos nas artimanhas desse poder. É esse patriarcado branco cisgênero-hétero, desenvolvido através do genocídio e do racismo, que subsidia essas relações, esses contratos sem comprometimento verdadeiro por parte dos homens e baseados na exploração dos afetos e cuidados.

O início da República é um período em que os compromissos institucionais são incentivados, o casamento civil, o registro civil, os contratos em cartório, acabam instituindo textos oficiais, que representam todo o pensamento estrutural dessa sociedade. Apesar de Emilia ser uma mulher casada, tudo indica que vivia e criava suas filhas só. Inclusive, não ter um pai presente dentro do ideal de estrutura familiar do século XIX, abria possibilidades para que outros homens exercessem o poder sobre as mulheres, muitas vezes tratando-as de forma leviana e não mantendo o compromisso, como o caso aqui descrito. Uma família, sob as lentes hétero-cisgênero moderno/colonial, só seria completa se houvesse todos os agentes (pai, mãe e filhos). Sendo o pai o membro que detinha maior poder, a sua ausência gerava prejuízos sociais e morais, já que a manutenção do lar, dos filhos e da família era uma tarefa da mulher, um cuidado privado, enquanto que a obrigação do trabalho era do homem.³⁸

Por outro ponto de vista, também observamos uma sociedade em adaptação e os contratos verbais em conformidade com o olhar vigilante da vizinhança eram muito valorizados. Ao longo do processo judicial vamos conhecendo como as testemunhas, pessoas que conviviam ao redor ou no círculo de convivência de Albertina e Mazarino, entendiam esse

³⁸ Desde o período colonial o discurso do patriarcado se contradiz com a realidade social, na qual o protagonismo das mulheres na direção, manutenção e cuidado das famílias, principalmente das populares, é uma constante.

relacionamento e esse compromisso verbal. Contudo, em uma sociedade de homens, o contrato verbal acaba tendo maior valor quando firmado entre os próprios.

O delegado afirma que Emilia não tinha sido informada sobre o pedido de casamento de forma oficial, mas me parece que possivelmente através da convivência entre os envolvidos, ficou-se estabelecido que houvesse um compromisso firmado. Emilia provavelmente entendia as convenções sociais de gênero, principalmente de honra e moralidade e mesmo assim aceitava Mazarino na sua casa. Na polícia, Albertina diz que:

[..] Mazarino frequentava assiduamente a casa, invariavelmente entre oito e dez horas da noite, tendo ella conhecimento de que a família de Mazarino, logo que percebeu n'elle inclinação e plano de casamento com ella declarante, suspenderam as relações que entretinham com esta e sua mãe, declarando-se em opposição ao casamento projectado. Accrescentou que na noite de 28 de setembro deste anno, acharam-se ella declarante, sua mãe e Mazarino, como de costume, conversando na sala quando aquella, sua mãe, deixou-os a sós e foi para os fundos da casa preparar café; Mazarino prevalecendo-se d'essa ocasião, assegurou-lhe a pureza das suas intenções relativamente a promessa que lhe fizera, e exigio em prova de que era correspondido no seu amor, a cessão da virgindade da declarante, que negando-se, a principio, acabou por ceder á sedução, sendo alli mesmo desvirginada por Mazarino, que depois de tido um dos dias subsequentes á mesma hora e no mesmo local, mais uma vez relações sexuaes com Ella, ausentou-se da capital.

Apesar da diferença de idade e de amadurecimento de 15 anos entre Mazarino e Albertina, ser considerada em minha leitura uma prática social de pedofilia, proveniente do sistema que não pune e incita que homens mais velhos se relacionem com mulheres mais jovens, a diferença de idade deles podia ser entendida como uma boa característica para Emilia e Albertina. A idade não funcionava como fator de diferenciação para o homem, diferente da mulher que quanto mais velha mais inútil se torna para o sistema, que a entende pela sua força de reprodução. Mazarino estava em uma boa idade para constituir família, já teria tido tempo de se estabelecer socialmente e financeiramente, sendo um ótimo protetor para Albertina.

A relação de testemunhas mostra que Albertina e Emilia eram cercadas de pessoas que possuíam relativo poder, como o Tenente Coronel Cesar Augusto da Silva Brandão, empregado da secretaria de polícia, vizinho morador à rua do Riachuelo número 50 e, também, tio das amigas de Albertina; e, o Capitão Francisco José de Mesquita, a quem Emilia foi pedir conselho. Em seu depoimento, Francisco José de Mesquita declarou que Albertina foi a sua casa convidá-lo para ser testemunha do casamento que contratava com Mazarino, e “que este sabe ser empregado da casa comercia de Vellozino Torres, na rua do Commercio quase defronte da qual tinha elle declarante a sua agencia comercial” e mais:

acrescenta o declarante que algumas vezes viu a menor Albertina, acompanhada de outras moças passar na calçada em frente à casa onde é empregado Mazarino, e teve ocasião de dizer-lhe gracejando: - “então, andam promessas de namorado?” – ao que Ella replicou: - “namorado – não, noivo – sim”. – finalmente, diz elle declarante que apenas há poucos dias é que soube ter Mazarino de Moraes abusado da ingenuidade da menor Albertina seduzindo-a e desvirginando-a, e cessado imediatamente a sua frequência na casa.

Havia um consenso entre as testemunhas sobre a sedução de Mazarino sob Albertina, que por sua vez, criava estratégias para mostrar a sociedade que era noiva, compromissada. Esse comportamento, de falar para as pessoas próximas de seu noivado, era possivelmente uma estratégia, visto ser comum, homens se comprometerem com mulheres sem honrarem os seus compromissos. Augusta de Aguiar Mathias, casada com Henrique Guilherme Mathias, moradora à rua Major Pantaleão Telles, afirma que “até as 9 e 10 horas da noite, era quasi diária a frequência de Mazarino na residência de Albertina, com quem entretinha namoro”. As outras testemunhas, Henrique Guilherme Mathias, Estephania Valle de Luz e Angelina Dias, afirmam ser de conhecimento público o trato do casamento, como a frequência de Mazarino na casa de Albertina e Emilia.

Aqui estamos estudando uma mulher que tinha seus privilégios, e que a partir deles tentou restabelecer seu conceito social, sua honra e utilizou de testemunhas que portavam insígnias de prestígio (capitão e tenente). Através da justiça, Emilia busca para sua filha uma ação institucional que repare o mal causado por Mazarino, mas quantas mães tiveram o mesmo poder e acesso? O patriarcado penetra todas as relações e estruturas, estabelecendo e institucionalizando padrões nas relações da justiça, medicina e ciência. Observo essa relação de Albertina com Mazarino como um exemplo de outras tantas que se formam a partir de um sistema que é dominado por homens e justifica a subordinação das mulheres, aproveitando de seu afeto, tempo e individualidade.

Através da construção da família, a distribuição de papéis se distingue de forma nitidamente patriarcal: homens brancos são incentivados a usufruir das mulheres e não são rechaçados quando um relacionamento termina, pelo contrário, a construção de masculinidade se constrói desse descarte de mulheres. Não é à toa que as mulheres continuam sendo vistas como responsáveis pela manutenção do casamento, em manter-se bela, saudável, agradável e à disposição masculina. Para as mulheres, a monogamia é uma regra, defendida pelo amor burguês, tanto é que a ideia de exclusividade é tanta que a virgindade é requisito para um casamento. Valeska Zanello ao falar sobre dispositivos amorosos explica que “o amor, em nossa cultura, se apresenta como a maior forma (e a mais invisível) de apropriação e

desempoderamento das mulheres” (ZANELLO, Valeska; 2018, p. 83). A psicóloga também compreende que os sentimentos são configurados culturalmente e historicamente. O amor e o afeto podem ser revolucionários, mas vistos sobre a ótica histórica da institucionalização dos papéis de gênero, pelo sistema hétero-cisgênero moderno/colonial, ele é um símbolo da opressão. Símbolo do casamento e do cuidado com um homem e da reprodução. Através da associação da mulher branca cis-hétero como ser naturalmente amoroso, bondoso, quieto e restrito ao ambiente doméstico, criam-se experiências socialmente construídas sobre o amor: “o amor romântico seria um amor corrompido pelas relações de poder, pois estimula e pressupõe uma dependência psicológica das mulheres” (ZANELLO, Valeska, 2018, p. 84). O amor também é construído e estimulado sobre os moldes da maternidade, que insere a mulher hétero, cisgênero branca como biologicamente amorosa, por reproduzir.

Localizando o final do século XIX e a cidade palco das vivências de Albertina, Emilia e Mazarino, - Porto Alegre -, Sandra Pesavento contextualiza as facetas do amor pelos jornais, e é muito possível enxergar as tecnologias de gênero³⁹. A autora explica que um novo jornalismo se instalava na cidade, produzindo notícias romanceadas e de estilo folhetinesco, trazendo narrativas sobre desejo e dever, realização do amor e as convenções sociais, entre o sentimento do vazio e do desejo, “tudo, enfim, de molde a ambientar o suicídio, como auto-exclusão de uma sociedade onde o indivíduo não mais se reconhecia” (PESAVENTO, Sandra; 2008, p. 100). A historiadora reconhece a sociedade porto alegreense como violenta e autoritária, fruto da República e da ideologia positivista, mas sem pretensões de entender as problemáticas de gênero aí contidas ou as origens da opressão. Através do amor, narrativas violentas e suicidas como a de Paulina Fuchs, modista, alemã de 25 anos, que “um noivo a esquivar-se da promessa de casamento fora causa certa da rejeitada noiva dar-se um tiro no estômago” (PESAVENTO, Sandra; 2008, p.100) , são socialmente difundidas, mostrando que era melhor morrer, se matar, do que ser vítima de abandono masculino e não vivenciar a maternidade e o casamento. Mulheres eram e são historicamente abandonadas por homens.

Forçadas a fugir de um ‘protetor’ para outro, e sua ‘liberdade’ era quase sempre definida apenas por sua capacidade de transitar entre esses protetores” (LERNER, Gerda; 2019, p. 361). Emilia não tinha o pai como protetor e buscava no casamento com Mazarino essa proteção, há uma resistência quando mulheres empregam sua sexualidade, elas afirmam ter um controle sobre o seu próprio corpo, mas isso não as exime de sofrer as consequências de não seguir as

³⁹ Valeska Zanello (2018, p. 56), inspirada em Teresa de Lauretis, explica que as tecnologias de gênero são ferramentas que constituem subjetivações e dão sentido as performances de gênero. Produzem símbolos em alta escala a regras dos comportamentos cotidianos.

regras do sistema. Os jornais já avisavam que o amor no final do século XIX não conseguia vencer as barreiras impostas pela sociedade. As consequências para as mulheres que não tinham proteção masculina são medidas de acordo com a localização dessa mulher dentro do sistema. Suas experiências são validadas através de alternativas únicas localizadas dentro da estrutura familiar hétero-cisgênero moderna/colonial. O apagamento das mulheres na História, também se dá como parte de uma ferramenta patriarcal, já que o sistema precisa que mulheres sejam subordinadas psicologicamente para internalizar a ideia da própria inferioridade. Através do doutrinamento familiar, as mulheres perdiam seus laços de solidariedade para entrarem nas estruturas individuais da família, através de afazeres sexuais e domésticos.

Atualmente os debates sobre masculinidade complexificam as discussões sobre o quanto a imposição de determinados comportamentos resulta numa cadeia de situações que atingem a todas as pessoas. A socióloga Lia Zanotta Machado, através das falas de homens acusados de violências diversas sobre suas companheiras, entende que “a escuta dos estupradores remete às indagações sobre a articulação entre masculinidade e uma concepção de sexualidade que antagoniza o masculino como sujeito da sexualidade e o feminino com objeto da sexualidade” (MACHADO, Lia; 2004, p. 36). Assim, ela entende que os corpos femininos são controlados como se não fossem pessoas, mas como corpos disponíveis, “sujeitos e corpos são controlados para repetir infinitamente a mesma rede e um mesmo formato de relações sociais que se quer” (MACHADO, Lia; 2004, p. 36). Uma rede de violência e de controle das mulheres.

Se por um lado temos a criação da sexualidade da mulher branca cis-hétero pautada e socializada como naturalmente passiva, inexistente, voltada extremamente para a família e mediada pela reprodução, honra e virgindade, institucionalizada pela ciência, temos no outro a sexualidade masculina que penetra, se apodera e violenta o corpo das mulheres. Mesmo trabalhando em outro período histórico, a socióloga Lia Zanotta Machado (2004, p. 41) observa que os atos sexuais masculinos estão de acordo com o imaginário erótico cultural que entende a iniciativa como masculina e a feminina como um mero objeto. No caso que estamos investigando, Mazarino decidiu não aparecer, ele decidiu romper o compromisso de casamento, ele “exigiu em prova de que era correspondido no seu amor”. Não quero negar o poder de ação de Albertina, mas o que quero demonstrar é que no sistema cisgênero-hétero moderno/colonial, o patriarcado constrói narrativas e visões de mundo que “amputam” o exercício do poder nas mulheres, alterando o próprio poder de escolha (SAFFIOTI, Heleieth, 2015; p. 37). A narrativa da relação se constrói na visão masculina de Mazarino, e isso, por si só, já é uma grande violência.

A lógica persiste sob a ótica do patriarcado, que funciona por tutela: a mulher cis-hétero branca sob a guarda legal do pai e orientação da mãe passa, em certa idade, para o marido. Enquanto um objeto de desejo dos homens, essa mulher precisa se adequar dentro dessas lógicas de honra e pureza, ou seja, de uma mulher que nunca foi tocada por um homem, virgem. O homem não, a virgindade do homem não se relaciona com a sua honra, o sexo é um instinto de predador, algo animal que o homem precisa “esvaziar”, e para isso é importante que haja outras mulheres, as públicas, que podem ser usadas, sexualizadas e desprezadas. Descartadas. Mulheres pobres e racializadas.

Ensinados desde pequenos a incorporar padrões de comportamento masculinos, os homens tendem a se desinteressar após a conquista⁴⁰. Casos como de Albertina e Mazarino comprovam que não é um comportamento novo, mas que é uma das facetas do sistema. Os homens não são criados para o afeto e o cuidado, diferente das mulheres. Afeto e cuidado requerem comprometimento e eles não foram estimulados para isso.

O próprio conceito de honra, para os homens, inclui autonomia, o poder de dispor de si e decidir por si mesmo, e o direito de que essa autonomia seja reconhecida por outros. Mas mulheres, sob o controle do patriarcado, não dispõem de si nem decidem por si mesmas. Seus corpos e serviços sexuais estão à disposição de seu grupo de parentes, maridos, pais (GERDA, Lerner; 2019, p. 152).

A historiadora Gerda Lerner (2019), na busca de entender a História do patriarcado, atravessa a origem da civilização ocidental observando que o sistema só funciona com a cooperação das mulheres. Através da doutrinação, privação da educação, negação da história, divisão entre respeitáveis e não respeitáveis (privadas e públicas), discriminação de acesso e recursos, poder político e privilégio dado as que se conformam. O patriarcado é uma criação histórica formada por homens, com a cooperação das mulheres, em um processo que levou 2.500 anos, apareceu como Estado arcaico e, de acordo com a autora, a unidade básica de sua organização foi a família patriarcal, que “criava de modo incessante suas regras e valores” (LERNER, Gerda; 2019, p. 350). O sistema é patriarcal. São séculos de manipulação histórica e resistência das mulheres.

Voltando para a história de Albertina e Mazarino, o delegado em sua narrativa aponta que logo que a família de Mazarino ficou sabendo dos planos de casamento, suspenderam as relações com Albertina. Isso demonstra que havia mais pessoas envolvidas nessa situação, as

⁴⁰ Atualmente o termo *ghosting* se popularizou para expressar esse abandono masculino repentino, após conseguir o que quer (a entrega feminina de afeto e sexual). Ver mais em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/11/18/ele-pesquisa-masculinidades-nas-relacoes-mulher-da-90-e-homem-10.htm> Acesso em 29 de maio de 2022.

famílias das duas partes sabiam do envolvimento do casal. Um fato é que as narrações do desejo se centralizavam na figura de Mazarino e de sua família. Mazarino logo que conseguiu desvirginar Albertina não quis mais comprometimento e saiu da relação. Como já havia conquistado a virgindade de Emilia, o grande atributo de sua honra, ela já não era mais alvo de suas conquistas, pois já havia cedido as seduções de um homem.

Através do exame de corpo de delito feito em Albertina pelos médicos Sebastião Affonso de Leão⁴¹ e Deoclécio Pereira da Cunha, concluiu que era ela de fato uma mulher branca, mas mais do que isso. Nos exames de corpo de delito fica muito nítido o papel do corpo dentro desse novo contexto da diferença. Exploram o corpo da mulher com um olhar para o diferente, o que de fato era uma verdade. As parteiras eram as grandes responsáveis pelo atendimento à saúde da mulher, do atendimento na gravidez e no pré-natal. Ou seja, até o final do século XIX, quando o doente se cristalizou na forma moderna é que os médicos vão institucionalizando e assumindo o poder sobre a saúde e o corpo das mulheres, afastando as e criminalizando as práticas vinculadas com as mulheres e associada à experiência⁴².

Albertina passa por um experimento, em que homens que compunham o sistema médico jurídico descobriam os órgãos das mulheres, observavam e tocavam. A primeira coisa que faziam era procurar vestígios de infecções sexualmente transmissíveis, após começavam a observar a vulva, percebendo se o desenvolvimento se equiparava a idade da paciente. Muitas vezes, os médicos associavam o desenvolvimento da região genital feminina com um olhar moralista focado no hímen, nos grandes e pequenos lábios e na quantidade de pelos, relacionando a aparência desses órgãos com a moralidade e o comportamento. Para Albertina, os médicos declararam o seguinte:

[...] que a uma hora da tarde, do referido dia, compareceu no gabinete medico legal da policia dona Albertina Fiel Kraemer, branca, solteira, de quinze annos de idade, examinada pelos médicos legistas, notaram o seguinte: desenvolvimento physico proporcional a idade, não apresentando vestígios de moléstia geral ou local nem de (ilegível) ou offensas physicas. Examinando os órgãos genitales notaram manto de vênus coberto de pellos, grandes lábios não muito desenvolvidos, firmes, pequenos lábios nas mesmas condições, affastados estes não se encontra o hymen, notando-se no entorno a existência de retalhos perfeitamente cicatrizados, molles, indolores em turgescência, resultantes do despedaçamento desta e consequência digo, consequente cicatrizações, o dedo indicador penetra facilmente através do conducto vulvo vaginal até tocar o collo do útero que nada apresenta de anormal. A mucose vulvo vaginal nada apresenta de instável.

⁴¹ Sobre o médico Sebastião Affonso de Leão ver a dissertação de Raquel Figueró (2014).

⁴² A ginecologia, enquanto disciplina nasce no século XIX e está articulada com o movimento científico mais geral de ordenação sistemática do mundo natural (ROHDEN, Fabíola, 2001, p. 35).

Após esse estupro institucional, o processo chega às vias judiciais e em sete de janeiro de 1898 Mazarino é escutado pelo Juiz distrital do crime, Dr. Antonio Marinho Loureiro Chaves. Logo após o processo chegar às vias judiciais, o acusado é escutado num ato de qualificação, onde informações básicas são retiradas, tais como: nome, idade, estado civil, naturalidade, lugar de nascimento, filiação, profissão e residência. Mazarino de Moraes, de 30 anos, nasceu em Santa Maria da Boca do Monte e era trabalhador do comércio na cidade de Porto Alegre. Após a qualificação é lida a denúncia crime, na qual geralmente os réus não questionam, contudo Mazarino não aceita a denúncia e expõe dados importantes para a análise:

[...] o presente processo iniciado por queixa da parte offendida que reclamou e obteve indevidamente o benefício da assistência judiciária visto como é a queixosa pessoa que dispõe de meios, conforme o documento que ora apresenta, não pode ser iniciado, nem confirmar por não estar presente a parte queixosa, nem quem a represente. Outrora succede na hypothese de ser considerada como denuncia a queixa visto como não caber denuncia no caso uma vez que esta provado não ser a offendida pessoa miserável, accrescendo mais que a offendida é filha de Francisco Kraemer advogado profissionalizado como em tempo se provará. Allega mais o réo que tendo a offendida pai não pode a mãe comparecer em juízo visto o pátrio poder caber exclusivamente ao marido na constância do matrimonio. Requer, portanto a suspensão do summario, protestando contra a sua constituição pelas nullidades apontadas⁴³.

Na primeira parte, Mazarino expõe que Emilia não é mulher pobre, visto que é casada com um advogado, Francisco Kraemer, e por isso não poderia ter o benefício da assistência judiciária como pessoa miserável. Possivelmente essa foi uma estratégia para não pagar às custas do processo caso Emilia perdesse, o que pode sugerir que ela recorreu à Justiça sabendo que talvez as expectativas não fossem favoráveis a ela. A informação sobre o pai é importante para entender que Albertina já tinha precedentes de abandono na família, como a ausência do pai se impôs na trama e no decorrer do processo. Mazarino requer a suspensão do sumário, pois não há um “pátrio poder” como o próprio coloca, utilizando do abandono do pai para protestar contra a queixa, mostrando não só a importância da presença masculina, como também, a desigualdade de Emilia frente à situação. Se alguém poderia queixar-se de algo, este alguém deveria ser um homem.

Mazarino compreende os papéis de homens e mulheres na sociedade, principalmente as focadas na diferença. Fabíola Rohden (2001, p. 25) explica que esse pensamento é proveniente da ciência, que explica as diferenças de homens e mulheres a partir da biologia e do desenvolvimento das espécies. Nesse sentido, as mulheres teriam ficado atrás dos homens, em

⁴³ Sobre isso: “Pelo juiz foi dito que indeferia o pedido feito pelo indiciado por estar provado dos autos que a offendida é pessoa miseravel e que assim sendo a promotoria publica offereceu a queixa de folhas duas, que foi recebida por importar essa queixa uma verdadeira denuncia, justificada pelo disposto no artigo 274 §1 codigo penal, afim de que se proseguisse nos termos do processo, mandando que fosse junto do documento excluido”.

uma posição primitiva e relacionada à infância. Mulheres são relacionadas à infância, mas são as responsáveis por cuidar dos homens, como se eles fossem incapazes de fazer suas próprias tarefas, como crianças. Mazarino é muito feliz nesse parágrafo, para a análise, pois comprova que homens respeitavam outros homens, comprovando como seu modo de conduta na relação com Albertina se ancorava na falta do pai. Emilia possivelmente sabia que por não ter um marido, um homem presente, isso fragilizava as relações sociais de sua família, composta por ela e suas filhas⁴⁴.

Em uma época de institucionalização da família moderna, as práticas não seguiam um padrão exato, mas se mesclavam através de socializações próprias. Sueann Caulfield (2000, p. 29) explica que o casamento legítimo provavelmente era valorizado pela maior parte da população, porque proporcionava estabilidade às famílias, ao menos isso era o que a institucionalização da família moderna pregava. Também, é importante salientar que o casamento civil foi instituído em 1891, antes disso as celebrações eram religiosas, nesse sentido, as pessoas ainda estavam se acostumando com as novas normas institucionais da República.

As mulheres brancas, como Emilia, mesmo casando, não garantiam estabilidade ou proteção. Francisco Kraemer era advogado e possivelmente homem conhecido dos membros da polícia e da justiça, ou seja, daqueles que faziam parte da elite porto-alegrense. Possivelmente estudou em Recife ou em São Paulo, saindo do Rio Grande do Sul, pois a faculdade de Direito de Porto Alegre só foi fundada em 1900. Não seria incomum pensar que Francisco Kraemer abandonou a esposa e as filhas para formar uma nova família, visto que a monogamia e as noções de honra não eram calculadas pela atividade sexual masculina.

Nessa fase do processo, algumas das testemunhas prestam novos depoimentos, antes, na polícia, eram declarações para o levantamento de provas e abertura de inquérito. Durante o testemunho de Cesar Augusto da Silva Brandão, foi dada a palavra a Mazarino, que requereu que lhe fosse perguntado sobre a honestidade e a moral/sexual de Emilia:

Perguntado se o depoente não sabe se há muito tempo a casa da mãe da offendida não é frequentada por muitos indivíduos que lá vão por essa mesma mulher ser uma prostituta?

Respondeu que sabe que a mãe da offendida é de facto uma prostituta e que três indivíduos lhe freqüentam a casa assiduamente, dos quaes um é um embarcadiço e um outro sócio da firma Feldmann companhia, bem como um indivíduo de nome Raphael Teixeira que tem sido noivo de todas as filhas da mãe da offendida.

⁴⁴ Não tenho dados precisos do nome, e se há mais filhas, apenas é mencionado que Emilia tem outra filha, além de Albertina.

Atacar a honestidade de Emilia, mãe de Albertina, é uma das ferramentas usadas por Mazarino para desqualificar o sumário processo. Como uma mulher que era casada e a princípio não vivia com seu marido, e que recebia homens em casa, podia reivindicar a moral da filha? Vejamos que Mazarino, de frequentador assíduo da casa, de confiança, passa a ser o maior julgador das atitudes da família de sua ex-namorada/noiva. Por outro lado, o simples fato de receber homens em sua casa pode ser considerado uma prostituição para Emilia, e todos os qualificativos que a relacionavam a uma mulher séria e privada, acabam por se esvaziar, mostrando o quão tênue é a moralidade da mulher cisgênero-hétero branca em um mundo de homens no final do século XIX.

A segunda testemunha nos dá um pouco mais de detalhes dessas visitas privadas. Angelina Dias, 29 anos, casada, natural deste estado e costureira nesta cidade, disse que sobre o defloramento nada sabe, mas que o réu frequentava assiduamente a casa de Albertina das nove às dez da noite, confirmando novamente o envolvimento do casal. Mazarino faz a mesma pergunta, se Emilia era prostituta e Angelina responde que:

[...] esta senhora é de facto prostituta pois que a depoente sabe de dois indivíduos que freqüentavam assiduamente a sua casa com o fim de manter relações sexuaes, um dos quaes chama-se Teixeira, os quaes concorreu pecuniariamente para o sustento da casa; que a depoente sabe disso por assim lhe haver contada a própria mãe da offendida.

Esse fato é bem interessante, pois nos mostra como o patriarcado agiu na vida de Emilia de forma muito clara. Através do olhar patriarcal, como uma mulher que não vivia sob os cuidados do marido ela precisava de um novo protetor para manter a casa. O divórcio⁴⁵ foi decretado em 1891 sob o decreto nº181, “Capitulo IX – Do divorcio”. O pedido de divorcio só poderia fundar-se por motivos, de: “§ 1º Adulterio; § 2º Sevicia, ou injuria grave; § 3º Abandono voluntario do domicilio conjugal e prolongado por dous annos contínuos; § 4º Mutuo consentimento dos conjuges, si forem casados ha mais de dous annos” (BRASIL, 1891)⁴⁶. Como o casamento era um bem relacionado à família, fundamentada pela religiosidade e a ciência, é possível pensar que os casais não se divorciassem para manter o *status quo* e não passar por um processo que não era bem visto pela sociedade da época. Nesse sentido, Emilia carregava o estigma de ser uma mulher que não poderia se relacionar com outros homens, pelo vínculo

⁴⁵ Mas, apenas em 1977, a Lei do Divórcio, nº 6.515/1977, possibilitou a revogação do princípio da indissolubilidade do vínculo matrimonial). O desquite foi instituído desde o Código Civil de 1916, e antes disso já havia jurisprudência para casos de separação. Em 1942 teve uma emenda. De qualquer forma o desquite não possibilitava novas núpcias somente a separação de corpos e de bens, o vínculo conjugal não se dissolvia.

⁴⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D181impresao.htm. Acesso em 11 de setembro de 2022.

monogâmico relacionado às mulheres. Em contrapartida, o seu marido poderia sim, pois para os homens a poligamia era reservada. Apesar disso, ela tinha poder de ação e, possivelmente, mantinha relações sociais ou afetivo-sexuais, como as mulheres de seu tempo.

As relações sexuais entre homens e mulheres era uma prática recorrente fora do casamento. Havia as mulheres consideradas públicas, mulheres negras, pobres e prostitutas. As ações institucionais compunham uma moralidade a ser ordenada, mas a realidade se dava através de outras formas e vínculos afetivos, próprios de cada grupo. Estudando a Santa Casa de Misericórdia, de Porto Alegre, no final do século XIX, no mestrado, entendi que “as mulheres populares tinham outras intenções que não o casamento como o senso comum e os padrões as pressionava” (ALMALEH, Priscilla; 2018, p. 157).

Através das insinuações de Mazarino, a justiça pede para Arthur Pinto Ribeiro, diretor da companhia de seguros porto alegre, a quantia segurada dos prédios e móveis de Emilia Fiel Kraemer e as datas que os seguros foram efetuados. Aqui conseguimos esclarecer que Emilia não era uma mulher sem recursos financeiros, tendo em seu nome uma apólice de nove contos de reis sobre o seguinte:

Uma casa de três janelas de frente de construção solida a rua visconde do rio branco 49, occup. com moradia por 4:000\$000; uma dita de porta e janella construção solida, sita nos fundos do terreno da casa já referida a rua visconde de rio branco n. 49, occupada com moradia por 1:500\$000 reis; uma dita de madeira também nos fundos do terreno da mesma casa e occupada com moradia por 500\$000 reis; moveis, roupa de uso, louça, vidros, itens de cozinha e mais objetos de uso domestico em sua residencia na casa n.151 na rua Riachuelo por 3:000\$000.

Contudo, como ela era casada, não podemos descartar a hipótese que o marido Francisco Kraemer era quem administrava esse patrimônio, deixando Emilia e suas filhas à mingua ou sobre as condições que ele acreditava ser a melhor. Continuando com o rol de testemunhas, Estephani Valle da Luz, 17 anos, solteira, natural deste estado, residente em Porto Alegre, disse que sabia do compromisso de casamento entre o acusado e Albertina e que este frequentava assiduamente a casa dela, alegando casar por não ter quem cuidasse de sua roupa. Francisco José de Mesquita, mantém a declaração dada à polícia. Frederico José da Silva Passos Aguiar, 24 anos, solteiro, natural deste estado e jornalista é o único que é totalmente a favor do réu, dizendo que “[...] não passa de uma invenção carnavalesca a infâmia atirada ao moço de reputação firmada e intocável da (ilegível) de Mezarino de Moraes”.

Após escutar as testemunhas, o juiz escuta novamente Mazarino, através do interrogatório, que consistia nas perguntas básicas de qualificação: nome, idade, estado civil, naturalidade, lugar de nascimento, filiação, profissão, residência. Contudo, o interrogatório se

diferenciava da qualificação com perguntas genéricas, mas que dava a oportunidade do réu dar a sua visão sobre o caso, como: “onde se achava no tempo em que se diz ter cometido o delito?”, “conhece as pessoas que depuseram no processo e tem alguma coisa contra eles e há quanto tempo?”, “se tem motivos particulares a atribuir a denúncia?”. Também havia perguntas mais específicas sobre o caso: “é verdade que o acusado frequentava assiduamente durante a noite a casa da mãe da ofendida”, “se não era verdade que ele acusado tivesse deflorado a menor Albertina Kraemer no dia 28 de setembro próximo passado”, “se não sabe que a menor Albertina já estivesse deflorada quando se atribuiu ao acusado o crime referido na denúncia” e se ele tinha “fatos ou provas para alegar que justificassem e provassem a sua inocência”. Mazarino diz não ser verdade que frequentava assiduamente a casa de Albertina, que apenas esteve lá 3 ou 4 vezes de forma espaçada, a chamado da família e que a menor já era deflorada. Ou seja, ele diz que Albertina já tinha tido relações sexuais antes de setembro de 1897, mostrando dúvidas sobre a honra e sobre a vida sexual dela.

Em seguida, o advogado de defesa Antônio Carlos Pereira da Cunha começa a sua arguição mostrando a boa conduta de Mazarino, homem da pátria, “filho desta terra – que se fez homem – aqui formou o seu character e educou a sua inteligência”. Homem honesto, trabalhador, cumpridor de seus deveres com o Estado e com aqueles a sua volta, “[...] reconhecida fidalguia de sentimentos tem sabido impor-se á amisade, sympathia e respeito dos que tem a ventura de conhecê-lo”. A narrativa se constrói desde a infância de Mazarino, que:

Ainda creança. Surpreendeu-o a lucta pela vida, e, nesta, não teve protectores: - fez-se no trabalho, e pelo trabalho, se tem sempre dignificado. Esta é a melhor recommendação com que um homem pode apresentar-se á estima de seus com cidadãos. Contra Mezanino, na sociedade em que vive, só gritarão os maus, os (esquisitos/espertos) pequenos e mesquinhos habituados por índole e educação a negar o poder e incontestável valor dos fortes. E, agora, abramos o processo.

Antes de falar sobre os fatos, o advogado já demonstra a honra estimada e ligada ao trabalho. Na distinção entre homens e mulheres, espaços públicos e privados, a noção de honra e de dignidade dos homens brancos era relacionada ao trabalho:

Em oposição ao vadio e o ocioso, o bom trabalhador deveria acumular bens, ser saudável, ter bons hábitos, constituir e manter uma família, pois cada membro auxiliaria e teria um papel fundamental para que esse modelo de trabalhador fosse vitorioso. Contudo, esse bom trabalhador tinha um sexo definido, ele era um homem. O século XIX foi palco importantíssimo para compreendermos o que se tornou o conceito de trabalhador como é conhecido hoje, com regras e discursos. Esboçava-se a construção e difusão de uma nova ética do trabalho, que passava a ser conceituada como algo essencial para o enriquecimento e dignidade, ou seja, o trabalho conferia o status de cidadão (ALMALEH, Priscilla; 2018, p. 144).

Sidney Chalhoub (1986, p. 29) assinalou que era necessário que o conceito de trabalho ganhasse uma valorização positiva, pois se articulava com os conceitos da modernidade, ordem e progresso. Assim, Mazarino era um sujeito que cumpria com as suas obrigações com o sistema e o Estado, pois impulsionava o crescimento e o desenvolvimento da ordem burguesa, como um trabalhador. A defesa começa relacionando a estima de Mazarino com seu histórico de pessoa que cumpria a sua função. Já o advogado, conhecedor das regras do jogo, sabia exatamente como os papéis de gênero eram distribuídos na sociedade, e, qual narrativa era a mais eficaz para defender o seu cliente.

Discutindo os depoimentos das testemunhas, o advogado reafirma o a prostituição de Emilia e afirma a moral da família do réu, “para provar a impossibilidade da afirmação, basta ponderar que a família do querellado é de uma moral irrepreensível, sendo Emilia Kraemer prostituta, conforme declaram as próprias testemunhas do processo”. Ele deixa claro aqui, que a família de Mazarino não aceita a família de Albertina pelo fato dela se prostituir. Lembremos que na polícia, Albertina afirma que a “família de Mazarino, logo que percebeu n’ele inclinação e plano de casamento com Ella declarante, suspenderam as relações que entretinham com esta e sua mãe”. Logo, vemos que a conduta de Francisco em não estar presente na família e de Emilia Kraemer ser uma mulher que vivia e se sustentava sem a presença de um homem (muito menos de seu marido), a expõem ao estigma da prostituição, o que afetou as relações sociais de Albertina. Mas, destaquemos que na esfera policial, a faceta laboral dessas mulheres serem profissionais do sexo não apareceu.

Defendendo o réu, o advogado traça a linha dos dias que Albertina disse ter sido deflorada, entendendo o defloramento como apenas uma relação sexual, não sendo pertinente averiguar o envolvimento emocional desigual de uma relação de um homem 15 anos mais velho. O advogado argumentou que Mazarino se encontrava na casa comercial em que trabalhava, durante as noites de 27, 28 e 29 de setembro, desmentindo que ele estivesse em companhia de Emilia. Nas margens de bilhetes escritos a próprio punho por Mazarino, ele obtém o depoimento por escrito de quatro indivíduos - Olintho Soares, Ulysses Lemos Fabricio, Antônio Machado e Paulino Alves dos Santos – os quais atestam que sabiam onde ele se achava nos pernoites dos dias 27, 28 e 29, tendo a confirmação de todos de que estava no armazém para o qual trabalhava.

De acordo com uma narrativa extremamente afetuosa em relação a Mazarino, o advogado explica o sumiço do acusado a fins de trabalho, tendo o mesmo que deixar sua mãe doente em casa, essa que também cumpria seu papel, sendo uma mãe que conseguiu criar um filho carinhoso e trabalhador:

Releva notar que tal era a urgência da viagem que apesar da grave enfermidade que se achava acometida a respectável e virtuosa mãe do querellado, este não pode sahir do armazém para dipensa, como bom filho que é, os carinhos e cuidados a que estava habituado sua exma. Mãe [...].

Outra narrativa muito interessante utilizada pelo advogado foi de, através do auto de corpo de delito de Emilia, salientar que o defloramento era antigo e que ela não tinha vestígios de moléstia, sendo que Mazarino “durante os meses de agosto e setembro tractava-se o querellado de uma blenorragia aguda e de um doloroso cancro duro”. Ou seja, Mazarino estava tratando infecções sexualmente transmissíveis e o fato de Emilia ainda não apresentar de forma visível nenhuma infecção era usado contra ela. Para comprovar isso, o réu escreveu de próprio punho para João Daudt, para ele declarar quais moléstias teve a *bondade* de tratar durante os meses de agosto e setembro e do que ele sofria até aquele momento. Na margem da correspondência, Daudt anotou: “em resposta á sua carta e para cumprir-me declaro que nos meses de agosto e setembro vos forneci vários medicamentos para combatter uma blenorragia aguda e um cancro venereo inflamado e consideravelmente doloroso”.

A blenorragia ou gonorreia é uma IST (infecção sexualmente transmissível), causada pela bactéria *neisseria gonorrhoeae*, que infecta a uretra e o canal que liga a bexiga ao meio externo⁴⁷ e cancro venéreo também é uma IST e consiste em feridas contagiosas⁴⁸. Chega a ser espantoso ver a lógica usada na defesa para absolver Mazarino do defloramento da menor Albertina. Não houve constrangimento nenhum em afirmar que um homem 15 anos mais velho tinha relações sexuais que lhe causaram infecções, mesmo com todas as exigências e padrões de higiene que se institucionalizavam na época. Não abalou a honra ou a palavra dele, pelo contrário, demonstra que os padrões de sexualidade ativa para os homens não só eram permitidos, como também, exaltados.

A historiadora Magali Engel, ao estudar a prostituição no final do século XIX e início do XX, entende que “o próprio corpo da prostituta é o símbolo, no discurso, da corrupção e da degradação físicas” (ENGEL, Magali; 2004, p. 79) e que os médicos relacionavam outras doenças, que não só as venéreas, a prostituição. Nesse sentido, ficaria subentendido que Mazarino era um homem que pagaria por sexo, mas não foi o que aconteceu. Mesmo que ficasse subentendido que ele tinha hábito de ter relações com mulheres prostitutas isso não teria sido

⁴⁷Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/gonorreia-blenorragia/#:~:text=Gonorreia%2C%20tamb%C3%A9m%20chamada%20de%20blenorragia,a%20bexiga%20ao%20meio%20externo>. Acesso em 07 de junho de 2022.

⁴⁸ Para saber mais sobre doenças sexualmente transmissíveis, ver apêndice B, da minha dissertação de mestrado (ALMALEH, Priscilla; 2018, p. 308).

um problema para a sua honra. Aliás, mostra que ele fazia uso do corpo das mulheres como qualquer outro homem branco da época.

Por fim, vistos os autos, o 2º promotor público, “fundado nas peças de investigação” dá o seu parecer sobre o caso considerando improcedente a denúncia, sem indícios veementes de que o réu Mazarino de Moraes tivesse sido o autor do defloramento da menor Albertina Kraemer e que:

Considerando: allegando a offendida que foi deflorada no dia 28 de setembro de 1897, mostra aquelle documento que no referido mez o réu soffria de moléstia contagiosa e o corpo de delicto affirma que a offendida não apresentava vestígios de molestia ou qualquer outra, quando examinada em 23 de outubro seguinte e bem assim, que a defloração era antiga. [...] Considerando que a 2ª e a 1ª testemunha affirmam que a assistida é prostituída e que a casa da mesma é freqüentada por amantes, um dos quaes, tem sido noivo de todas as suas filhas, o que concorre para suspeitar da verdade da acusação levantada contra o réu.

Antônio Paulo Neves de Souza absolve Mazarino Moraes, de 30 anos de idade, do defloramento da menor Emilia Kraemer, de 15 anos, aceitando os fatos de acordo com a construção narrativa de Mazarino. Esse é mais um dos casos em que um juiz, homem branco cis-hétero, apoiado no discurso de outros homens, absolve casos de violência, dando aval a violência moral, física e social contra as mulheres. A violência não é vista como um problema, porque faz parte da socialização dos homens.

O defloramento é a transgressão de uma regra, de uma lei, mas por outro lado, a falta de condenação dos homens dá aval e uma sensação de afirmação e impunidade aos homens, “a afirmação de que o seu ‘erro’ não deveria ser considerado uma transgressão, já que fizeram o que ‘todos os homens fazem’” (MACHADO, Lia Zanotta; 2004, p. 41). Nada mais de acordo em um sistema de homens, que privilegia outros homens. Emilia sofreu as consequências de enfrentar um homem na Justiça, por procurar seus direitos enquanto mãe e tentar auxiliar na reconstrução da honra da sua filha. Sua resistência se dá na sua luta de enfrentamento do patriarcado a partir das concepções sobre modernidade, família e gênero que se construíam naquele momento para a população da cidade. Trazendo a noção de que o Estado “entrega com uma mão aquilo que já retirou com a outra” de Rita Segato (2010, p. 110), dá para entender que a não condenação de Mazarino se desenvolve dentro dessa lógica, em que o Estado finge assegurar a honra das mulheres cis-hétero brancas, através da criminalização do defloramento, ao mesmo tempo em que absolve homens de seus atos, punindo mulheres que buscam por seus direitos.

Conclusão

Busquei desenvolver uma narrativa na qual fosse possível desmistificar as ações do sistema, na busca de uma nova leitura para a História das Mulheres. Através do conhecimento da força do sistema cis-hétero moderno/colonial na vida de Emilia e Albertina, conseguimos entender como tudo isso perdura até os dias atuais e é presente nas nossas próprias vidas. Emilia, ao buscar auxílio no próprio sistema não teve sua graça almejada, não conseguiu fazer com que Mazarino cumprisse seu compromisso de casamento. Pelo contrário, sua honra sofre mais um golpe.

A Justiça foi um dos mecanismos do sistema que se engrandece em Porto Alegre no final do século XIX⁴⁹, através dos ideais positivistas da época, visto que: “as normas jurídicas serviram, e em grande medida ainda servem, para legitimar a desigualdade de gênero e a exclusão das mulheres ao acesso à cidadania” (SILVA, Salete Maria da; 2018, p. 85). Na construção da narrativa de absolvição foram utilizadas estratégias que relacionavam Mazarino as noções de gênero e família, e apesar de haver na época uma busca no controle das infecções sexualmente transmissíveis, isso serviu para a absolvição do acusado. Emilia, por outro lado, teve seu histórico familiar utilizado como desqualificador. Tida como prostituta, fica a insinuação de que Emilia possivelmente mantinha relações amorosas com outros homens, recebendo ou não dinheiro, e isso foi usado contra sua filha. O que nos mostra que os homens cooperavam com outros homens dentro da lógica do sistema, com o apoio de algumas mulheres.

Outro ponto importante é que toda a narrativa do caso se volta para Mazarino e sua visão sobre o mundo. O crime aconteceu contra Albertina, de 15 anos de idade, menor. Esse último fato não é levado em consideração pela Justiça, mostrando ser um padrão da época, homens mais velhos se relacionar com crianças ou jovens mulheres. Por trás desse processo histórico é visível a construção sobre a rotulação das mulheres pelos homens, como também o padrão das narrativas se constroem através de perspectivas masculinas. Acredito que o diferencial da

⁴⁹ O progresso era orientado pela onda liberal que tomou conta da Corte uma década após a independência do Império, deixando no seu rastro um novo sistema de justiça criminal. A legislação criminal do Império estava fundamentada no código criminal de 1830, uma expressão audaciosa da filosofia jurídica liberal, substituindo a parte criminal (livro 5) das Ordenações Filipinas portuguesas de 1603. Foi o primeiro código penal autônomo da América Latina, influenciando o direito penal em todo o continente, intensificando os esforços brasileiros de liderança da região: “Os princípios fundamentais do Código Penal de 1830 revelavam a inspiração de seus autores no direito clássico que estava começando a prevalecer na Europa. Igualmente importantes foram a influência da Revolução Francesa e o desejo dos primeiros juristas do Império de eliminar o que viam como resquícios do regime colonial absolutista: o poder arbitrário do Estado sobre os indivíduos baseado na alegação de que o rei era o representante da vontade divina; a punição excessiva ou por vingança, decidida em alguns casos à mercê da vontade do rei; a distinção entre classes de sujeitos jurídicos, que era a base do privilégio aristocrático; e a fusão da lei com a moralidade (CAULFIELD, Sueann; 2000, p. 58). O novo código foi importante na simbolização da nova condição do Brasil como nação moderna.

análise é articular essas formas de socialização entre homens e mulheres, como um produto da modernidade/colonialidade que se faz presente até hoje, através de outros mecanismos. De forma muito clara, os homens precisavam ter o controle das mulheres para a manutenção do sistema moderno no processo de institucionalização da família, mas não cumpriam com as obrigações destinadas para o seu papel.

5 A EXPERIÊNCIA DA GRAVIDEZ INDESEJADA E DO ABORTO DE EUFRASINA PIRES

Nesse capítulo continuo evidenciando as práticas de justiça que colaboraram para a institucionalização da masculinidade no e pelo judiciário, refletindo nas relações de gênero e na dominação masculina na cidade de Porto Alegre. Também busco entender os mecanismos que eram utilizados por homens nessa manutenção em prol do patriarcado, no final do século XIX. Desde a introdução desenvolvo um imaginário sócio-histórico, observo como as raízes do pensamento moderno/colonial foram implantadas em nosso território, em nossos corpos, regulando nossos poderes de ação. Se haviam normas e leis, entendo que os homens poderiam ou não seguir as condutas violentas construídas em favor do masculino, mas de forma hegemônica eles aceitam os acordos de violência contra as mulheres⁵⁰. Mulheres sempre

⁵⁰ Quando falo sobre violência eu me refiro não só a física, mas ao sistema que se molda de forma violenta.

resistiram, reclamaram, sentiram dores e não foram completamente passíveis ao sistema, mas homens sempre aceitaram os termos da violência, instituindo formas de dominação que correspondem ao contexto.

Através da experiência presente nesse caso, percebo que homens mais velhos, utilizavam de seus poderes para coagir e manipular o discurso e a situação para benefício próprio, usufruindo do corpo, da sexualidade e do afeto feminino sem quaisquer ressentimentos e ou responsabilização. A falta de responsabilização gera dois sentimentos: que homens podem tirar proveito das mulheres, desumanizando-as, e que mulheres não conseguirão ter suas demandas ouvidas, pois falta justamente a responsabilização de seus agressores. Um ponto que defendo é que ações como essa se articulam para a criação da mentalidade sobre as performances dos homens na história, como alheios a sentimentos de empatia com as mulheres, sem sentir culpa pelos atos cometidos, e para as mulheres o sentimento de subordinação e o senso de baixo valor, já que suas demandas não são validadas.

Em um momento de plena ascensão do Estado como conciliador, o aval da Justiça para as violências que os homens cometem sobre as mulheres, compreende a liberdade de ação e o domínio sobre a sexualidade e as narrativas para os homens, que não seguiam as regras sociais e não eram responsabilizados por isso. Para as mulheres, isso reflete em dor, exclusão e negação da sexualidade e do prazer. Cria-se a noção de que é melhor uma mulher se abster de sua sexualidade, de seu prazer enquanto indivíduo, do que atravessar os estigmas sociais de uma mulher abandonada, de não ter a proteção de um homem, as dores de uma gravidez indesejada, seguida da impotência de não conseguir construir alternativas, pois o patriarcado, ao destruir a história, também destrói o futuro.

Observo também uma estratégia masculina nos processos de defloração. Os homens agiam da seguinte forma: eles primeiramente conquistavam mulheres mais jovens do que eles, afirmando a pedofilia como prática social e a aceitação de “normalidade” dessas relações. Acessando mulheres mais jovens, os homens possuíam maiores chances de encontrar parceiras com pouca ou nenhuma experiência sexual, tendo maior facilidade de manipulação. Após seduzir a vítima, eles frequentavam a casa, mantinham relações de namoro e prometiam casamento. Através dessa promessa, eles induziam a vítima a ter relações sexuais⁵¹, já que sabiam que o sexo para as mulheres era associado ao casamento. Agora, vamos ver como isso se desenvolve na prática?

⁵¹ Não quero negar o desejo sexual dessas mulheres, mas entendo o tabu no prazer feminino já que o único prazer admitido era o masculino. O sexo para as mulheres era vinculado a monogamia, ao casamento e a reprodução.

5.1 Mandatos de masculinidade através de Affonso Cassi

Através da história das relações desiguais fica explícito nos processos analisados até aqui, que meninas muito jovens, de até 15 anos, buscavam o casamento e acabavam atraídas por promessas que não se concretizavam, como o caso da jovem Eufрасina, de 15 anos de idade, que viu sua vida mudar de uma hora para a outra. Em fevereiro de 1892, o marceneiro de 19 anos de idade Affonso Cassi, natural e residente em Porto Alegre, foi acusado de deflorar a menor Eufрасina Pereira Pires⁵². O processo se inicia na polícia, através do inquérito originado pelo delegado Ernesto dos Santos Paiva.

Em um ambiente masculino, o delegado Ernesto dos Santos Paiva pergunta a Affonso Cassi sobre a “queixa verbal dada a esta delegacia por Hortência de tal, sobre o defloramento de sua filha de nome Eufрасina Pereira Pires” e se a autoria do defloramento tinha sido feita por ele. Em um ambiente de repressão, dou atenção a expressão “queixa verbal”, o que remete a não formalização do caso, um gesto pendente para Affonso e um desmerecimento da narrativa de Eufрасina. Uma sinalização que já orientava a concepção do delegado sobre o caso, um direcionamento favorável ao réu, que não se intimidou para assumir suas relações sexuais com Eufрасina, mas que continuava assinalando não ser o autor do defloramento. Disse Affonso que teve relações sexuais com Eufрасina em outubro de 1891, sem violência e em sua casa, na ausência de sua mãe, assumindo que “a menor [tinha] esperança de ser desposada por elle interrogado que a namorava”, e que “anteriormente havia sido interrogado pela mãe da referida menor sobre o casamento a que elle respondeu que não possuía dúvida em casar-se”. Affonso assume que teve relações sexuais com a menor Eufрасina, que a namorava e que tinha a intenção de casar-se com ela. Ambos frequentavam as respectivas casas e as famílias sabiam do envolvimento do casal. Porque Affonso, como tantos outros homens, descumpriu os acordos pré-estabelecidos?

Os processos de defloramento mostram que normalmente havia um relacionamento sólido entre as partes, os namorados eram reconhecidos pela comunidade, pela vizinhança, através de uma relação que se constituía como uma fase para o casamento. Havia a expectativa de que as meninas se mantivessem intocadas, virgens, para servir um único homem. Esses discursos eram manipulados através da monogamia enquanto prática para as mulheres e o casamento, como um contrato de prestação de serviços domésticos, sexuais e reprodutivos.

⁵² Processo Criminal número 27, maço 1 e estante 29. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Affonso sabia disso, e mesmo assim descumpriu seu acordo, pois o patriarcado permite que homens não cumpram os seus deveres sociais e que mulheres sejam objetos de prazer e serviços.

Diferente da relação de amasiamento⁵³, essa relação de namoro tinha como fim o casamento, a criação e a manutenção de uma nova família, sendo por isso que o Estado entra como conciliador nas situações de defloração, por ser o órgão que busca garantir a proteção das famílias sob o olhar do sistema cisgênero-hétero moderno/colonial. Garantir a manutenção da família não quer dizer proteger mulheres, pelo contrário, é manter a violência da opressão para manter homens no poder. Affonso descumpriu sua palavra porque sabia os privilégios de ter nascido homem, dono do seu corpo e da sua sexualidade.

A historiadora Silvia Arend (2001) observa que as relações sexuais eram comuns antes do casamento e que entre os populares o casamento acabava não sendo uma opção viável. Diante desses processos de defloração e estupro, entendo que as relações antes, após ou as do próprio casamento, raramente eram consensuais, pois foram influenciadas pelo sistema e pelo olhar único europeu e colonial, que tende a relacionar o corpo e o prazer femininos a reprodução, a família. Orientadas pelo patriarcado, as relações deveriam ter como protagonistas os homens e seus prazeres. Já as mulheres acabavam sendo inseridas nas relações para satisfazer esses homens. Historicamente fomos criadas com o senso de valor baixo, que é mantido através da violência em que somos inseridas. Quando somos ensinadas a ter vergonha sobre nosso próprio corpo, não o conhecer e não assumir nossos prazeres e desejos, não conseguimos criar uma base sólida de orientação sobre as relações. Muitas mulheres acabavam, e ainda acabam, tendo a primeira relação sexual através do estupro ou mais pelo desejo do outro. Isso é o patriarcado agindo, através do apagamento da história das mulheres, gerando a falta de educação sobre sexualidade, corpo, prazer e poder sobre a reprodução. Como consequência do patriarcado, e forma de manutenção, a sexualidade ainda é muito voltada a reprodução, na vida das mulheres.

A escritora francesa Monique Wittig entende a questão da heterossexualidade como um regime político, baseado na opressão das mulheres pelos homens, reproduzindo a doutrina da diferença entre os sexos para justificar a opressão, “de tal forma distorcida, que no fim a opressão parece ser uma consequência dessa natureza dentro de nós” (WITTIG, Monique; 2019,

⁵³ Silvia Arend (2001) ao historicizar as relações de amasiamento e namoro problematiza a relação de classe, mas não as hierarquias de poder. O amasiamento seria uma relação entre populares, que não detinha tanta preocupação com a linhagem ou manutenção de poder político e econômico, sendo assim, ela conferiria até uma liberdade para as mulheres ao possibilitar a troca de companheiros. Na prática não existe a liberdade era regulada pelo poder de ação do patriarcado, essas mulheres até poderiam ter vários parceiros ao longo da vida, mas carregavam os estigmas de não estar correspondendo os ideais modernos civilizatórios de família e em qualquer oportunidade, isso poderia ser usado contra elas.

p. 83). Assim, ao estudar o contrato heterossexual, se entende a heterossexualidade como uma manobra política e ideológica. A ideia binária sobre a sexualidade heterossexual é compulsória, entende-se que uma vez que os nossos corpos e nossas mentes são produtos da manipulação ideológica heterossexual, somos forçadas a corresponder à ideia de natureza (que é apenas uma ideia), determinada para nós.

Esta falta de autonomia sobre a própria sexualidade é uma das formas de manter a dominação dos homens sobre nossos corpos. O Instituto Patrícia Galvão⁵⁴ observa que no Brasil, em 2018, 180 pessoas foram violentadas por dia, 81,8% das vítimas são do sexo feminino, 50,9% são negras, 54% das vítimas têm menos de 13 anos. Esses são registros conquistados pela luta feminista e que nos dão acesso a parte do problema, visto que somente cerca de 7,5% das vítimas de estupro notificam o crime à polícia⁵⁵. Como vemos, o estupro é um problema histórico.

Voltando as atenções para Affonso, é interessante observar que mesmo assumindo seus atos, o inquirido vai se delineando de forma muito preferencial para ele. Ernesto dos Santos Paiva, o delegado, começa a averiguar a moral da mãe, afinal, é ela quem prestou a queixa. Será que ela tinha “moral” para acusar um homem? “Perguntado qual o juízo que forma o interrogado quanto a moral da mãe da mesma menor? Respondeu que Hortência não tem juízo algum em sua opinião e que quanto a Eufрасina é muito assanhadinha e não se dá ao respeito”. Affonso, novamente sem o menor pudor, ofende de forma livre, mãe e filha.

Logo, o delegado questiona como ele tinha prometido casamento mesmo tendo esse juízo pela mãe e filha e Affonso responde que frequentava a casa por ser bem acolhido. Ou seja, Affonso assume ser bem recebido na casa de Hortência e Eufрасina, ao mesmo tempo em que difama as duas. Na próxima pergunta, conseguimos perceber que Affonso passou pela cadeia de polícia. Ele havia sido preso, possivelmente pelo crime de defloramento: “Perguntado se no decurso do dia em que teve cópula com a menor Eufрасina até o dia em que foi preso manteve relações calientes com a mesma menor ou outra qualquer ordem?”. Isso demonstra que as mulheres, através da denúncia na polícia e da ação judicial conseguiam, se não punir, ao menos abalar os homens que usufruíam do corpo das mulheres e não cumpriam com a sua palavra. Sendo assim, denunciar os homens por defloramento, não era somente reivindicar a responsabilização dos homens pela violação da honra, da virgindade ou da moral, mas era uma

⁵⁴ Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-sexual/tipos-de-violencia/estupro/#>. Acesso em 28 de junho de 2022. Através do Segundo o 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2018.

⁵⁵ Pesquisa Nacional de Vitimização. Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça, 2013. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-sexual/tipos-de-violencia/estupro/#>. Acesso em 28 de junho de 2022.

reivindicação por todas as violências cometidas durante a relação, se caracterizando como uma ferramenta utilizada por mulheres para politizar o espaço doméstico e assim reivindicar a posição de pessoa de direitos demandando do Estado a resolução de conflitos, configurando um ato de resistência.

No dia seguinte, 26 de fevereiro de 1892, é feito o “auto de perguntas” a Eufрасina, de 15 anos de idade. Eufрасina diz conhecer Affonso há cerca de dois anos, ou seja, desde os seus 13 anos de idade, tendo ele “frequentando a sua casa algumas vezes”. Há um ano, seu então namorado, havia lhe prometido casamento e sua mãe recomendou-lhe “serenidade”. Nessa passagem Eufрасina mostra que sua mãe havia se preocupado com sua honra, em forma de alerta. Também declarou que quando ficavam a sós, ele pedia para satisfazer seus desejos, que não tivesse medo “[...] algum que ele fosse indigno, que faltasse a sua palavra ou fugisse”. Nessa última frase Eufрасina demonstra que Affonso pedia para satisfazer os seus desejos e não os dela, nesse sentido, demonstra mais uma vez que as relações sexuais se construía através do desejo e da narrativa dos homens, como aponta Nariel Diotto e Raquel Souto, acadêmico e mestra em direito, ao falar sobre a repressão à sexualidade feminina:

O prazer feminino era visto como perversão, algo errado, impuro e julgável. Essa foi uma característica marcante na repressão do pudor da mulher, que não tinha o direito de sentir o prazer de uma relação, apenas deveria procriar e atuar como o objeto de prazer do homem (DIOTTO, Nariel; SOUTO, Raquel; 2016, p. 4).

Já salientei que homens respeitavam mais os acordos feitos entre outros homens, através dos mandatos de masculinidade. Eufрасina possivelmente já havia sofrido o abandono paterno, isso a deixava mais vulnerável em suas relações afetivas. O abandono paterno é um termo que vem se estruturando nos últimos anos dentro dos debates feministas, a fim de nomear e responsabilizar os homens pelas consequências da maternidade. Uma corrente de feministas de todas as áreas, evidenciam aquilo que já experimentamos enquanto mulheres, a ausência da figura paterna. Apoiando-se nessa corrente, a escrita feminista desfoca a atenção sobre os problemas das mulheres, a fim de nomear as estruturas e responsabilizar os homens. Dentro da ideologia moderna da época e das explicações biológicas, os homens são distanciados da criação dos filhos quando a reprodução e a criação dos bebês e das crianças passam a ser problema unicamente das mulheres. Assim, criam-se subsídios e ferramentas que distanciam os homens das responsabilidades nas relações com as mulheres e crianças, como também sobrecarrega a mulher, que fica presa as suas obrigações de mãe.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), segundo matéria da Abril⁵⁶, diz que cerca de 12 milhões de crianças vivem o abandono paterno no país, mostrando a historicidade do problema. O abandono paterno é uma das ferramentas do patriarcado, que acaba deixando vulneráveis meninas como Eufрасina, visto que os vínculos entre homens são privilegiados e considerados como garantia.

O patriarcado, através das explicações biológicas, estabelece a biologia masculina como superior, encontra uma maneira de afirmar seu privilégio e domínio sobre os outros. Isso dá subsídio para os homens não cumprirem sua palavra com as mulheres. Assumindo as disparidades das relações é preciso entender que as mulheres eram – e ainda são - entendidas enquanto corpos, reprodução e os homens razão, política. Oyèrónke Oyewumi entende as explicações biológicas como uma manobra para explicar as diferenças de gênero, raça e classe. A biologia, nesse sentido, também é uma categoria social construída e enraizada no pensamento e nas práticas sociais ocidentais como uma categoria natural.

Paradoxalmente, no pensamento europeu, apesar do fato de que a sociedade era vista como habitada por corpos, apenas as mulheres eram percebidas como corporificadas; os homens não tinham corpos – eram mentes caminhantes. Duas categorias sociais que emanaram dessa construção foram o “homem da razão” (o pensador) e a “mulher do corpo”, e elas foram construídas de maneira oposicional. A ideia de que o homem de razão frequentemente tinha a mulher do corpo em sua mente, nitidamente, não era bem recebida (Oyewumi, Oyèrónke; 1997, p. 8).

Nesse sentido, as relações se tornam desiguais quando o corpo feminino é construído pelo pensamento patriarcal como um corpo destituído da razão. Os homens utilizavam dessa artimanha para seu próprio prazer. Enquanto razão, os homens utilizavam a sua sexualidade para controlar mulheres, marcando-as através do sexo, um ato constituidor da masculinidade. Uma vez que uma mulher tinha sido deflorada, desvirginada ou vista com outro homem, suas relações sociais poderiam ser prejudicadas. Homens sabiam disso e utilizavam o defloramento como uma conquista, não pensando nos sentimentos, afetos e consequências disso para as mulheres.

Marina Carvalho faz um importante estudo sobre a construção do imaginário feminino presente no periódico pornô-erótico *Rio Nu* (1898-1916)⁵⁷, através da noção de feminino gentrificado, “repetições das performances de gênero masculina e feminina, articuladas com o

⁵⁶ Disponível em: <https://bebe.abril.com.br/familia/indice-de-pais-ausentes-bate-recorde-de-registros-durante-a-pandemia/> Acesso em 29 de junho de 2022.

⁵⁷ O *Rio Nu* foi o primeiro periódico lançado no Brasil do chamado “gênero alegre”, uma denominação dada no país a jornais que tinham como objetivo alegrar o leitor, misturando notícias com conotação sexual, fundou-se 1m 1898.

imaginário da civilização orientado pela ficção pornô-erótica, institui instituindo um *erotismo moderno/colonial*” (CARVALHO, Marina; 2019, p. 182). Assim, a historiadora observa, através do periódico, que a mulher a ser desejada era a branca, de classe alta, heterossexual ou bissexual, carioca à luz da francesa. A autora decolonializa ao pensar a construção do desejo dos homens sob o olhar da colonização. Os fatores que regem a menor idade das mulheres/meninas, na minha análise, se configuram através (e não só) da atenção dada ao hímen e a virgindade como um atributo inerente à moralidade. A virgindade das mulheres transformou-se em uma relação de poder para os homens, assim como um desejo. Fator que “institui instituindo” o estupro e o defloramento de mulheres/meninas muito jovens.

Ela cujos olhos, “tentadores feiticeiros”, colocam em xeque o “mortal” homem; ela cuja natureza não é ser racional, mas sim portadora de uma imaginação perigosa porquê de natureza misteriosa em harmonia com as qualidades específicas do *belo sexo*; ela que emprega seus atributos de sedução, que “são ímãs de atroz poder”, para seduzir e fascinar não por amor ou paixão ou desejo carnal, mas para dominar até “os mais austeros” dos homens; ou seja, ela é *fatal!* Aqui o Rio Nu configura o imaginário do *maldito feminino* oitocentista: *les femmes fatales*: criação artístico-literária de figuras femininas nascidas para seduzir os homens, não por amá-los e desejá-los, mas por ser de sua *natureza, misteriosa e maldita*, sentir prazer em levá-los a destruição. As *femmes fatales* oitocentistas são uma das reações de certa masculinidade amedrontada com o surgimento da *Primeira Onda Feminista*, temerosa com o *desfacelamento* da suposta superioridade de sua identidade sexual e de gênero (CARVALHO, Marina; 2019, p. 184).

Através da análise da autora, é muito coerente dizer que a punição das mães que “ousavam” na busca do direito de suas filhas, no final do século XIX, em Porto Alegre, através de processos de defloramento, é uma reação masculina ao avanço da luta das mulheres. Elas, através da exigência de uma reparação, questionavam a norma e abriam espaços para futuras mulheres revolucionarem através da busca de direitos e autonomia. Não aceitando as condições impostas, elas também questionavam os ideais de masculinidade e feminilidade.

Por meio do sexo, do engano e da violência, Affonso, assim como outros homens, utilizava da “credencial” da masculinidade para se afirmar e ter reconhecimento social. A antropóloga colombiana Mara Viveiros Vigoya (2018) observa que a masculinidade assume muitas versões, tendo uma posição hegemônica culturalmente central e ligada à subordinação social das mulheres. A masculinidade precisa ser entendida dentro do interior da estrutura cis-hétero moderna/colonial, através da configuração social de gênero. Ela não é um atributo fixo e imutável dos homens, mas uma noção relacional que se dá através de “mandatos comportamentais e morais” (VIGOYA, Mara; 2018, p. 25) em que os homens têm poder de ação, de se adequar ou rejeitar. Affonso era conhecedor das regras sociais, ele sabia que tinha

o poder de desonrar Eufrasina tendo relações sexuais com ela, expondo-a ao escárnio público e dificultando a inserção dela numa próxima relação. Nesses casos, a mulher é entendida enquanto um território do homem, algo a ser explorado através da relação sexual.

Entendo o corpo das mulheres, pela ótica patriarcal, como um território a ser colonizado pelos homens, no qual a masculinidade se constrói. A construção das identidades masculinas do século XIX se enraíza em contexto de violência histórica, estrutural e cotidiana. É um exercício performativo que põe em cena uma experiência moldada “a partir das opções disponíveis na cultura e na sociedade nas quais vivem esses jovens” (VIGOYA, Mara, 2018, p. 81). Atualmente os estudos das relações de poder evidenciam uma diversidade de estilos ou tipos de masculinidades, cada um correspondendo a diferentes inserções dos homens. Assim, as masculinidades,

[...] são socialmente construídas [...] nem místicas, tampouco biológicas [...] [as] masculinidades variam de cultura a cultura, variam em qualquer cultura no transcorrer de um certo período de tempo, variam em qualquer cultura através de um conjunto de outras variáveis, outros lugares potenciais de identidades e variam no decorrer da vida de qualquer homem individual (KIMMEL, Michel; 1998, p. 105).

Assim, o sociólogo americano Michel Kimmel (1998) entende que a homofobia e o sexismo são elementos constitutivos das masculinidades, que são construídas em campos inter-relacionados de poder, ou seja, nas relações de homens com mulheres e de homens com outros homens, construindo ações e diferenciações nas relações com cada gênero. A masculinidade também é modelada pelo erotismo ocidental, como o único que se apodera porque é o que penetra. O escritor francês Georges Bataille (1989) explica que essa lógica constrói o pênis como o órgão do prazer e os portadores do sexo masculino como sujeitos, diferente do objeto (mulheres) da relação sexual.

A ciência, a justiça, a polícia, a política e todas as instituições de poder são instituições criadas para manter essa masculinidade ativa, promovendo a manutenção do poder na base dos homens cisgênero-héteros e brancos. Nesse caso, Affonso, por ser homem, tem uma aproximação de gênero com o delegado, espécie de guia que irá determinar o comportamento daquela sociedade através da representação⁵⁸. Quando homens não são responsabilizados, *institui instituindo*⁵⁹, um imaginário de que homens são assim mesmo e que nós mulheres,

⁵⁸ Tomaz Tadeu da Silva (1996) chama atenção para o fato de que os significados que as representações acabam produzindo não preexistem no mundo, mas eles têm de ser criados, e são criados socialmente, através de relações sociais de poder.

⁵⁹ Como aponta a historiadora Marina Carvalho (2019).

precisamos nos proteger⁶⁰ sozinhas. Os estudos sobre masculinidade surgiram através desse viés, de que precisamos entender, nomear e responsabilizar os homens sobre seus atos.

Lia Zanotta Machado no artigo “masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea” observa a normalidade com que homens que foram responsabilizados por estupro falam sobre o ato, visto que a sexualidade masculina é a que penetra, que se apodera do corpo do outro, então “o seu ‘erro’ não deveria ser considerado uma transgressão, já que fizeram o que ‘todos os homens fazem’”, [...] o que “todos os homens fazem com todas as mulheres: elas sempre dizem não, mas sempre querem” (MACHADO, Lia; 2001, p. 41). A relação dos homens com as mulheres, atravessada pela masculinidade, demonstra o lado obscuro dessa relação, em que as identidades masculinas têm se realizado em um contexto de violência histórica, estrutural e cotidiana, em que “[...] ser homem e conquistar uma posição na masculinidade dominante faz parte de um exercício performativo que põe em cena uma experiência moldada a partir das opções disponíveis na altura e na sociedade nas quais vivem esses jovens (VIVEIROS, Mara, 2018, p. 81).

Chamada para dar declaração na polícia, Eufrasina expõe muito sobre seu contexto de vida e as práticas e costumes sociais da época. Logo, esse processo terá uma reviravolta, expondo muito mais a violência de gênero. Por cinco meses, Affonso frequentava a casa e Eufrasina recorda, em seu depoimento, que através de protestos de amor, promessa de casamento tratou de ficar a sós com ela. Sua mãe havia ido receber alguns móveis, pois a família estava de mudança para o bairro Menino Deus. Eufrasina estava em uma casa, com uma senhora que lhe fazia companhia, um “molequinho”, possivelmente uma criança negra e/ou pobre que fazia pequenos trabalhos em troca de algum dinheiro, e uma irmã pequena. Saindo a senhora, Affonso “mandou que o molequinho lhe fosse comprar cigarros”, levando a irmã pequena para brincar com a vizinha. Continuando a narrativa sobre o defloramento:

[...] achando-se só a respondente foi por Affonso forçada atirando-a sobre sua cama que ainda estava armada procurando livrar-se delle como pode, pois que é fraca e sentindo-se atrahida ao mesmo tempo com as promessas de amor e lealdade que Affonso lhe jurara desarmando-a.

Ao insinuar fraqueza, além de demonstrar humanidade, Eufrasina corresponde as ações sociais esperadas para as mulheres: onipresença em relação aos homens, a aceitação de que os

⁶⁰ Atualmente o termo heteropessimismo foi criado para entender e descrever o conjunto de sentimentos experimentados por mulheres heterossexuais que motivadas por arrependimento, constrangimento e desesperança, desacreditam nas relações com os homens, diante do patriarcado, desigualdade de gênero e violência. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/colunas/ana-canosa/2022/04/12/perdida-entre-liberdade-sexual-e-romance-saiba-o-que-e-heteropessimismo.htm?cmpid=copiaecola> acesso em 15 de julho de 2022.

homens sabem mais e que possuem o domínio e a força da relação. Ela também não nega que se sentiu atraída e esse fato pode ter sido suficiente para a anotação escrita ao lado desse parágrafo na fonte, que diz: “por esta declaração vê se que se não dêo estupro algum e menos defloramento”. Em um primeiro momento achei que essa mínima insinuação de desejo foi o suficiente para o descrédito da fala de Eufрасina. Mas, no fim desse processo, Manoel Bernardes Correa de Mesquita, testemunha de 26 anos de idade, casado, empregado público disse que Affonso havia lhe contado sobre o defloramento, “mas que não casaria com ella, visto ser mulher de cor e elle branco”, acrescentando que “a mesma Eufрасina se havia envenenado por estar grávida dele Cassi”.

Essas informações mudam todo o meu olhar sobre o processo. Desde o começo havia notado que o delegado era favorável com Affonso, como também as anotações na fonte já evidenciavam uma posição. O delegado mencionando Hortência, como de Tal, ou a própria noção de “queixa verbal”, são evidências disso. O fato é que temos uma relação entre uma mulher negra ou indígena e um homem branco. A cor da pele de Eufрасina era suficiente para mudar os rumos dessa história. Como mulher de cor, Eufрасina carrega os estigmas de não pertencer a um dos grupos do privilégio social. Manoel nos explica muito a falta de compromisso de Affonso, assim como o racismo dentro das relações, ao dizer que “não casaria com ella visto ser mulher de cor e elle branco”.

Entendida enquanto de cor, Eufрасina e sua mãe sofrem em seu corpo as consequências do racismo e da racialização. O racismo é a manifestação da violência do sistema mundo, da exploração de pessoas negras, indígenas e não-brancas a partir da criação da diferença. Uma invenção dos europeus que invadiram e escravizaram pessoas. É uma ação ideológica brutal que atinge o corpo e a alma de mulheres e homens através de hierarquização e de classificações de pessoas, negras, indígenas e não-brancas por traços físicos, morais e ancestrais. No século XIX, o processo de racialização se evidencia pela invisibilidade. O historiador Marcus Vinicius Rosa (2014) entende que o período pós-abolição é marcado pela invisibilização das pessoas negras pelas pessoas brancas, indicando um processo de racialização. Utilizando de recursos humanos, o Estado opta pela imigração e pela invisibilidade negra, ancorando suas justificativas no projeto votado ao progresso, que se desenvolvia:

[...] não faltava no Brasil da segunda metade do século XIX quem defendesse a imigração europeia como fator de ‘branqueamento’, de ‘progresso’, de ‘civilização’ e também como um incentivo à formação do mercado de trabalho livre por meio da ‘substituição’ da mão de obra compulsória. Médicos, advogados, higienistas, literatos, jornalistas atuando em museus etnográficos, hospitais, institutos históricos, faculdades de direito e de medicina; deputados

em longas discussões nas câmaras parlamentares e presidentes provinciais metidos em seus gabinetes palacianos – todos eles estavam profundamente preocupados em arranjar soluções para o atraso da economia, para a salvação da lavoura, para a elevada dose de sangue africano entre os brasileiros, para o dia em que faltasse braço cativo, temerosos diante das possíveis rebeliões nas senzalas; foi nesse contexto – de crise da escravidão – que as teorias raciais científicas, biológicas e deterministas produzidas na Europa teriam sido adaptadas às especificidades políticas e sociais brasileiras, tornando vitoriosos os projetos de importação de europeus (ROSA, Marcus; 2014, p. 8).

A resistência pode ser observada através da criação de espaços próprios de sociabilidade, como os clubes negros, as associações e de jornais, como *O Exemplo*, de 1892. Esses espaços se desenvolvem como uma prática política de afirmação sobre si. Nesse sentido, pode ser interessante pensar que Hortência, mãe de Eufрасina, *de Tal*, foi em busca dos direitos de sua filha. Porém, enquanto mulher de cor, a ancestralidade de Eufрасina, também, se firma nas experiências de mulheres em um contexto de apropriação dos corpos e a da exploração, através do passado recente escravista e de colonização. Eufрасina sofre uma violência específica que:

[...] constrange o direito à imagem ou a uma representação positiva, limita as possibilidades de encontro no mercado afetivo, inibe ou compromete o pleno exercício da sexualidade pelo peso dos estigmas seculares, cerceia o acesso ao trabalho, arrefece as aspirações e rebaixa a auto-estima (CARNEIRO, Sueli; 2003, p. 122).

A intersecção que atinge seu corpo é fruto dos efeitos da branquitude, como afirma a filósofa Sueli Carneiro ao explicar as violências subjetivas das mulheres negras, uma “violência invisível que contrai saldos negativos para a subjetividade das mulheres negras, resvalando na afetividade e na sexualidade destas” (CARNEIRO, Sueli; 2003, p. 122). Através da experiência de Eufрасina, tantas outras mulheres foram moldadas pelo medo de serem expostas, de engravidarem, de sofrerem as dores de uma gravidez e uma maternidade indesejada, ou ainda, a quase morte de um aborto não assistido e ainda criminalizado. Enquanto “muito assanhadinha” e mulher que “não se dá ao respeito” Affonso coloca Eufрасina em um estereótipo que:

Privilegia padrões estéticos femininos como aqueles cujo ideal é de um maior grau de embranquecimento (desde a mulher mestiça até a branca), seu trânsito afetivo é extremamente limitado. Há poucas chances para essa mulher numa estrutura em que a atração sexual está impregnada de modelos raciais e é ela representante da etnia mais submetida. A escolha dos homens passa pela crença de que ela seja mais erótica ou mais ardente sexualmente que as demais, crenças relacionadas às características de seu físico, muitas vezes exuberantes (NASCIMENTO, Beatriz, 2019, p. 268).

A historiadora Beatriz Nascimento observa que as relações afetivas estão emaranhadas de poder e que as mulheres negras se distanciam das relações propostas pela branquitude. Isso não significa que as mulheres negras, ou de cor, como Eufрасina, não experimentavam o amor, mas que as relações se baseiam no que a historiadora chama de “destino histórico” estigmatizado pela escravização.

5.2 Violências silenciosas: interseccionalidade através da gravidez indesejada e do aborto

O caso de defloramento de Eufрасina apresenta muito mais violências do que já abordamos até aqui. Através das experiências, tracei paralelos com o patriarcado e o sistema cisgênero-hétero moderno/colonial. Falei sobre as ferramentas do patriarcado e a responsabilidade dos homens nas opressões contra as mulheres. Através de casos do passado, do final do século XIX, busquei identificar as raízes dos problemas que vivenciamos hoje.

Na mesma semana que este capítulo se constrói, junho de 2022, uma menina de 11 anos, grávida após ser vítima de estupro, foi mantida pela Justiça de Santa Catarina em um abrigo para evitar o aborto legal. A mãe, dois dias depois de descobrir a gravidez, levou a filha para realizar o procedimento, permitido em caso de violência sexual sem impor limitações de semanas da gravidez e sem exigir autorização judicial. A equipe médica se recusou a realizar o procedimento e o caso chega a juíza Joana Ribeiro Zimmer, que distanciou mãe da filha para que esta não realizasse o aborto, que era direito da menina. Além de tudo o que a menina passou (estupro, gravidez indesejada, impedimento do aborto, afastamento familiar), foi submetida à vários constrangimentos pela juíza, que queria que ela se submetesse por mais uma ou duas semanas para aumentar a chance de vida do feto, questionando se ela “suportaria ficar mais um pouquinho”. Devido a popularidade do caso, a menina realizou o aborto de forma legal⁶¹.

O aborto é um problema histórico da sociedade. Seguindo o depoimento de Eufрасina, foi perguntado se da relação sexual com Affonso ela havia ficado grávida. Eufрасina engravida de Affonso, dizendo que só sentiu os efeitos da gravidez no primeiro mês. Nesse momento lhe é perguntado “como se apresenta a respondente a presença da autoridade sem demonstrações de prenhes”, e então Eufрасina responde:

Respondeu que perdidas as esperanças de casar com seu malfeitor a ultima vez que esteve em sua casa mostrando-se contrariado pelo facto da

⁶¹Disponível em: <https://theintercept.com/2022/06/20/video-juiza-sc-menina-11-anos-estupro-aborto/> acesso em 07 de julho de 2022.

respondente fallar-lhe no casamento e aproximando-se o período crítico de seu estado a ponto de ser quase impossível occultar de sua mãe nesse estado de desespero estando uma sua vizinha na terça-feira da semana passada tirando manchas de umas roupas com sal de azeda. Ella respondente penetrou no lugar onde estava o referido sal e occultamente tomou um pouco bebendo em acto continuo um copo com água este fez as nove horas da manhã principiando a estes os efeitos ter horas depois.

Eufrasina fez o uso de ácido oxálico para abortar, popularmente conhecido como sal de azedo, esse ácido serve como limpador. A antropóloga Débora Diniz (2012) aponta que há uma falta de relatos, experiências e histórias de mulheres que abortam, devido à prática criminalizada. A penalização pode ser observada de várias formas, seja pela sociedade que através da moralização penalizava a mulher desde o ato sexual cometido com a criação forçada de filhos, com exclusão. A morte, o sofrimento e o dano que a aquela gravidez poderia causar não era do interesse social ou judiciário.

As práticas de aborto variam conforme o momento histórico. Enquanto problema de saúde pública é uma experiência traumática na vida de mulheres. Tratadas muitas vezes no silêncio ou na solidão, as histórias sobre aborto geralmente não são histórias felizes, principalmente se são oriundas de mulheres pobres. Débora Diniz afirma que “entre os anos 1960 e 1980, os métodos utilizados pelas mulheres para abortar iam de ingerir chás ou líquidos cáusticos a inserir na vagina sondas e objetos perfurantes” (DINIZ, Débora; 2012, p. 318), como, também, clínicas de aborto. Já a historiadora Marinete Silva explica de forma mais detalhada as técnicas empregadas:

Geralmente, começavam por utilizar meios reputados na cultura popular e que poderiam ser empregados sem a ajuda de ninguém. Entre eles figurava o uso das sangrias, sanguessugas, banhos de assento, marchas forçadas, quedas, longas caminhadas, compressão do ventre, massagens etc. Alguns deles poderiam efetivamente agir, como as quedas e as massagens no ventre, a maioria, no entanto, não exercia qualquer efeito nefasto sobre a evolução da gravidez (Costa Júnior, 1911, p.83). O passo seguinte era a ingestão de chás e decocções de certos tipos de ervas ou mesmo de substâncias químicas. A cila, a salsaparrilha, o gaiaco, a melissa, o açafraão, a camomila e a artemísia eram algumas das comumente utilizadas (Mattos, 1923, p.24). Algumas dessas substâncias tinham certa ação direta sobre o útero, como o teixo, a sabina, o zimbro, a tuia, a atanásia, a arruda e o centeio-espigado. Produziam intoxicação ou envenenamento que poderia levar a gestante a abortar. Dentre as substâncias químicas empregadas, destacavam-se venenos gerais como arsênico, fósforo, antimônio, mercúrio, chumbo, sulfureto de carbono, iodeto de potássio, sulfato de quinina, clorofórmio, cantáridas, permanganato de potássio, veratrina e pilocarpina (Silva, Marinete; 2012, p.1247 e 1248).

As técnicas como a de inserir cateteres ou objetos pontiagudos no útero com ou sem a injeção de líquidos, também eram empregados pelas especialistas tradicionais em sexualidade

e reprodução (parteiras, curiosas, benzedeadas, comadres dos chás e xaropes). Essa técnica fazia com que a bolsa do líquido amniótico fosse rompida e a gravidez interrompida. Porém, essa prática, além de perfurar outros órgãos, também causava sérias infecções, levando mulheres à morte. Além da criminalização, a permanência da moral católica cristã, que descreve o aborto como um pecado, contribuindo para o silêncio das mulheres em torno do assunto⁶².

Eufrasina tinha um namorado, que lhe prometeu casamento, frequentava a sua casa e mantinha uma relação afetiva. Este, por sua vez, não pensando nas consequências de uma gravidez não deseja, insiste em ter relações sexuais. Affonso não nega as promessas e não se preocupa com uma gravidez porque a maternidade, o cuidado e a relação com as crianças não é uma demanda sua, é uma demanda das mulheres. Ancorado por uma rede de homens, Affonso pode cometer o abandono paterno sem quaisquer consequências, diferente de Eufrasina, que aos 14 ou 15 anos se viu grávida de uma relação que não existia, tendo a necessidade de colocar a sua própria vida em risco.

O que é o aborto? Uma prática que auxilia no controle da reprodução? Um crime? Um direito da mulher? De caráter histórico o aborto muda de significado ao longo dos tempos e depende da perspectiva de quem fala. A historiadora e antropóloga Flávia de Mattos Motta⁶³ fez uma história etnográfica do aborto provocado por mulheres de classes populares, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que viveram na primeira metade do século XX. Além de apontar a importância da discussão sobre o tema, como alternativa ao obscurantismo que silencia e pune de forma individual mulheres, observa que o aborto é um tema coletivo e social: “Não são ‘mulheres’ que fazem abortos, é a sociedade brasileira que produz abortos. Somos uma sociedade abortiva, e, por conta do cinismo e da desigualdade social, quem paga o pato é

⁶² Segundo dados encontrados no Brasil de Fato⁶² “A Pesquisa Nacional do Aborto 2016, feita pela Anis, demonstrou que, somente em 2015, 417 mil mulheres realizaram aborto no Brasil urbano e, em extrapolação para todo o país, 503 mil mulheres, incluindo as mulheres que vivem fora dos centros urbanos. De acordo com dados do Ministério da Saúde, fornecidos durante as audiências públicas realizadas no Supremo Tribunal Federal, no bojo da ADPF 442, os procedimentos inseguros de interrupção voluntária da gravidez levam à hospitalização de mais de 250 mil mulheres por ano, cerca de 15 mil complicações e 5 mil internações de muita gravidade. O aborto inseguro causou a morte de 203 mulheres em 2016, o que representa uma morte a cada 2 dias. Entre 2008 e 2018, foram duas mil mortes maternas por esse motivo”. O aborto é um problema histórico que não só interfere na vida social da mulher, na sua punição por não corresponder ao ideal reprodutivo, mas ainda é a causa de muitas mortes.

⁶³ Sobre o silêncio sobre o aborto, falta de fontes e “esquecimento” que encobre esse assunto, Flávia de Mattos Motta (2008, p. 688) observou um enrijecimento e mal-estar nas entrevistas. A proibição, criminalização e a ideia de pecado veiculada pela moral cristã afastou as mulheres do debate: “A procura eternamente frustrada em pilhas e pilhas de documentação fazia sentir-me um pára-quedista caindo sobre ela com um tema totalmente alienígena. Era como se os papéis me dissessem: “Você se enganou! Aqui nunca existiu isso!”. De outra parte, no trabalho de campo, as informantes respondiam em uníssono: “*Não! Nunca ouvi falar disso!*” ou “*Deus me livre matar um filho*”. Nunca o tema foi abordado espontaneamente por elas. Só falavam de aborto quando lhes perguntava diretamente sobre o assunto. E vinha de novo a sensação de estar propondo um tema estranho. Aborto era o “meu” assunto e não o delas”.

a mulher pobre [...]” (MOTTA, Flávia; 2008, p. 683). A sua pesquisa também comprovou que as mulheres populares entrevistadas de Porto Alegre e Florianópolis, não foram totalmente influenciadas pelo processo de higienização dos corpos e compartilham uma visão diferente da científica ou da burguesa sobre a concepção de corpo e dos processos corporais. Assim, conclui que: “Algumas encaravam o produto do aborto como um ‘coágulo’, enquanto outras, mais permeáveis à ideologia médica e cristã, benziam-se e esconjuravam: *‘É pecado matar um filho’*. As reformulações e as contradições são permanentes e imprevisíveis” (MOTTA, Flávia; 2008, p. 688).

Há um consenso historiográfico sobre o aborto que remonta ao século XVIII. Giulia Galiotti (2007), Marcela Boni Evangelista (2021) e Priscila Mansur Bussade Bastos (2017), ao reconstruir a história do aborto explicam que esse período é marcado pela apropriação dos saberes femininos pelos médicos através da ciência. Antes disso, somente a mulher sabia sobre seu corpo e os sinais da gestação. Marcela Boni Evangelista explica que o feto foi sendo identificado como parte separada do corpo da mãe, o que contribuiu para que outras pessoas tomassem a decisão da manutenção ou não da gravidez:

Acompanhando tais mudanças, devemos ressaltar os dispositivos legais que foram sendo constituídos e dominados politicamente, de modo que os corpos, especialmente das mulheres, passaram a ter ainda mais relevância do ponto de vista governamental. Ter mais ou menos filhos deveria ser objeto de atenção dos governos, dispostos a incentivar ou restringir nascimentos de acordo com as necessidades operacionais de uma sociedade já pautada pelo capitalismo industrial (BONI, Marcela; 2021, p. 26).

A italiana Giulia Galeotti (2007) entende que até o século XVIII, havia autonomia das mulheres sobre os seus corpos e sobre o conhecimento acerca das experiências de contracepção, gestação, parto e aborto. Somente a mulher sabia se estava grávida e tal reconhecimento poderia ser camuflado por tempo suficiente para que se levasse a termo a interrupção da gestação. Havia uma sabedoria eminentemente feminina sobre o controle do corpo e da reprodução e que foi paulatinamente perdendo força.

Priscila Mansur Bussade Basto, cientista das religiões, observa que existem diversos achados históricos que possibilitam afirmar que o aborto é uma prática milenar. Recorrendo a textos e relatos sobre a criminalização do aborto na antiguidade, a autora esclarece a tipificação como crime, “na maioria dos casos não se dava com a intenção de proteger a integridade do nascituro, mas sim em preservar os interesses do pai, posto que no caso o feto abortado se trataria de um futuro herdeiro” (BASTO, Priscila; 2017, p. 65). Nesse sentido, houve diversas pressões e mecanismos de médicos, jurídicos, religiosos e legais ao longo do tempo para desviar

a manutenção da reprodução das mãos das mulheres para os homens. Contudo é uma prática que resiste ao longo da história.

No Brasil, no final do século XIX, os saberes médicos foram paulatinamente apropriados por homens e os saberes tradicionais das mulheres foram sendo desqualificados. Marcela Boni Evagelista explica que:

Ter mais ou menos filhos deveria ser objeto de atenção dos governos, dispostos a incentivar ou restringir nascimentos de acordo com as necessidades operacionais de uma sociedade já pautada pelo capitalismo industrial. Entre teorias natalistas e eugenistas, as mulheres foram cada vez mais tornando-se sujeitos cujo controle fazia-se necessário. Os avanços científicos, por sua vez, foram contornando trajetórias que se aliaram a preceitos de religiões e governos. Estes, junto com a sociedade patriarcal, ao passo que operacionalizaram dispositivos de controle voltados para as mulheres, impulsionaram sua insurgência – que justamente no século XVIII demonstra os primeiros passos do que viria a ser o feminismo (EVANGELISTA, Marcela Boni, 2021, p. 27).

Novamente, o feminismo aparece como uma alternativa palpável aos conjuntos sistêmicos de controle da mulher. Através do movimento, temas que assolam o lado obscuro das relações de gênero, o aborto sai do silêncio e é tema de pesquisas científicas, que buscam tirar do isolamento, entender, descriminalizar e desenvolver novos olhares para temas antigos na vida de mulheres. O aborto pode ser sim uma resistência sob a ótica da História das Mulheres, mas não deixa de ser uma prática que há séculos tenta ser dominada pelo patriarcado. O que quero dizer é que o que entendemos sobre o aborto é um emaranhado de resistência e dominação, na qual se misturam práticas africanas, indígenas e europeias, mas devido ao apagamento da história, o etnocídio, os sentimentos e as experiências que giram em torno do tema são múltiplas: alívio, culpa, remorso e dor. Sandra Pesavento observa que a experiência, no seu âmbito íntimo e pessoal, é historicizada:

Os homens [e as mulheres] aprendem a sentir e qualificar suas sensações e emoções através da sua inserção no mundo social, na sua relação com o outro. [...] Mesmo que a experiência subjetiva seja única e intransferível, ela se encontra no seio de um conjunto de representações sociais a que damos o nome de imaginário (PESAVENTO, Sandra; 2008, p. 92).

Nesse sentido é muito difícil falar sobre escolha. Como salienta Flávia Motta (2008), o aborto é um problema social e coletivo, então falar sobre escolha recaímos no problema de que as mulheres não tiveram essa opção. Havia o ideal de modernidade, patriarcal, que relacionava a mulher ao espaço doméstico e ao marido. Dentro do ideal de família cisgênero-hétero moderno/colonial, o homem era o cuidador e protetor da mulher e dos filhos, autorizado a

controlar e a orientar os membros da família, tendo poderes sobre a reprodução da mulher. Por outro lado, é permitido socialmente que esse mesmo homem tenha relações sexuais com outras mulheres, antes e durante o casamento. Ou seja, é permitida a poligamia entre os homens, mesmo que criminalmente fosse proibido⁶⁴. A mulher deve ser tocada somente por um homem, virgem até o casamento ela sim deve ser monogâmica e reprodutora, caso contrário ela sofre as consequências sociais que podem ser da exclusão ou da morte feminicídio. Só que a conta não fecha. Se for permitido ao homem ter várias relações e a mulher não, é preciso que algumas mulheres sejam públicas, de todos. Para isso há a prostituição, que é incentivada pela sociedade, pois todas as mulheres que foram defloradas, estupradas ou que se permitiram ter relações sexuais com outros homens são incentivadas a seguir esse caminho. A historiadora Suzana Lopes Salgado Ribeiro (2021)⁶⁵ observa que, “[...] se for escolha da mulher, o aborto pode ser um ato radical de declaração de independência e liberdade de seu corpo”, mas considero muito difícil haver escolha, tanto no século XIX na época de Eufrasina, como agora, no momento que escrevo essa tese. Não há escolha.

Abandonada pelo pai do filho que carregava na barriga, o namorado a quem ela confiou seu corpo, sua honra, em um período que a virgindade e a honra se institucionalizavam, mas que também as pessoas não brancas eram invisibilizadas. Hortência era tão invisibilizada, que era de Tal. Sua queixa era verbal. Acontece que há vestígios de que Affonso passou um tempo preso, possivelmente por todo o tumulto que houve no aborto de Eufrasina, no envolvimento de mais pessoas no caso. Possivelmente houve uma comoção popular em volta da situação toda. Uma criança nasceu e logo morreu. Um futuro cidadão brasileiro, fruto de uma relação inter-racial veio ao mundo e logo após morreu. Precisava-se no mínimo averiguar a situação. A queixa de Eufrasina e de Hortência não se media só por esse acontecimento, mas por toda a angústia que Affonso causou nessa família chefiada de mulheres. Ele se inseriu, demonstrou proteção, confiança. Ele descumpriu os acordos sociais de família. Enganou essas mulheres e cometeu um crime contra a segurança e a honra, um ultraje público ao pudor, “Art. 267: deflorar

⁶⁴ O adultério aparece no Código Penal no “CAPITULO IV - DO ADULTERIO OU INFIDELIDADE CONJUGAL”, no Art.279 “A mulher casada que commetter adulterio será punida com a pena de prisão cellular por um a tres annos. § 1º Em igual pena incorrerá:1º O marido que tiver concubina teuda e manteuda; 2º A concubina; 3º O co-réo adultero. § 2º A accusação deste crime é licita sómente aos conjuges, que ficarão privados do exercicio desse direito, si por qualquer modo houverem consentido no adulterio. Art. 280. Contra o co-réo adultero não serão admissiveis outras provas sinão o flagrante delicto, e a resultante de documentos escriptos por elle. Art. 281. Acção de adulterio prescreve no fim de tres mezes, contados da data do crime. Paragrapho unico . O perdão de qualquer dos conjuges, ou sua reconciliação, extingue todos os effeitos da accusação e condenação”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm Acesso em 23 de agosto de 2022.

⁶⁵ No prefácio do livro de Marcela Boni “*O aborto na vida: experiências femininas*” (2021).

mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude” (BRASIL, 1890). Ele afrontou as leis, mas por trás dessas leis também havia acordos raciais e de gênero.

Era muito fácil manipular o judiciário contra as mulheres, devido a esses acordos de gênero. A honra, principal atributo que a mulher possuía, dentro da concepção de família, era muito manipulável. A poligamia, o livre arbítrio eram prerrogativas dos homens. As mulheres tinham sua liberdade cerceada. Literalmente controlada. Eram elas as reprodutoras dos novos cidadãos e na sociedade oitocentista, todos os indivíduos tinham seus lugares na hierarquia social. Agora, uma criança, fruto de uma relação inter-racial possuía um lugar que não era o topo da hierarquia e sim uma base de trabalho. Não nasceu em um lugar de privilégio. Então, a vida dela, como de sua mãe, uma mulher não branca, não possuía tanta relevância para esses homens do sistema judiciário, que se mantinham fixos nesses acordos raciais e de gênero.

Hortência e Eufрасina deixaram esse registro por escrito, mostrando que sua queixa não foi apenas verbal, mas serviu como exemplo para demonstrar o lado obscuro de gênero. Em um período marcado pelo pós-abolição, Eufрасina encontrou apoio com sua mãe Hortência, que foi atrás dos direitos de reparação de sua filha. Como o aborto era criminalizado, não sabemos se Eufрасina chamou para si a responsabilidade e viveu esse momento sozinha, como muitas outras mulheres, ou se compartilhou com sua mãe o momento em que vivia e essa, juntamente com o apoio da vizinha e da senhora que acompanhava o parto, auxiliariam na técnica abortiva. O aborto, assim como a gravidez, eram assuntos da dimensão do feminino, eram apenas as mulheres que carregavam essas informações milenares e compartilhavam através de uma rede de solidariedade e de comunidade.

As mulheres, sob a ótica da reprodução são direcionadas compulsoriamente a monogamia. Homens são incentivados a poligamia e ao abandono parental. Mulheres grávidas virão mães solas e acabam sendo invisibilizadas e excluídas da sociedade, carregando o fardo de ter a responsabilidade emocional e física de cuidar de uma criança, um novo cidadão. Há menores chances de ascensão social por um casamento, as dificuldades de ganhos de meio de vida se tornam mais complicadas. As redes comunitárias são enfraquecidas, as técnicas contraceptivas e de aborto são criminalizadas e a mulher fica encarregada pelo fardo de ter nascido mulher. Eufрасina e/ou sua mãe possivelmente sabiam dessas regras, impostas pelos acordos desses homens brancos. Será que Eufрасina escolheu um aborto? Será que há de fato uma escolha? Nesse jogo complexo e hierárquico de gênero e raça é muito complexo falar de escolha. Como lidar com uma gestação no século XIX, em que o aborto é silenciado e criminalizado, entendido através da visão religiosa e patriarcal? Eufрасina era uma menina de 15 anos, que pode ter sofrido em silêncio uma gravidez e um abandono.

O aborto nas narrativas que Marcela Boni Evangelista (2021) traz em seu livro são histórias de vidas marcadas por sentimentos que vão da: solidão, autopunição, exclusão familiar, sofrimento, silêncio sobre o fato, vergonha, medo e sensação de irresponsabilidade. As histórias carregam o peso da religião em mulheres que não se consideram religiosas, mostrando que esses fatores de controle sistemáticos estão impregnados na nossa cultura. Um outro fato recorrente nas falas das mulheres é a falta de conversa sobre sexo, sexualidade, contracepção e aborto, uma autonomia que ainda não foi recuperada por todas as mulheres. Conhecimento sobre seu próprio corpo. Em silêncio, as mulheres relatam a falta de referências e a falta de companheirismo, evidenciando a problemática de exclusão histórica que as mulheres sofrem dentro do sistema do patriarcado. Aqui assinalo a importância da História das Mulheres, e dessa tese, na recuperação desse assunto, como também, no incentivo sobre o domínio de si.

Entendo o aborto como a ponta do *iceberg* e o silêncio sobre o tema como extremamente esclarecedor. Através da perspectiva feminista decolonial é possível enxergar a complexa relação com o conjunto de práticas de dominação do sistema cisgênero-hétero moderno/colonial, que busca controlar mulheres através de dispositivos que vão da saúde reprodutiva até a imbução de sentimento, como os de culpa, solidão e castigo⁶⁶.

Outro ponto muito importante e que esbarra na noção de escolha, ou melhor, no entendimento de que não há opções de escolhas para as mulheres, pode ser entendido pela seguinte frase da historiadora Flávia Motta: “negar-se a fazer sexo foi lembrado como arriscado, pois, tacitamente, seria permitir que o homem procurasse outra mulher” (MOTTA, Flávia; 2008, p. 683). Uma artimanha machista muito utilizada pelo sistema para incentivar sexo com as mulheres em um momento que o corpo feminino era direcionado a monogamia e ao consumo e bem de apenas um homem. Afinal, o homem detentor da proteção deve ter suas vontades satisfeitas, e essa é uma noção que objetifica mulheres. Será que foi assim que Affonso convenceu Eufрасina de ter relações sexuais? Fica o questionamento no ar.

Voltando para o aborto, ao ser perguntada qual tinha sido a sua intenção ao ingerir o veneno, responde estar desesperada “e enganada pelo autor dessa desonra a quem ama”. Nesse momento Eufрасina demonstra a dor das mulheres violentadas: amar quem as violenta. Sandra Pesavento observa que cada época estabelece o regime, as noções empregadas, sobre razões e verdades: “O crime e o castigo, a honra e a paixão, a virtude e o pecado, a ordem e a transgressão

⁶⁶ Nas histórias narradas por Marcela Boni Evangelista (2021) é comum a narrativa de mulheres que associam situações difíceis com filhos a abortos feitos no passado. Isso significa que apesar do aborto ser uma prática recorrente ao longo da história, a culpa e o pecado do ato é um peso que mulheres carregam, na maioria das vezes, em silêncio ao longo de suas vidas.

são valorações e conceitos pelos quais os homens [e as mulheres] dão sentido ao mundo, qualificando espaços, personagens, ações” (PESAVENTO, Sandra; 2007, p. 14). Nesse sentido, o amor foi uma das estratégias manipuladas para manter as mulheres dentro do sistema de dominação. Pelo amor as mulheres passaram a ser definidas:

No final do século [XIX], pequenas mudanças! Por força de práticas sociais, certa ideia de casamento que fosse além do rasteiro negócio ou da proteção começou a circular. Podemos observá-la em pequenos artigos, como o publicado no *Jornal do Comércio* em 1888. O título: *Os dez mandamentos da mulher* – “1º Amar a vosso marido sobre todas as coisas.... 2º Não lhes jureis falso... 3º Preparai-lhe dias de festa... 4º Amai-o mais do que a vosso pai e mãe... 9º Não desejeis mais do que um próximo e que esse seja teu marido...” (PRIORE, Mary del, 2013, p. 53).

A ideia sobre amor era algo intrínseco, biológico, simbolizado pela fidelidade que as mulheres deveriam ter para com os homens e com os filhos, um mecanismo de prender a mulher a maternidade, a família e o casamento, ao mundo privado. A maternidade no século XIX começa a ser entendida pelo amor natural que a mãe nutria pelo filho e se desenvolve até hoje através de outros mecanismos. A antropóloga Fabíola Rohden ao analisar as informações do catálogo de teses da faculdade de medicina do Rio de Janeiro encontra um grande interesse dos médicos sobre a reprodução feminina, determinando as diferenças entre homens e mulheres:

E é a partir das funções diferenciadas na reprodução que se prescreve papéis sociais muito distintos para homens e mulheres. Os primeiros seriam mais apropriados para as atividades públicas, do trabalho, polícia e comércio, enquanto que as segundas prestam-se às atividades na esfera privada da família, como mães e esposas. [...] Autores como Rousseau tinham lançado as bases para a distinção das atividades nas esferas públicas e privada a partir da diferença sexual. A biologia feminina servia de maneira privilegiada a partir da diferença sexual. A biologia feminina servia de maneira privilegiada para pensar a ordem social a partir a partir da natureza. Esse é o ponto de partida que marcou a produção dos médicos que escreveram durante o século XIX (ROHDEN, Fabíola; 2002, p. 115-116).

Nesta diferenciação se estabelece o uso da razão e das capacidades intelectuais para os homens e o amor maternal e a emoção se reservavam para as mulheres. Homens não amam e mulheres não tem razão. Assim, médicos começaram a se ocupar com a tarefa de encontrar evidências para justificar a inferioridade feminina e a “comprovar” essas evidências através do sistema genital e da seleção natural⁶⁷ a *doçura* e das *virtudes morais* da mulher. Assim: “Ao

⁶⁷ De acordo com Fabíola Rohden (2002, p. 118) o impacto da obra de Darwin era de extremo valor visto que “[...] ele havia definido que a sexualidade fazia parte do processo evolutivo da espécie. Pela divisão das atividades e especialização das funções, alguns indivíduos teriam desenvolvido uma variedade de estrutura corporal e qualidades mentais que lhes garantia, vantagens reprodutivas sobre os outros. Os machos adquiriram os caracteres

homem caberia os desafios do mundo público: à mulher, a reprodução da família. A natureza já tinha estabelecido a divisão e a ordem que a sociedade deveria reproduzir” (ROHDEN, Fabíola; 2002, p. 122).

Sobre o parto, Eufрасina responde:

[...] que teve a creança as sete horas da manhã de quarta-feira, com assistência do dr. Evandro medico militar seu visinho que foi chamado por sua mãe as cinco horas da manhã e que ate essa hora supportou só, os efeitos de envenenamento occultando o seu estado, que antes estando (palavra ilegível) algumas veses sua mãe lhe perguntou se sentia encomodada, no que Ella respondente disse que sim, supondo ter sido por haver engommado e comido melancia.

Se Eufрасina, como ela própria indica, não contou para a sua mãe sobre a sua condição de grávida, é possível que ela tenha sentido angústia e medo, sentimentos que envolvem o silêncio em torno do tema aborto, sexo e gravidez. Eufрасina se viu parindo uma criança que possivelmente não tinha condições e estruturas de criar. Em poucos meses sua vida mudaria. Seja pela moralidade da época, pela ausência do pai ou pelas dificuldades de ser mulher e ter que sustentar uma criança aos 15 anos de idade, Eufрасina resolve abortar, um ato que também pode ser compreendido através da autonomia e da subversão. Na época era comum, mulheres terem filhos cedo, levando em conta a expectativa de vida baixa e o sistema que imputava a maternidade como uma das tarefas mais importantes para as mulheres. Meninas muito jovens, como Eufрасina, acabavam presas a criação e a manutenção de filhos, como também a de seus pais, maridos e responsáveis pelo cuidado de outras pessoas.

Uma grande preocupação nesse momento do processo passa a ser descobrir se Eufрасina teve ou não ajuda na realização do aborto, seja de uma fazedora de anjos, da sua mãe, de Affonso ou do médico que a atendeu. Assim, ela também foi perguntada se Affonso havia aconselhado o procedimento e se ele sabia da gravidez.

Respondeu que em uma das visitas que Affonso fez a Ella interrogada no Menino Deus lhe falou que desconfiava estar grávida ao que Affonso lhe aconselhou que visse a alguma pessoa de sua confiança lhe ensinar uns remédios para matar a criança, declarando-lhe Ella respondente que não havia necessidade disso desde que elle comprisse a promessa de casar-se com Ella e também porque não seria capaz de matar seu filho achando-se Ella desonrada.

Essa passagem do texto sugere que Affonso não estava realmente preocupado com o estado de saúde e bem-estar de Eufрасina ou de seu próprio filho ou filha que ela já carregava

sexuais no processo de luta pela posse das fêmeas e, cada vez mais, foram divergindo delas e tornando-se superiores física e mentalmente”.

no ventre. E que a primeira opção de Eufrasina não era a de aborto, mas sim de manter e criar uma família com Affonso. Ao não cumprir a sua promessa de casamento e ao mostrar desleixo com a situação, Affonso coloca em risco não só a moral, mas a vida de Eufrasina, mostrando, mais uma vez, que a vida e a integridade das mulheres não foi uma preocupação masculina. Ele também mostra conhecimento sobre as técnicas abortivas e que mulheres conheciam “pessoas de confiança” que ajudavam em momentos de desespero, como este. Ele sabia da rede comunitária de mulheres. Um fato interessante que ao lado dessa informação está escrito a lápis: *isso é inexacto e dito, talvez, por insinuação da queixa*. Mais uma insinuação que mostra o lugar da narrativa dessas mulheres, *inexadas* ou tidas como meras *queixas verbais*. No patriarcado a palavra da mulher não é validada, principalmente se essa mulher é não-branca. O discurso principal que se mantém é o do homem e isso é uma das estratégias de manutenção do poder, “o principal elemento em um crime sexual é de se estabelecer a dúvida quanto à veracidade da palavra da mulher ofendida” (FAGUNDES, Marluce; 2018, p. 141).

Logo em seguida a mãe de Eufrasina é chamada a depor, como de costume lhe foi perguntado seu nome, idade, estado, profissão, naturalidade e residência. “Respondeu chamar-se Maria Hortência Pereira Pires, de 35 anos de idade, casada, natural deste estado, residente nesta cidade”. A palavra casada é sublinhada e ao lado vê-se escrito: *vi - casada e quem*. Logo, fica evidente que Hortência, era uma mulher que poderia ser casada no papel, mas na prática liderava a vida familiar sozinha, como tantas outras mulheres. Novamente, mostra a negação da narrativa de Hortência, possivelmente fruto desse processo de racialização. Possivelmente Eufrasina também já havia sofrido o abandono paterno, o que a deixava mais vulnerável na vista de outros homens, como foi com Affonso.

Hortência diz que conheceu Affonso havia dois anos e que ela manteve relações com o genro no dia em que pediu sua filha em casamento, mostrando que ela apenas assumiu a relação entre sua filha e Affonso quando este assume o seu compromisso. Em seguida foi perguntada sobre o que sabia da relação de defloramento e quem tinha sido o deflorador. Aqui Hortência mostra a relação mãe-filha, o laço que ocorre através de uma relação de apoio mútuo pela aproximação das dores das mulheres, como também dá maiores detalhes de como foi a descoberta do aborto de sua filha:

Respondeu que quarta-feira ultima pela madrugada estando-se sua filha gravemente doente foi lhe pedir socorro e Ella depoente acreditando tratar-se de um cholerina visto a mesma sua filha durante o dia ter lançado muito em virtude de haver comido melancia, foi bater a casa do Dr. Miranda medico do exercito o qual sem ver a doente fez uma receita.

Como, porém Eufrasina não melhorou com essa medicação pelo contrario piorou cada vez mais, tornou a depoente a casa do medico que foi vel-a enfim. Então a doente confessa ao medico que havia engerido uma dose de sal de azedas em virtude de ter sido desonrada por Affonso, estar gravida dele e pretender abandonal-a. Com effeito o medico constatou o envenenamento e a gravidez provocando o parto que effectuou-se nascendo uma criança do sexo masculino que falleceu meia hora depois.

Mesmo que Hortência soubesse, ou tivesse ajudado, com o aborto, ela não poderia ir a um médico homem e mencionar esse fato. A sua existência e de sua filha, que agonizava, estavam em risco. Possivelmente o médico não iria ajudar uma menina não-branca que estava abortando. Também é possível pensar que a motivação inicial para o processo talvez não tenha sido só pelo não cumprimento do casamento por Affonso, pelo defloramento, mas pelo aborto cometido por Eufrasina, que “confessa ao medico que havia engerido uma dose de sal de azedas em virtude de ter sido desonrada por Affonso”. Criminalizado, no código penal de 1890 temos um capítulo inteiro sobre aborto. Inserida no titulo X “Dos crimes contra a segurança de pessoa e vida” o capitulo IV:

Art. 300. Provocar abôrto, haja ou não a expulsão do fructo da concepção:
 No primeiro caso: - pena de prisão cellular por dous a seis annos.
 No segundo caso: - pena de prisão cellular por seis mezes a um anno.
 § 1º Si em consequencia do abôrto, ou dos meios empregados para provocal-o, seguir-se a morte da mulher:
 Pena - de prisão cellular de seis a vinte e quatro annos.
 § 2º Si o abôrto for provocado por medico, ou parteira legalmente habilitada para o exercicio da medicina:
 Pena - a mesma precedentemente estabelecida, e a de privação do exercicio da profissão por tempo igual ao da condemnação.
 Art. 301. Provocar abôrto com annuencia e accordo da gestante:
 Pena - de prissão cellular por um a cinco annos.
 Paragrapho unico. Em igual pena incorrerá a gestante que conseguir abortar voluntariamente, empregado para esse fim os meios; e com reduçção da terça parte, si o crime for commettido para occultar a deshonra propria.
 Art. 302. Si o medico, ou parteira, praticando o abôrto legal, ou abôrto necessario, para salvar a gestante de morte inevitavel, occasionar-lhe a morte por impericia ou negligencia:
 Pena - de prisão cellular por dous mezes a dous annos, e privação do exercicio da profisão por igual tempo ao da condenação (BRASIL, 1890).

O sistema punia mulheres que engravidavam e aquelas que ajudavam ao não nascimento, e em qualquer circunstância, previa pena de prisão. Era preciso controlar a reprodução, a família e aquelas mulheres que não se enquadravam nessas concepções e ideais. Continuando o depoimento, Hortência é perguntada se Affonso havia pedido sua filha em casamento, mesmo ela já tendo respondido que o conheceu e manteve relações após ele ter pedido Eufrasina em casamento. Mesmo assim ela dá mais detalhes sobre a relação:

Respondeu que pediu e que disse ser testemunha Adelia casada com Joaquim residente a rua Dr. Bragança bem como Pedro Bac. Disse mais que domingo ultimo Affonso esteve em casa dela depoente onde disse-lhe que queria (ilegível) com o casamento com sua filha que elle depoente disse-lhe aguardar a vinda de seu compadre de Lisboa a quem comunicara o casamento.

Dando nomes e endereço, Hortência buscava reafirmar sua palavra, mostrando que conhecia pessoas e que seguia os padrões morais na época, sendo influente. Mostra também, que Affonso não deixou de frequentar a casa prorrogando ao máximo o compromisso de casamento. Com o aborto e o parto realizado, as chances de ele cumprir a promessa era quase nula e possivelmente Hortência sabia disso, gerando mais desespero a essas duas mulheres.

Anexada a parte do processo temos o depoimento do médico, o que mostra que a Justiça estava mais interessada em punir os responsáveis pelo aborto do que pelo defloramento. Ernesto Olavo Pereira de Miranda de 43 anos de idade, casado, médico militar e natural da Bahia, disse que:

[...] as três horas mais ou menos da manhã do dia vinte e quatro do mez corrente achando-se em sua casa foi procurado por Maria Hortencia Pereira Pires, sua vizinha, que pediu-lhe remédios para sua filha Eufrasina que se achara muito mal com cólicas, vômitos e diarreia, que julgando-se tratar de choleredia por lhe diser também a referida Maria que a doente havia comido melancia, fez a medicação que julgou apropriado ao caso. Disse que as seis horas da manhã mais ou menos foi surpreendido pelos gritos da mesma mulher que lhe pedia afflictuosamente socorro para sua filha que estava envenenada com sal de azedo.

Disse que não podendo sahir em acto continuo receitou um antídoto contra o veneno procurando vestir-se o mais depressa possível para ir ver a doente.

Disse que chegando encontrou uma menina que lhe parecia ter quinze [...] quinze ou deseseis anos deitada em uma cama gemendo continuamente com vômitos e suores abundantes e que procurando saber a causa destes symptomas ouviu della o seguinte: estando de casamento contratado e sendo iludida por seu noivo tomara na véspera um pouco de sal de azedo para evitar a vergonha do estado em que ella se achara.

Disse mais que em vista do exposto passou a examinar a doente encontrando-a em trabalho adiantado de parto e que não havendo tempo de chamar-se uma parteira elle depoente ajudara a fazer o parto nascendo uma criança do sexo masculino, fraca lhe parecendo de sete meses mais ou menos. Disse mais que quando dechara a mulher descansar, voltaria para prestar seus cuidados a creança que fora entregue a uma mulher velha que se achara no quarto, encontrava-se com convulções pelo que a baptisara immediatamente, retirando-se depois onde algum (ilegível) certo o que elle criança morreria em poucas horas [grifos da fonte].

Debora Diniz menciona as *fazedoras de anjos*, mulheres “a meio caminho entre parteiras e bruxas, que no passado sumiam com os recém nascidos de mocinhas desprovidas de matrimônio” (DINIZ, Débora; 2012, p. 313). A proximidade entre as fazedoras de anjos e as

parteiras é algo que, de acordo com a autora, não se sabe, mas eram mulheres que estavam nas fronteiras do aborto e na negociação de crianças. Pensando localmente, as fazedoras de anjos poderiam agir como intermediárias em adoções ou na Roda de Expostos⁶⁸, ou seja, eram mulheres que de alguma forma tentavam esconder uma gravidez indesejada de outras mulheres, seja com o aborto ou o infanticídio. Essa *mulher velha* que se encontrava no quarto, estereotipada pelo médico pela sua idade, pela via etarismo, pode ser uma mulher de confiança dessas duas mulheres, uma parteira, vizinha, familiar a quem elas tinham pedido socorro antes de chamar o vizinho, um médico e homem.

Através do depoimento do médico podemos ver o desespero de uma mãe ao ver sua filha envenenada. É observável um doloroso trabalho de parto e uma gravidez que naquele momento não era desejada, tanto é que Eufрасina preferiu se submeter a ingestão de um produto químico, “para evitar a vergonha do estado em que ella se achara”. Além do triste fato de vermos uma mulher/menina agonizando, o médico ascende outra situação em que não sabíamos e que deve ser mencionada. Um possível infanticídio. Como o aborto, o infanticídio também é uma prática criminalizada, punida ainda com mais rigorosidade, mostrando ser um problema social a ser controlado. Inserida também no título X, capítulo II,

Art. 298. Matar recém-nascido, isto é, infante, nos sete primeiros dias de seu nascimento, quer empregando meios directos e activos, quer recusando a victima os cuidados necessarios á manutenção da vida e a impedir sua morte: Pena - de prisão cellular por seis a vinte e quatro annos.
Paragrapho unico. Si o crime for perpetrado pela mãe para occultar a deshonra propria:
Pena - de prisão cellular por tres a nove annos (BRASIL, 1890).

Engravidar de uma criança que não era feita sobre a monogamia do casamento era uma desonra, encobrir essa desonra (gravidez não desejada), que poderia ser fruto de estupro ou uma manipulação, era crime. A mulher precisava e ainda precisa ser punida pelos atos cometidos pelos homens, com uma reprodução forçada. Outras duas testemunhas foram escutadas, Froctuoso Vicente Vaz, 25 annos de idade, solteiro, lustrador, natural deste estado. Sobre a relação de Affonso e a menor Eufрасina, respondeu ser íntimo de Affonso, que pediu Eufрасina em casamento e cuja casa frequentava, que também confessou sobre o defloramento da “dita

⁶⁸ A Roda dos Expostos, dos enjeitados ou casa da roda é um dos mecanismos do sistema para dar conta dos bebês e das crianças que eram abandonadas, ou seja, pela falta de acolhimento as mães, a criminalização e a penalização do aborto e a não responsabilização dos pais pelo abandono que acontecia antes ou durante a gravidez. Motivadas pelo “espírito de caridade cristã” a Roda dos Expostos recebia doações e recursos alternativos. Tradição europeia, desde o medievo acolhia e cuidava de crianças e em Porto Alegre era anexa, à Santa Casa de Misericórdia, funcionando desde 1838.

menor a quem intimidara e ameaçava e que sempre disse a elle testemunha que casaria com a dita menor. Disse mais que a menor referida é uma criatura tímida, ingenua, fácil de enganar”.

Conclusão

Através da relação de mãe e filha, Maria Hortência Pereira Pires, em 14 de fevereiro de 1892 também foi a pessoa que compareceu em cartório (2º distrito de Porto Alegre) para declarar que às 9 horas da manhã, sua filha Eufrasina Pereira Pires deu à luz a uma criança natimorta, do sexo masculino e parda. Enquanto avó, Hortência foi a quem recorreu em nome de sua filha e fez os trâmites legais referentes ao nascimento e a morte de seu neto⁶⁹. Não tenho nenhuma indicação se o caso tinha sido finalizado ou se Affonso havia sido responsabilizado. Enquanto mulher não branca, Affonso não queria se casar com Eufrasina por ela ser uma mulher de cor, ele não queria enfrentar os problemas sociais de se reunir através do casamento com uma pessoa que não tinha o mesmo status racial que ele. Enquanto mulheres não brancas, as palavras de Eufrasina e Maria Hortência, ou Hortência, foram questionadas. Possivelmente isso tenha motivado de alguma forma a justiça a cogitar um infanticídio quando o médico observa que: “a criança que fora entregue a uma mulher velha que se achara no quarto, encontrava-se com convulsões pelo que a baptisara imediatamente, retirando-se depois onde algum (ilegível) certo o que elle criança morreria em poucas horas”, ou ainda pelo fato do médico demorar a atender a menina que “estava deitada em uma cama gemendo continuamente com vômitos e suores abundantes”, ou ainda pelos questionamentos grifados na fonte.

O batismo rápido mostra que a família, de alguma forma, era atravessada pela religião. Frutuoso, testemunha que diz que Eufrasina era uma moça ingênua, tímida e fácil de enganar era sacristão da igreja do Rosário⁷⁰ e aparece apadrinhando uma criança em 1853, descrito como “crioulo forro”. Possivelmente Frutuoso fazia parte da rede de Hortência e Eufrasina, composta pelas aproximações de experiências raciais e religiosas.

Eufrasina, desde o começo mostra amor por Affonso e vontade de ter uma família com seu ex-namorado. O aborto não era a sua primeira opção, mas como tantos homens Affonso a abandona grávida e com o peso de lidar sozinha com as consequências, uma das violências de gênero. Parte da História das Mulheres também é humanizar processos e pessoas que foram desumanizadas ou invisibilizadas. A Justiça, que até os dias atuais não se preocupa com o corpo

⁶⁹ Registros de Nascimentos da Paróquia do Rosário de Porto Alegre - Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012; Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-3636-D?cc=1582573>. Acesso de 18 de setembro de 2022.

⁷⁰ Livro 2 de casamentos – Rosário folha 76.

da mulher, historicamente não fez o contrário e logo quis saber como ela conseguiu abortar, se sozinha, ou com assistência de parteira ou outra mulher. A Justiça sabia da realização dos abortos e não estava preocupada com a narrativa de dor e angústia de Eufrasina, esquecendo suas razões individuais e suas necessidades femininas, pelo contrário, estava preocupada para saber se ela teve ou não ajuda, a fim de penalizar e criminalizar quem estivesse envolvido.

6 ESTRUTURAS DE PODER, ESTUPRO E PEDOFILIA NO CASO DE CLEMENTINA SIMIONNATO

Esse capítulo tem a intenção de historicizar e teorizar sobre comportamentos do patriarcado, como o estupro, a pedofilia e a exploração. Também mostro que a pedofilia é uma violência normalizada na nossa sociedade, que afeta crianças através dos séculos e tem raízes na sociedade colonial. Essa análise será construída sobre o processo criminal produzido em 1896, envolvendo os imigrantes italianos, Clementina Simionnato de 12 anos e Bartholomeu Tiecher de 48 anos, vigário da Igreja das Dores (localizada no centro de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul). O poder masculino é muito presente e circula pelos indivíduos que compõem o processo criminal, mas é abalado por um crime sexual envolvendo uma menina de 12 anos.

A cidade se comove com o crime que expõe o lado obscuro da modernidade. Jornais e contemporâneos denunciam a Igreja, mas reafirmam os ideais de desenvolvimento e família presentes nos discursos da época, alertando as mães sobre a vigilância com suas filhas e os homens sobre suas mulheres. Nesse sentido, o poder aqui é pensando de forma histórica, como algo que circula, funcionando em rede, mas uma rede de sustentação e manutenção de um sistema que se mantém sobre as mulheres, as pessoas negras e indígenas e outros grupos que foram marginalizados.

Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação, nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (...). Efetivamente aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. Ou seja, o indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão (FOUCAULT, Michel; 1981, p. 183-184).

A socialização generificada impacta no entendimento sobre o poder e como ele pode ser exercido nos diferentes momentos históricos pelas pessoas. As mulheres não foram conduzidas ao desenvolvimento do uso da razão e exercício do poder, como bem lembra a socióloga Heleieth Saffioti (2015, p. 28), quando explica que o poder tem duas facetas, da potência e da impotência, e que as mulheres foram condicionadas a viver com a impotência. A autora pensa o poder a partir da distribuição de gênero, sendo assim, representa um conjunto de ações e atitudes masculinas para a manutenção das estruturas sociais, usando de táticas de dominação. O poder, dentro dessa lógica, é entendido como violência, desigualdade, controle e medo. Mas isso não quer dizer que as mulheres ao longo de suas existências não reivindicaram, lutaram e manifestaram suas insatisfações, ou que não exerceram outros tipos de poder, deslocados dessa lógica.

Esse caso é complexo em seu entendimento histórico, pois precisamos pensar Clementina a partir de muitas interseccionalidades, gênero, cor, idade, nacionalidade e condição social, como também, a partir de um debate político histórico e social que não incorpora a violência sexual como eixo de análise. Pensando nisso, tomo o corpo como eixo central para a análise, pois é nele que as estruturas são sentidas e as violências simbolicamente tecidas. É no físico e na vida das mulheres que as violências em suas diferentes formas são sentidas, que a opressão é significada e a dominação enraizada⁷¹. Tomando como tarefa a luta contra a violência de gênero, saliento nesse texto as formas que as relações de gênero se se estruturavam sob a ótica do poder.

Em 1896, na cidade de Porto Alegre, o padre Bartholomeu Tiecher, ex-vigário da Igreja das Dores, foi acusado de praticar “atos de libidinagem” com Clementina Simionato, uma menina de 12 anos de idade, durante a tradicional festa denominada Setenário/Septenário das Dores⁷². O primeiro ponto que gostaria de chamar atenção é como o patriarcado se manifestou através do corpo de Clementina, mostrando que os homens buscavam sexo e prazer através da manipulação de poder, nesse caso, através da Igreja. Perspectiva que parte do individual, mas que reflete a composição histórica do período.

⁷¹ Heleieth Saffioti (2015, p. 132) explica que a ideologia patriarcal não fica “pairando acima da matéria”, mas ela é corporificada em sentido literal e figurado. “Com efeito, este fenômeno atinge materialmente o corpo de seus portadores e daqueles sobre quem recai. A postura corporal das mulheres quanto categoria social não tem uma expressão ativa”.

⁷² Festa que homenageia a Padroeira Nossa Senhora das Dores, com 7 dias de celebração que remetem as 7 dores. Em 2015 A Câmara Municipal aprovou o projeto de lei que inclui o Setenário e a Festa de Nossa Senhora das Dores no Calendário de Eventos e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre, comemorados em 15 de setembro, proposta de autoria do vereador Tarciso Flecha Negra (PSD). Ver mais em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/festa-de-nossa-senhora-das-dores-sera-incluida-no-calendario-da-cidade> Acesso em 03 de janeiro de 2022.

Clementina para a Justiça e para os operadores do direito era uma mulher, mas sua idade beira à infância, uma menina, imigrante e pobre. Também era uma menina branca e italiana. Meninas negras e indígenas pouco tiveram o “privilégio” de ter suas histórias contadas, mesmo que sob a perspectiva da violência. As violências não são só dados quantitativos, ou estatísticos, mas correspondem a uma noção articulada a mudança na sensibilidade histórica, como veremos ao longo do capítulo. Isso quer dizer que precisamos entender as condições e as possibilidades que permitem compreender essas violências dentro do período. Nesse capítulo a violência será vivenciada a partir do registro histórico jurídico, mas o seu caso não é isolado, essas violências foram experimentadas de forma real e concreta na vida de mulheres e crianças ao longo do tempo histórico, mas só agora podem ser entendidas sob essa lógica.

Crime, desordem e violência são pensados em perspectiva histórica, ou seja, atitudes aceitas como parte do repertório cotidiano de comportamentos de uma sociedade ou época podem ser considerados passíveis de punição em outras. Para além da lei, que cristaliza, ao menos temporariamente, uma definição do crime, as percepções sobre o crime (e sobre como ele de ser prevenido e punido) são extremamente dinâmicas, mesmo dentro de um mesmo período histórico e espaço regional ou nacional (VENDRAME, Maíra; MAUCH, Cláudia; MOREIRA, Paulo; 2018, p. 7).

Uma das condições para entender as narrativas de violências nesse processo é a própria parcialidade que a justiça e a medicina - representada por homens adultos, em sua maioria brancos e instalados em espaços institucionais de poder - demonstraram com o desenvolver do processo em relação a Clementina. Como também, a forma que eles se protegiam, através de mandatos de masculinidade, consolidando e construindo uma cultura masculina:

A manifestação e a institucionalização do domínio masculino sobre as mulheres e as crianças na família na sociedade em geral. O patriarcado implica, que os homens ocupem o poder em todas as instituições importantes da sociedade e que as mulheres não tenham acesso a esse poder. Não implica que as mulheres sejam totalmente impotentes ou totalmente privadas de direitos, influências e recursos (LERNER, Gerda; 2017, p. 38).

Sandra Pesavento (2008) analisando os discursos dos jornais sobre o mesmo crime, no livro *Sete Pecados da Capital*, mostra que houve na época, uma comoção em alguns periódicos em culpar o padre Bartholomeu, exigindo uma postura mais rígida pela Igreja, mas não sem apontar para a honra perdida de Clementina. Branca e filha de italianos, a menina não passou despercebida pelos olhos moralistas dos jornalistas na época, apesar dos mesmos apontarem o sacerdote como culpado, já enunciavam o futuro da menina, que tão cedo “cairá no mundo da prostituição”, perdida. O jornal *A gazeta da Tarde* enunciava que o sexo, assim como o

rompimento do hímen era a passagem da infância para a vida adulta das mulheres e mais, a prostituição seria a única alternativa para meninas pobres desvirginadas:

Hoje, foram iniciadas as primeiras diligências, sendo interrogada a referida menor que, segundo ouvimos, fez importantes declarações a respeito, afirmando que o jesuíta Bartholomeu seguidamente levava-a para seu quarto, no interior daquele templo, agora tristemente arvorado em covil dos instintos libidinosos de um sotaina desprezível que, sem respeito a si mesmo, sem veneração à religião e à sociedade em que vive, atirou descarovelmente na esterqueira da prostituição uma criança indefesa, tão cedo perdida para o mundo (PESAVENTO, Sandra; 2008, p. 231).

Indiciado no artigo 266⁷³, com o agravante de ser ministro de ordem religiosa, como aponta o artigo 273, o padre Bartholomeu Tiecher morreu aos 92 anos, em 1940, e é uma figura bem conhecida na região de imigração italiana, como também na capital, inclusive pela ciência, sendo título de artigos acadêmicos (CORRÊA, Marcelo; 2013) e objeto de estudos. Seu nome é venerado e seu passado não é condenável, pelo contrário, foi tido como homem muito respeitado por seus iguais na época e após a sua morte. Além disso, em uma rápida busca no *Google*, descobri ser o padre nome de rua na cidade de Garibaldi-RS, como também em 2016 o vereador Airto Ferronato (PSB) propôs o projeto de Lei nº 161/16, para a troca de nome da rua Três Mil, Setecentos e Noventa e Um para Rua Padre Bartolomeu Tiecher, no bairro Sarandi, zona norte de Porto Alegre, salientando com um parágrafo único que as placas conterão, abaixo do nome do logradouro, os dizeres “primeiro sacerdote dos imigrantes italianos do Rio Grande do Sul”. Esse homem é tido como o primeiro sacerdote a assistir os imigrantes italianos nas colônias do Rio Grande do Sul, emigrando para o Brasil em 1875 com as primeiras levas de imigrantes, conforme Marcelo Armellini Corrêa. Esse mesmo autor ainda expõe que a religião era um dos fatores mais importantes na vida dos italianos e “que a vida social dos imigrantes acontecia através da religião” (CORRÊA, Marcelo; 2013, p. 2).

Maíra Vendrame (2016) analisou o falecimento de Antônio Sório, pároco da comunidade de Silveira Martins, em 1900, e encontrou diversas versões sobre o acontecimento⁷⁴. Ao invés de procurar uma hipótese “verdadeira”, a autora busca no cotidiano daquela sociedade de imigrantes italianos, os motivos e os sentidos atribuídos para as plurais versões existentes a respeito. O falecimento gerou algumas discussões na historiografia, um fatal acontecimento, violação da bexiga, vítima de armadilha e golpes no “baixo ventre”, porém,

⁷³ Art. 266. Attentar contra o pudor de pessoa de um, ou de outro sexo, por meio de violências ou ameaças, com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral.

Art. 273. As penas estabelecidas para qualquer destes crimes serão applicadas com argumento da sexta parte: 1º, si o criminoso for ministro de qualquer confissão religiosa.

⁷⁴ Sobre o crime do Padre Sório, ver também Luis Eugênio Vêscio (2001).

[...] a população colonial fez sua avaliação sobre o comportamento pretérito do padre, identificando naquela “tragédia” a existência não de uma fatalidade, antes de uma possível vingança. Nesta explicação, os ferimentos “no baixo ventre” eram a prova da ocorrência de uma emboscada para punir àquele que havia desrespeitado as normas que orientavam o relacionamento entre os italianos nos núcleos coloniais (VENDRAME, Maíra; 2016, p. 48).

A historiadora explica que a memória coletiva a respeito da morte de Sório foi mudando com o passar dos anos, tornando o fato um crime de reparação de honra. Através de depoimentos dos descendentes do município de Silveira Martins percebe-se que havia a narrativa sobre um possível castramento. O crime de castração foi uma das explicações da comunidade para dar sentido ao evento, sendo o “espaço privado da família que as histórias da morte por castramento circulavam, e só depois de muitas décadas seriam expostas para outros” (VENDRAME, Maíra; 2016, p. 57). Na memória coletiva dos descendentes de imigrantes italianos, o padre foi punido por seu comportamento com as mulheres:

A população buscava compreender os acontecimentos ocorridos na comunidade, formando o veredicto a partir dos indícios e suspeitas que formularam a respeito do comportamento das famílias envolvidas. Logo, as verdades sobre os fatos eram fundamentados nas convicções e avaliações locais sobre as experiências dos sujeitos, tanto no passado quanto no presente (VENDRAME, Maíra; 2016, p. 60).

Pela versão do castramento, Maíra Vendrame levanta questionamentos sobre o funcionamento das comunidades, os valores, os tipos de punição e as regras das famílias camponesas enquanto sobrevivência e segurança do grupo. Apesar do crime contra Clementina ter acontecido na cidade de Porto Alegre, todos os envolvidos eram imigrantes italianos e talvez compartilhassem de alguns hábitos ou vícios, como a utilização da batina para estuprar, aliciar ou assediar mulheres.

Sobre a imigração italiana, Maíra Vendrame (2016) explica ser um fenômeno multiforme e as escolhas para ação de vir para o Brasil seguiam lógicas próprias, questionando a lógica tradicional de hostilidade ou fuga por miséria. Foram diversas as influências e percepções dos indivíduos e a autora trás argumentos que explicam uma crise agrária ocorrida no final da década de 1870, e é apresentada como uma das dificuldades que prejudicavam a permanência dos pequenos proprietários, como também as mudanças da sociedade rural, com a progressiva fragmentação da terra devido às transmissões hereditárias, as pressões fiscais e à perda de antigos direitos, também são apontados como possíveis dificuldades para garantir a reprodução das famílias. Contudo, quando colocadas como atrizes sociais, essas pessoas tornam-se agentes de suas próprias vidas. Talvez a família de Clementina tenha vindo procurar

no Brasil algum refúgio, estabilidade financeira e familiar ou tenham fugido de problemas do outro lado do Atlântico. Não é possível afirmar.

A emigração, também, era um fenômeno interno dentro do território peninsular, como forma de aumentar a renda e desenvolver trabalhos itinerantes, fator que pode ter sido impulsionador para que nas últimas décadas do século XIX as famílias camponesas decidissem vir para o sul do Brasil. Algumas famílias chegaram com recursos financeiros próprios, o que facilitou a possibilidade de comprar propriedades, outras vinham com o ideal de conquistar sua terra. A família de Clementina era pobre, como seu pai declarou, viviam na capital sobrevivendo de pequenos serviços. Maíra Vendrame (2016, p. 75) também explica que as relações de solidariedade visavam uma autoproteção diante do desconhecido, sendo de reciprocidade ou podendo ser acionada quando necessária. Mas houve reciprocidade com Clementina? Ou a reciprocidade só era acionada quando homens a reivindicavam?

Bom, são perguntas difíceis ou impossíveis de responder. Chegados ao Brasil os italianos mobilizaram recursos e pessoas para tornar os locais aconchegantes de acordo com as suas próprias representações:

Instalado com a família na ex-Colônia Silveira Martins, no povoado do Vale Vêneto, o imigrante Antônio Vernier voltou à terra de origem a fim de encontrar sacerdotes interessados em se transferir para o sul do Brasil. Tendo as despesas pagas por diversas vezes, transitou entre os dois continentes, buscando atender as demandas da população colonial. Procurações e dinheiro lhe foram conferidos para que pudesse realizar as tarefas na Itália, como, por exemplo, vender bens, resgatar heranças, entregar encomendas e adquirir objetos para os imigrantes. O imigrante Paulo Bortoluzzi passou uma procuração a Antônio Vernier para que fosse vendida “uma pequena posse” que havia deixado na Província de Treviso, norte da Itália, em 1879, não somente para isso, antes também para contatar padres que estivessem dispostos a se mudarem para o sul do Brasil e se tornarem vigários no Vale Vêneto (VENDRAME, Maíra; 2016, p. 98).

A aproximação do caso do Padre Sório com Bartholomeu Tiecher se dá a partir da possibilidade da castração do primeiro, o que me faz pensar que a violência sexual era uma prática recorrente dentro daquela comunidade de religiosos. Os crimes de violação e estupro contra mulheres adultas ou menores de idade, dentro e fora da Igreja, foram práticas recorrentes ao longo da história, através de ferramentas que possibilitam a manutenção do patriarcado. Esses crimes foram encobertos pela própria instituição religiosa, pela sociedade e pela justiça, que através do poder masculino e da religiosidade silenciava e amedrontava mulheres, encobrindo violadores, ao menos que outros crimes fossem cometidos, como na possível castração de Antônio Sório.

Figura 1 - Padre Bartolmeu Tiecher



Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/proposta-homenagem-ao-padre-bartolomeu-tiecher> acesso de 04 de fevereiro de 2021.

Apesar de o processo ser tipificado como atentado contra o pudor, é importante usarmos a enunciação correta e entendermos a violência sexual, o estupro⁷⁵, como uma ferramenta de poder sócio-histórica de opressão utilizada por homens para se manterem dentro das ideologias dominantes patriarcais, exercidas através de um dos maiores atos de violação de corpos femininos e feminizados⁷⁶. Essa ferramenta é transmitida a partir do patriarcado, que exalta homens violadores, naturaliza opressões e os protegem.

Ernerto José de carvalho, interrogado declarou que na manhã de 19 de setembro p. p. foi lhe comunicado pelo José Rodrigues da Rocha, andador da ordem terceira, que era costume o padre vigário Bartholomeu fechar-se com a menor Clementina na sacristia da igreja a título de confessal-a **e collocava na porta da sacristia um menino encarregado de guardar a entrada** (grifo meu)⁷⁷.

O estupro é a forma que determinada sociedade manifesta a sexualização e a desumanização do corpo feminino a favor de homens, dando continuidade nas lógicas de opressão e estruturas de dominação. Na citação acima podemos pensar a estratégia de colocar um menino cuidando da porta, enquanto o padre ficava à sós com as duas meninas, como uma das ferramentas de continuidade da cultura do estupro. Nesse caso específico ensinando meninos menores como homens adultos devem se portar e se ajudar, na cumplicidade contra os corpos das mulheres.

A ideia de que na sociedade ocidental existe ou que vivemos uma cultura do estupro começou a ser discutida e debatida pelas feministas norte-americanas

⁷⁵ Utilizo a palavra estupro já que a idade de Clementina não a torna consciente sobre o ocorrido, com maiores chances de manipulação.

⁷⁶ Tanto o estupro como outros atos cometidos contra mulheres precisam ser lidos de forma interseccional.

⁷⁷ Processo Criminal número 3.619, maço 134 e estante 1. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

nos anos de 1970 quando estudiosas e ativistas passaram a denunciar em textos, filmes e performances o tratamento social, político e jurídico que culpabilizava as mulheres pelos estupros sofridos. Pretendia-se conceituar e criticar o ambiente cultural em que leis, normas, valores e práticas favoreciam a violência sexual contra a mulher, com base nas desigualdades de gênero (GARCIA, Carla; 2018, p. 1).

Carla Garcia (2018) explica que o termo “cultura do estupro” apareceu nos textos *Rape: the first source-book for women*, de Noreen Connel e Cassandra Wilson (1974) e *Against our will: men, women and rape*, de Susan Brownmiller (1975). Esses textos foram os primeiros a reunir relatos em primeira pessoa para demonstrar que a violência sexual era mais frequente do que se imaginava. Os estudos sobre estupro analisam os comportamentos designados a homens e mulheres e as expressões em torno da masculinidade, mostrando que a cultura apoia estupradores, pelo modo como define a sexualidade masculina como agressiva e a feminina como passiva. Nesse sentido, a “passividade”, o comportamento criado sobre o feminino, abriria a suposição de que as mulheres estão sempre disponíveis, sendo que a maior parte das mulheres diante de um ato sexual não consentido, tendem a evitar o confronto (GARCIA, Carla; 2018, p. 2).

Dianne Herman (1984, p. 46) explica que a cultura ocidental pode ser caracterizada como uma cultura do estupro porque a imagem de uma relação heterossexual está baseada no modelo de sexualidade masculina agressiva, seguindo que a chance de as mulheres serem desacreditadas é alta, visto que o comportamento esperado é o da discrição e do não confronto. Contudo:

A ligação entre o comportamento feminino e a prática de estupro não se confirma: pesquisas mostram que em 82% dos casos o estupro foi planejado e em pouquíssimos aconteceu por impulso [...] igualmente, a imagem da vítima sexualmente atraente e provocativa é irreal, pois o estupro é tanto cometido contra crianças de 6 meses como contra idosas de 93 anos (HERMAN, Dianne; 1984, p. 52).

Nesse sentido, o caso de Clementina mostra que a cultura e o aparelho jurídico encorajavam homens a se socializarem por valores como controle, dominação e agressão, repercutindo no corpo da mulher enquanto território. Clementina morava com sua família na rua da Ponte (denominação popular da via que desde 1865 passara a se chamar rua do Riachuelo), número 178, próxima a Igreja das Dores, no Centro Histórico de Porto Alegre e foi escutada uma vez ao longo do processo, pelo menos suas palavras foram anotadas uma única vez.

Que haverá uns quatro mezes que tomava lições de catecismo com o padre Bartholomeu vigário das Dôres; que a principio as lições eram dadas na igreja, na nave, e que eram muitos os alumnos; que algum tempo depois passou o padre a leccionar na sacristia e somente uns seis ou sete alumnos, tendo os outros sido despedidos; que finalmente as lições eram dadas no consistório, no quarto do padre Bartholomeu e então só ia ella Clementina, uma menina de dez annos, de nome Maricota Raminelli, filha de Raminelli, ferreiro, morador á rua da Ponte, aquém da rua Clara e um menino de onze annos de idade, irmão de Maricota, e que servia com o padre ajudando a missa; que as lições começavam ás quatro horas da tarde e acabavam as cinco ás cinco e meia, e que, para confessar-se, sahiam os outros dois alumnos e Ella ficava só com o padre no quarto, cerravam a porta do quarto e os outros dois alumnos iam para baixo; e que quando Ella acabava de confessar-se, ia então também para baixo.

Importante notar um deslocamento gradual no espaço. Clementina expõe que da nave foi para sacristia e desta para o quarto do padre, saindo do público para o privado e, também com a redução dos catequistas. *A Gazetinha* faz uma visita à casa dos Simionato, dando um panorama sobre as condições da família e da própria fisionomia de Clementina:

Reside essa família à rua do Riachuelo n.178, pavimento térreo do sobrado do sr. dr. Duarte. Na primeira sala está estabelecida numa alfaiateria, propriedade do chefe da família, e em que trabalham seus filhos. Receberam o nosso companheiro duas pequenitas e logo após, o irmão de Clementina, sr. Elmo Simionato, moço de 20 annos e pouco de idade. Na ocasião, Clementina achava-se presente; é formosa, aparência é apenas a de uma criança ingênua, não tem o desenvolvimento próprio a que se julgue-a uma mulher na completa acepção da palavra. Olhou com curiosidade o referido nosso companheiro, parecendo mesmo algo indiferente aos que lhe succedera. Coitadinha! Talvez nem cogite quão grande é sua desgraça. O sr. Elmo excusou-se a prestar as informações perdidas em vista de achar-se sua progenitora gravemente enferma, pois logo após a verificação médica do defloramento de sua filha Clementina sofrera um abalo em suas faculdades mentais, tendo tido violento acesso às onze horas mais ou menos da manhã do dia 26 do corrente (PESAVENTO, Sandra; 2008, p. 239).

Tive muita dificuldade em analisar esse processo passado mais de um século depois do ocorrido, mas mais difícil é problematizar Clementina, uma menina de 12 anos. Acho muito importante pensar na idade dela e não só como os adultos enxergavam as crianças no século XIX, XX ou XXI. Outro fator que preciso ter atenção é sobre sexo. Como era visto o sexo na família de Clementina? Ela tinha uma educação sexual? Ela sabia o que estavam fazendo com ela? Ela sabia até que ponto os outros poderiam ir com seu corpo? Quem poderia tocá-la, e onde? O que pensava a sociedade? Seu corpo era visto enquanto de direito e seu? Heleieth Saffioti explicando como se dá o incesto e a violência sexual contra meninas e crianças, mostra que:

Muitas vezes e dependendo da idade da criança, esta nem sabe discernir entre um e outro tipo de carícia, sendo incapaz de localizar o momento da mudança. Como a sexualidade da mulher é difusa por todo o corpo e a sexualidade infantil não é genitalizada, as carícias percorrem a toda a superfície do seu corpo, proporcionando prazer a vítima (SAFFIOTI, Heleieth; 2015, p. 21).

Laura Lowenkron (2010, p. 5) mostra que as crianças e adolescentes passam a ocupar a agenda política e a visão enquanto sujeitos de direitos, somente no final do século XX, o que mostra que a infância é uma invenção da modernidade. Com destaque na luta por direitos especiais e sobre a ótica da proteção é marcante o Código de Menores (1979) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) em que as ofensas sexuais contra crianças e adolescentes se tornaram ameaça ao desenvolvimento sexual e psíquico do sujeito em formação. Nesse sentido, a antropóloga mapeia os diferentes processos de conceituação sobre violência sexual contra crianças, enquanto um fenômeno complexo, mas com efeitos que foram deslocados pelo movimento feminista na década de 1960 da vergonha à exposição:

Essa mudança permite, ainda, formular uma hipótese para explicar a passagem do antigo silêncio para a visibilidade ruidosa que marca o tema nas últimas décadas. Na linguagem da honra/vergonha, o escrutínio recaía sobre a pessoa ofendida, enquanto que, na linguagem do sofrimento, a indignação coletiva e os efeitos degradantes da denúncia recaem sobre a figurado “agressor”, especialmente, quando a “vítima” é menor de idade. Portanto, não se trata de preservar o silêncio para “esconder a vergonha”, que é da ordem do escrutínio público, mas de colocar o “sofrimento em palavras” para “superar o trauma”, que é da ordem da interioridade, e para responsabilizar o culpado, deslocando para ele os efeitos da violência a partir da denúncia (LOWENKRON, Laura; 2010, p. 5).

A autora também explica que os avanços em torno do abuso sexual infantil se dão através da militância feminista, que complexificou o termo através da noção de interações sexuais com ênfase na assimetria de poder (diferença de idade, experiência, posição social) e os danos psicológicos que se dão através da força, ameaça, coação, manipulação emocional, enganos e pressões. Mas, o mais importante nessa definição, é a questão que o consentimento sexual da criança não é considerado válido, não como um sujeito em uma relação sexual adulta. Nesse sentido, Valéria Diez Scarence Fernandes, observa que:

O abusador não é um monstro descontrolado e na maioria dos casos pratica atos que não causam dor, mas estímulos sexuais (que podem até ser prazerosos para as crianças, embora causem danos psíquicos). Ele escolhe e domina sua vítima. Age de forma a conseguir satisfação sexual sem se arriscar demasiadamente. Por isso, as vítimas não rejeitam seus agressores da forma como pensamos que rejeitam (FERNANDES, Valéria; 2018, p. 287).

Em razão de a sexualidade ser exercida de diferentes maneiras, segundo o momento histórico e a classe social, nem sempre o abuso é perpetrado por um homem rude, que corrompe de forma violenta e abusiva, mas pode ser feito através de toques e carinhos prazerosos. Bartholomeu Tiecher era um homem branco, padre e de classe social privilegiada, possivelmente utilizou uma abordagem que mesclava carícias e toques. Irene Intebi (2011) explica que a vítima não protesta e não se defende, pois se acomoda às experiências traumáticas mediante comportamentos que lhe permitam sobreviver naquele momento, mantendo uma fachada de “normalidade”.

A pedofilia originalmente surgiu na psiquiatria enquanto perversão sexual caracterizada pelo foco em interesse em crianças de até 13 anos por parte de indivíduos com 16 anos ou mais. O diagnóstico de pedofilia pode ser feito, segundo o manual, se a pessoa realizou esses desejos ou se os desejos ou fantasias sexuais causaram sofrimento ou dificuldades interpessoais⁷⁸. O termo saiu do debate psiquiátrico e psicológico e tem aparecido enquanto categoria social para definir os atos sexuais contra crianças, mostrando que, além de uma patologia, é uma consequência social do patriarcado contra corpos vulneráveis e se torna uma cultura, que normaliza e identifica mulheres em corpos jovens, tira seus pelos e abomina o envelhecimento de mulheres idosas.

Autoras como Laura Lowenkron (2010, p. 8) preferem usar o termo violência sexual contra crianças em relação a pedofilia, pois considera que a atenção é deslocada do sofrimento da criança para as características do pedófilo, “a primeira serve de suporte para despertar o sentimento de horror e de repulsa”. Sobre a patologização dos agressores, Heleieth Saffioti entende que obscurece a compreensão do fenômeno da violência de gênero, visto que: “internacionalmente falando, apenas 2% dos agressores sexuais, por exemplo, são doentes mentais, havendo outro tanto com passagem pela psiquiatria [...] perfazem, no total, 4%, o que é irrisório” (SAFFIOTI, Heleieth; 1999, p. 87).

Trazendo esse debate para a atualidade, o Ministério Público do Paraná, em reportagem de março de 2020, mostra que em média 3 crianças são abusadas sexualmente no Brasil, registrando 32 mil casos no ano de 2018, o maior índice, segundo o *Globo*, desde que começou ser registrado, no ano de 2011, quando os agentes de saúde passaram a ter obrigação de registrar os atendimentos⁷⁹. Essa mesma reportagem fala sobre a importância de políticas que tratem do

⁷⁸ Manual Merck de informação médica: Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/transtornos-psiQUI%3%A1tricos/sexualidade-disforia-de-g%C3%AAnero-e-parafilias/transtorno-pedof%C3%ADlico> Acesso em 28 de outubro de 2021.

⁷⁹ <https://crianca.mppr.mp.br/2020/03/231/ESTATISTICAS-Tres-criancas-ou-adolescentes-sao-abusadas-sexualmente-no-Brasil-a-cada-hora.html> Acessado em 25 de setembro de 2021.

tema, alertando familiares e educando as próprias crianças e jovens sobre o que pode ou não ser permitido no seu corpo. Bom, no século XIX não havia políticas contra pedofilia, não havia educação emancipacionista ou sequer educação. O que eu quero alertar sobre isso é que uma menina de 12 anos talvez não tenha consciência do que estava acontecendo com ela, principalmente porque ela confiava nos seus abusadores, afinal eram pessoas próximas. É um debate difícil de fazer na História pela masculinização da área, por todo o tabu envolvido e pela falta de dados e estatísticas.

No dia 25 de setembro de 1896 foi registrada a queixa pelo pai de Clementina, contra o padre Bartolomeu Tiecher, na delegacia de polícia do 2º distrito de Porto Alegre, por ter ele corrompido a menor Clementina Simionato, praticando atos de libidinagem. Aqui é interessante observar que o padre é acusado por ter corrompido e não estuprado. A dúvida persiste, é uma menina/mulher afetada? Para a historiografia feminista é de suma importante prestar atenção a forma como as palavras são colocadas desde o começo, no sentido de minimizar o caso, gerar empatia para o acusado e deixar a vítima em posição dúbia. No Código Penal de 1890, o estupro é caracterizado pelo ato no “qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não” (BRASIL, 1890), como demonstra o artigo 269 do mesmo código, ou seja, a lei é escrita por e a favor do gênero masculino, dificultando as mulheres o acesso por direitos básicos de existência, como o poder sobre o seu próprio corpo, como já salientado. Nesse sentido, o artigo 269 ressalta a violência física, e não os atos de violação cometidos contra o corpo da mulher.

O fato criminoso ocorreu de agosto a setembro do corrente ano na Igreja das Dores, templo católico, localizada ainda presentemente na Rua dos Andradas, 587 – Centro histórico de Porto Alegre. Vejamos que o réu tem um lugar sagrado a seu favor, como também veste um símbolo de distinção sócio-religiosa, uma batina⁸⁰. Neste dia, Clementina foi representada por seu pai Giuseppe Simionato, que diz ter desconfiado que sua filha foi deflorada pelo vigário das Dores. Diferente de outras meninas abusadas, Clementina tinha um pai e uma família, mesmo que em condições de pobreza, a quem recorrer, e isso é um dos motivos que levou a existência e a manutenção do processo. Homens tendem a respeitar outros homens. Numa sociedade de heranças coloniais onde a figura paterna é ausente, podemos considerar Clementina privilegiada por ter a figura masculina do pai como seu representante – mesmo não

⁸⁰ A Igreja das Dores compõe historicamente um dos espaços do *policimento* municipal, sendo em sua frente arquitetados os cenários do controle social e do justicamento escravista. Ali, na frente de sua frondosa escadaria, no chamado *Largo da Forca* (atual praça Brigadeiro Sampaio) eram enforcados os condenados a morte no período imperial, tendo sempre ao seu lado o padre, esperando a confissão (mesmo que tardia) ou o arrependimento. Ver mais em: Marcelo Etcheverria (2000).

sabendo em quais condições. Porém, Giuseppe era um homem pobre, imigrante italiano⁸¹, e, nesse sentido, é um fator que pode ter influenciado no estupro de Clementina, já que as relações de classe e poder se tornam marcantes. Uma menina de família pobre versus um homem respaldado pela batina.

O periódico *Mercantil* informava ainda os leitores que o acontecimento vieram à tona face uma denúncia havida contra o Vigário das Dores [...]. O leitor porto-alegrense se deparava assim como início da construção de uma história: a existência de um boato, a circular rapidamente na cidade, como uma “voz do povo”, a murmurar e a repassar, de boca em boca, um caso escabroso, que o jornal fazia questão de veicular em suas páginas. Da oralidade à escrita, o acontecimento já era definido como um “escândalo” (PESAVENTO, Sandra; 2008, p. 222).

Logo no dia 28 do mesmo mês, ao meio-dia, procedeu-se mais uma violência, dessa vez institucional. Lembremos que Clementina tinha cerca de 12 anos. Os médicos peritos e violadores foram Sebastião Leão e João Damasceno Ferreira. Sebastião Leão foi um famoso médico porto-alegrense, atualmente deixou seus vestígios através de nome de rua à casa espírita, como também foi um entusiasta da antropologia criminal, ciência destinada a detectar e agir sobre os tipos perigosos que tinha duas vertentes: Cesare Lombroso que afirmava que o criminoso nascia como tal e sua aparência transparecia isso, “os traços que revelavam o seu íntimo, a sua predisposição interna para o crime” (PESAVENTO; Sandra, 2009, p. 5) e o a do francês Alexandre Lacassagne que acreditava que o meio social produzia o crime⁸².

A segunda metade do século XIX foi palco do desenvolvimento científico, como tendência para explicar e ordenar o mundo estabelecendo diferenças culturais e físicas como biológicas e inatas, hierarquizando as pessoas⁸³. Através da determinação biológica a ciência media a inteligência, para assim valorar e classificar seres humanos e grupos sociais e utilizava a antropologia pra isso. Através da noção de perspectiva única conseguimos entender as

⁸¹ O pai da vítima tinha 55 anos e trabalhava como alfaiate.

⁸² Sebastião Leão propôs ao Estado instalar um Laboratório de Antropologia Criminal na Casa de Correção da cidade, fazendo pesquisas com a população carcerária através de um Laboratório Fotográfico. Ele integrava a “primeira geração de republicanos rio-grandenses, imbuídos do cientificismo da elite brasileira das últimas décadas do século XIX, que, por sua vez, era tributária do pensamento racionalista da Europa Ocidental. Embalada pela ideologia do progresso, pelas certezas da razão e pelo primado da ciência, essa elite pautava a sua visão do mundo pela busca de leis ferais e imutáveis, normativas da vida. O sucesso dos métodos das ciências gerais levava-os a desejar aplica-los com igual objetividade aos fenômenos do social. Logo, a natureza humana e os comportamentos sociais eram mensuráveis e classificáveis, assim como podiam e deviam ser ordenados e controlados (PESAVENTO, Sandra; 2008, p. 234). Ver mais em: Raquel Figueró (2014); Sandra Pesavento (2009).

⁸³ O racismo científico se desenvolveu a partir de estudos de escritores europeus e norte-americanos (da França, Alemanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos) através teólogos, anatomistas, fisiologistas, etnólogos, poetas e viajantes. (PESAVENTO; Sandra, 2009; SCHWARCZ; Lilia, 1993).

estratégias de funcionamento dessa ciência, que separava por gênero, classe social e raça, ou seja, criavam justificativas para racismo, misoginia e exclusão social. Apesar de o médico seguir a linha que atribui ao meio a criminalidade, Raquel Figueiró explica que “ele reproduz algumas conclusões vigentes no período, tais como a ideia de características inatas atribuídas a diferentes raças e a inferioridade dos negros” (FIGUEIRÓ, Raquel; 2013, p. 3), e como veremos, de gênero também:

(...) a paciente apresenta desenvolvimento extraordinário para a idade que diz ter (doze anos incompletos), responde com claresa e naturalidade, as perguntas que lhe são dirigidas. É menstruada desde alguns meses. Não apresenta vestígios de moléstia geral ou local, nem de sevícias. Examinado os órgãos genitais, notamos: Monte de Vênus, coberto de pêllos abundantes e longos relativamente a idade da menor; grandes e pequenos lábios, regularmente desenvolvidos; clytores desenvolvidos, prepúcio muito móvel e frouxo; fossa novicular regular. Affastados os pequenos lábios, pôde-se entrever o hymen, em forma de diaphragma de abertura central. Apresentando-se o contorno do lábio direito perfeito; na folha esquerda do hymen, nota-se na porção superior uma pequena cicatriz perfeita, devido á ruptura de pequena porção da membrana; o contorno do lábio esquerdo do hymen é irregular em consequência de ulcerações entretidas por abundante corrimento leitoso que corre da vagina; **o dedo indicador, bem como o médio, penetram facilmente pelo hymen**, atravez da vagina até tocar o útero que nada apresenta de extraordinário⁸⁴ (grifos meus).

Podemos ver nesse laudo médico que Clementina tinha “desenvolvimento extraordinário”, como também, menstruara recentemente, situação entendida como a passagem para a vida adulta, já que possuía “grande desenvolvimento” para sua idade. A cultura da pedofilia, através dos homens pedófilos, tende a utilizar os corpos infantis não menstruantes para não engravidar as meninas – não serem descobertos – como também se aproveitam de sua idade, do desconhecimento e da vulnerabilidade para se satisfazer de prazer e instituir o poder. Interessante pensar como a falta de conhecimento sobre corpo, menstruação, sexo e prazer femininos é uma ferramenta do patriarcado. Também podemos observar que a sua região genital foi de grande interesse dos médicos, que abusaram da posição de vítima da menina, expondo e tocando seu corpo. Uma situação muito inconveniente e desconfortante, principalmente para quem foi abusada sexualmente. Um estupro institucional.

Cabe assinalar o tom lombrosiano da argumentação, que inclusive estabelecia que o desenvolvimento precoce da mulher na puberdade era sintoma da sua inferioridade quando adulta. Como que havia uma maturação sexual que, se

⁸⁴ Processo número 3.619, maço 134, estante 1. Disponível no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, localizado na Rua Riachuello, 1031 – Centro Histórico, Porto Alegre.

estimulada pelo meio, vinha a desabrochar mais rápido ainda. A pobre Clementina, que apresentava abundante pilosidade, tendo seu púbis esquadrinhado e com suas dimensões avaliadas e classificadas segundo padrões classificatórios científicos que a condenavam. Apresentava ainda sinais de uma vagina larga, a demonstrar relações sexuais frequentes e sem sinais de sevícia. Ou seja, o exame médico apontava para uma experiência sexual já mais antiga, sem traços de rompimento recente do hímen e, sobretudo, consentida, pois não havia vestígios de violência física (PESAVENTO, Sandra; 2008, p. 234).

Os médicos ainda afirmam que o hímen tinha uma pequena ruptura e estava em estado de “frouxidão mesmo, deixando penetrar sem dificuldade o dedo médio”. Ou seja, a justiça teve o aval médico na construção de uma sexualização precoce da vítima, uma forma de agir a favor da cultura do estupro, além dos médicos utilizarem do ofício para tocar Clementina. O final do século XIX estabeleceu uma política jurídica e médica preocupada com a formação de trabalhadores e cidadãos sadios moral e sexualmente através da ideologia positiva do trabalho.

Contudo:

[...] a honra masculina raramente aparecia nos textos jurídicos, mas surgia nos argumentos da defesa nos julgamentos criminais do início do século. Um homem honesto era aquele considerado um bom trabalhador, respeitável e leal; ele não desonraria uma mulher ou voltaria atrás em suas palavras. Em contraste, a honestidade feminina referia-se à virtude moral no sentido sexual [...]. Uma moça de família honesta era ingênua e transparente; seus pensamentos e atos eram totalmente previsíveis. Ela, por exemplo, nunca iria manter relações sexuais extraconjugais, a menos que forçada ou ludibriada (CAULFIELD, Sueann; 2000, p. 77).

Com o desdobramento do processo é possível entender como a família também é cúmplice na violência de Clementina. Possivelmente já havia dentro de casa violência de gênero, sexual. Ser uma menina no século XIX era estar exposta a todas as violências cometidas às mulheres. Em outubro de 1896 a justiça anexa uma folha do livro de contas da Caixa Econômica, do irmão de Clementina, Joaquim Simionato, “de 18 anos de idade, solteiro, sapateiro, morador à rua do Riachuelo, natural da Itália, não sabe escrever”. Na caderneta de número 35145 nº 125, está registrado que Joaquim “depositou 200\$ no dia 25 de setembro de 1895, 100\$ em 9 de dezembro do mesmo ano, 100\$ em 15 de julho (...), perfazendo tudo, quinhentos mil reis, não tendo feito retirada alguma”. Joaquim Simionato ganhava cerca de 10 a 12\$000 reis por semana, o que faz a existência desse dinheiro ser considerada um mistério. O pai de Clementina compareceu para dar mais explicações, e então ficamos sabendo que Clementina era violada dentro da própria casa⁸⁵. Seu filho, Joaquim, também é o possível

⁸⁵ Independente se foi o irmão ou o padre, ou ainda, ambos, o abuso começa pela falta de acolhimento.

violador de Clementina. Diz que Joaquim saiu “por sua vontade, não contando para onde ia”, mas com dinheiro para uma viagem longa “na 1ª classe e em vapor, sem ter necessidade de lançar mão dos 5000\$000 reis”, sendo que a família “não tem dinheiro para guardar, que apenas ganha para viver”, paupérrimos. Segundo Sandra Pesavento (2008, p.237), Joaquim teria ido a Buenos Aires, conforme notícia vinculada ao jornal *O Mercantil*. A *Gazeta da Tarde* noticiava que o sacerdote havia pago o silêncio da família, através da proteção do bispo da Igreja:

Está provado que o padre Bartholomeu Tietsch, vigário das Dores, protegido do cidadão Cláudio, bispo desta diocese, foi autor do defloramento da menor Clementina e fez com que esta acusasse seu irmão como autor do defloramento. A polícia descobriu agora que tudo foi obra do padre, que pagou o irmão de sua vítima para fugir daqui como incestuoso. [...] E eis aí como Porto Alegre ficou sabendo que possui mais um alcouce, digno de figurar ao lado do da negra Fausta⁸⁶ – a igreja da puríssima virgem das Dores. Ali diante da imagem sangrenta, diante do seu seio espinhado, sob os seus olhos lacrimejantes de mater dolorosa, o sacerdote de Cristo poluiu o corpo virginal de uma criança! Vergonha das Vergonhas! (PESAVENTO, Sandra; 2008, p. 241).

Havia um consenso de que a Igreja pagou o silêncio da família, assim como configurou a saída de Joaquim. Também havia a ideia de reparação do mal causado, da honra perdida, uma informalidade que possivelmente ocorria nos bastidores já que nos anos seguintes, no Código Civil (Lei nº 3.071 de 01 de Janeiro de 1916) no Art. 1.548 foi previsto que:

A mulher agravada em sua honra tem direito a exigir do ofensor, se este não puder ou não quiser reparar o mal pelo casamento, um dote correspondente à sua própria condição e estado: I - se, virgem e menor, for deflorada; II - se, mulher honesta, for violentada, ou aterrada por ameaças; III - se for seduzida com promessas de casamento; IV - se for raptada (BRASIL, 1916).

Clementina em único depoimento explica como funcionavam as lições de catequismo e quem era o autor do seu desvirginamento. De acordo com esse depoimento, o autor tinha sido seu próprio irmão, Joaquim, por dois meses até a data em questão, tendo relação “duas vezes, estas duas vezes em pé, uma vez perto da mesa e a outra encostados na mesa”. Já seu pai, em depoimento posterior afirmou “que durante dois anos sua filha tivera relações ilícitas com seu irmão, usando a testemunha da palavra – brincar – para exprimir o que fica dito”. Não é possível saber se esses meses ou anos foram falhas do escrivão, já que o fator linguístico dificulta a transcrição da fala para o escrito, contudo, é importante ressaltar que havia uma manipulação

⁸⁶ Fausta Marçal, conhecida como a preta Fausta, era uma cafetina conhecida na cidade de Porto Alegre pela sua famosa casa “Flor da Mocidade” (ALMALEH, Priscilla; 2018).

técnica⁸⁷, que coloca suas percepções na frase. Ainda podemos perceber que o pai minimiza o estupro de sua filha, utilizando a palavra *brincar*. Linda Gordon (1989, p. 291) explica que é necessário mostrar que a violência familiar não é a expressão unilateral de uma pessoa, mas é tramada conjuntamente, embora não igualmente, por vários indivíduos. Possivelmente o pai já sabia, mas era conivente a tudo.

Mas como ficou Clementina nessa história toda? Até esse momento, o que é entendido por mim é que não é possível falar sobre só uma violência. O conceito de violência sexual não dá conta para entender o caso, pois foram violências feitas em rede, com avais patriarcais, por ações que vão do estupro a pedofilia, mas que refletem na misoginia, na violência de gênero. O incesto, prática ocorrida na família Simionato, uma atividade sexual entre familiares, deixa feridas na alma:

A vítima de abusos físicos, psicológicos, morais e/ou sexuais é vista por cientistas como indivíduo com mais probabilidades de maltratar, sodomizar outros, enfim, de reproduzir, contra outros, as violências sofridas, do mesmo modo como se mostrar mais vulnerável as investidas sexuais ou violência física ou psíquica de outrem (SAFFIOTI, Heleieth; 2015, p. 18).

Já a partir do depoimento de seu outro irmão, Elmo Simionato, de 20 anos de idade, da Itália, solteiro, morador à Rua da Ponte, conseguimos novas informações sobre o caso. Havia três ou quatro meses que Clementina frequentava as aulas do padre e quando os fatos saíram no jornal é que a família tomou conhecimento do que ocorria, e mais, que após ser examinada é que comentou ter tido relações sexuais com seu irmão, “interrogado pela família, a primeira vez negou e da segunda vez calou-se, mas não confirmou; que não sabe com que dinheiro elle retirou-se, sabendo porem que Joaquim tinha na caixa econômica quinhentos mil reis”. Sandra Pesavento (2008) nota que os jornais já manejavam usualmente um tom anticlerical muito forte. O Estado deveria ser detentor das narrativas, não a Igreja.

Talvez se pudesse dizer que o escândalo da Igreja das Dores vinha se inserir, de forma modelar, no conjunto das posturas anticlericais que vicejavam na cidade e que tinham seu porta-voz Germano Hasslocher, através das páginas da *Gazeta da Tarde* e do *Jornal do Commercio*. Comentava Hasslocher, em um de seus numerosos artigos, que todas as congregações religiosas da cidade eram ridículas, inúteis, indignas da civilização, pois em vez de ensinar ofícios, preparando os menores desvalidos para o trabalho, valiam-se de obras pseudo-

⁸⁷ De acordo com André Rosemberg e Luís Antônio Francisco de Souza (2009, p. 166) “Uma outra limitação do discurso se verifica na transcrição dos procedimentos orais para a forma escrita. A redução das possibilidades expressivas verbais às amarras do texto escrito elide todas as outras formas de expressão que acompanham a fala, tornando-se o discurso adstrito a padrões de estilo e de sintaxes desenvolvidos no âmbito mesmo da processualística. O termo formal inscrito nos autos de um processo adquire estrutura e curso próprios que se traduzem na tediosa e monótona linguagem forense que aprisiona, com sua linguagem congelada, toda e qualquer nuance transgressora presente na fala e no gestual que a guarnece”.

assistenciais de senhoras que passavam o tempo em ladainhas, procissões, missas, a encher as algibeiras dos jesuítas! (PESAVENTO, Sandra; 2008, p. 223).

Até o momento sabemos que Clementina foi estuprada pelo irmão e, posteriormente, pelo padre. Para finalizar essa parte me questiono, será que ela tinha confessado sobre o abuso? Essa questão me remeteu a um recente caso de estupro envolvendo um líder religioso popular e mulheres vítimas de violência. João Teixeira de Faria, conhecido como João de Deus foi um líder religioso que reuniu centenas de pessoas em Abadiânia (GO) e durante os atendimentos individuais estuprava mulheres que iam pedir ajuda para tratar de violências sofridas durante a vida, ou seja, ele utilizava da religiosidade e da vulnerabilidade de mulheres para se satisfazer sexualmente. Uma das suas vítimas, sua filha mais velha, denuncia que sofreu abusos desde a infância⁸⁸, o que mostra a tendência também por pedofilia e incesto. O patriarcado se modifica ao longo do tempo, mas suas estruturas permanecem.

A defesa de Bartholomeu foi feita pelo advogado Plínio Alvim, redigida em 20 de novembro de 1896, a qual não só mostra as possibilidades discursivas que podem ser extraídas dos documentos judiciais como fonte de conhecimento histórico, mas principalmente representa uma ponte para outra ordem discursiva (ROSEMBERG, André; SOUZA, Luís Antônio; 2009, p. 160), a do patriarcado, pensando que “a ideologia sexista corporifica-se nos agentes sociais tanto de um polo quanto do outro da relação de dominação-subordinação” (SAFFIOTI, Heleieth; 2015, p. 132).

As palavras escritas representam não só a percepção de um homem advogado do final do século XIX, nem de uma classe de representantes do judiciário, mas algo consolidado e tomado enquanto uma *verdade* social. Sueann Caulfield explica que nas entrelinhas estão inseridos os relacionamentos sociais e as condutas consideradas corretas ou erradas da época: “mesmo quando mentem ou inventam posturas morais, fazem-no de uma forma que acreditam ser verossímil e, portanto, ajudam a traçar os limites da moralidade comum” (CAULFIELD, Sueann; 2000, p. 40). O discurso de Plínio foi aceito, a queixa foi concluída como improcedente.⁸⁹ Perante a sociedade, Bartholomeu foi inocentado, criou-se uma sentença contra

⁸⁸ Para saber mais sobre o caso: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2018/12/10/caso-joao-de-deus-mulheres-relatam-abusos-sexuais.ghtml> Acesso em 18 de novembro de 2021.

⁸⁹ Plínio Alvim nasceu em Porto Alegre em 1853, mesma cidade em que faleceu em 1938. Era filho de Candido José Ferreira Alvim e Rita de Azambuja e formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1877. Foi Promotor Público (1878), Juiz Substituto da 2ª Vara Civil de POA (1880), Chefe de Polícia (1884), Professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900 a 1909), Juiz de Direito em Porto Alegre (1892) (GRIJÓ, Luiz Alberto; 2005, p. 222-392; FRANCO, Sérgio da Costa; 2001; APERS - processo 1383, maço 52).

Clementina, estruturou-se, mais uma vez, um perdão coletivo para um homem branco e uma ferida aberta para uma mulher.

Carregado de cargas ideológicas, o discurso foi feito completamente dentro dos estereótipos de feminilidade da época. O advogado tenta ao longo da defesa *virar o jogo* e de agressor o sacerdote vira o inocente, sendo dotado de “humildade, de resignação e de paciência que lhe impõem o seu caráter sacerdotal”, se colocando sem ressentimentos pela forma como foi tratado, posicionando a justiça a seu favor, discutindo as provas dos autos “com a calma e serenidade de quem confia inteiramente na justiça da sua causa”.

Começando pelo exame de corpo de delito, Plínio se detém na “ruptura da membrana hymen”, como também nos sinais que indicariam as relações sexuais frequentes desde o seu defloramento. Lembremos aqui que a própria definição de defloramento não era bem delimitada, designando as relações sexuais com perda da virgindade, que tinha um caráter moral (VIEIRA, Miriam; 2011, p. 18). Apontando o crime de defloramento como corruptor de Clementina, o advogado sugere que isto “faz desaparecer o de actos de libidinagem attribuido ao denunciado”. Ou seja, se Clementina já havia sido estuprada por outra pessoa [defloramento atribuído ao irmão], portanto, não fazia sentido aquele processo contra o padre, já que não havia provas de violência, ameaça, depravação moral ou estupro.

Ora, uma menor já deflorada e que tem relações sexuaes frequentes, não se sabe com quem, se com um ou mais de um indivíduos, já esta corrompida, e, pois, não é sussytivas de ser corrompida por simples actos de libidinagem, máxime ignorando-se inteiramente que actos eram esses.

Nessa última frase, o advogado não nega os atos de libidinagem cometidos contra Clementina, mas mostra que não houve interesse da justiça em saber quais tinham sido, como se configuravam, sendo assim não seria uma corrupção, justamente por ela já estar desvirginada. Heleieth Saffioti (2015, p. 28) explica que o argumento de quem justifica e defende a conduta de agressores reside na diferença que se impõem entre sexualidade masculina e feminina, “[...] a questão se situa na tolerância e até no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força-potência-dominação contra as mulheres, em detrimento de uma virilidade doce e sensível, portanto mais adequada ao desfrute do prazer” (SAFFIOTI, Heleieth; 2015, p. 79).

O fato de Clementina ter admitido que seu irmão a estuprou, desconfiguraria o crime, pois de acordo com o advogado: “Recorra-se aos diferentes artigos do tit. VIII do cod. Penal e se reconhecerá que a copula carnal, sem evidencia, sedução ou rapto, com mulher já deflorada ainda mesmo de menor idade, por muito immoral que seja, não é considerada acto criminoso”.

Plínio utiliza das brechas do próprio código, não negando que os atos eram imorais, mas se detém na percepção sobre corrupção.

Se o auto de corpo de delito constata a existência de um defloramento, e se esse defloramento, como demonstrado fica, torna impossível a incriminação de posteriores actos de libidinagem, não é por este crime, mas pelo primeiro que devia ter sido dada a denuncia.

Apesar de o estupro ter sido atribuído ao irmão de Clementina, Joaquim, ficaram as dúvidas sobre os valores obtidos pelo jovem, “que [era] mal remunerado e apenas lhe dava para viver” na caixa econômica e o seu sumiço posterior. Nesse sentido Plínio explica como o judiciário e a opinião pública estava imaginando o ocorrido, focando na honra da família Simionato, será que eles seriam tão corruptíveis assim? O pai seria um fraco?

Parece acreditar-se que a incriminação de Joaquim pela própria vítima e pelas outras pessoas de sua família, inclusive também o seu pae (!) é o resultado de um plano delineado com o fim de innocentar o denunciado. Mas, não se reflecte no que há de inverossímil nesta pressão exercida pelo denunciado sobre a família Simionato, ao ponto de conseguir sufocar nella todos os impulsos da honra e do frio? Elle que não tem fortuna, que não exerce nenhuma espécie de autoridade e que, ao contrario, é um desprotegido da sorte, é um humilde, é um fraco?

Se fixando na honra do pai e da família, o advogado continua sua extensa defesa mostrando ser um argumento por exclusão o valor arrecadado de Joaquim, pois não teria como saber como ele arranhou dinheiro. Focando na falta de declarações sobre os atos de libidinagem e falta de argumentação na consistência da queixa:

Imagine-se que alguém se lembrasse de dar queixa contra outrem por injurias, mas sem declarar no que consistiam essas injurias, isto é, quaes as expressões ou gestos injuriosos. Evidentemente tal queixa não estava em condição de ser recebida. Pois, o caso da denuncia de fls é perfeitamente idêntico; porque allegar actos de libidinagem – sem explicar esses actos no que consistiram, é o mesmo que allegar injurias sem explicar de que cousas tiram as injurias.

Com a falta de provas, o advogado culpa Ernesto José de Carvalho, secretário da Ordem 3ª das Dores (36 anos de idade, natural deste estado, casado, escriturário da Alfândega da Capital), como inimigo do padre, que se apoiou em suposições de Joaquim Lopes Duro, menino de 12 anos que vigiava a porta. Sobre as confissões ocorrerem no quarto de Bartholomeu, o advogado rebate a ideia de que ficavam presos a chave, alegando que a porta poderia ser aberta a qualquer momento, mostrando a falta de má índole do acusado, que só manteve a tradição do antigo sacerdote, Padre Agnello Gomes de Souza, sobre as confissões.

Prova-se mais com o depoimento dessa mesma testemunha e com o doc. N. 4 que já o padre Agnello, antecesor do denunciado, costumava fazer confissões na sacristia. Quanto a portas fechadas – é pura imaginação; o que dizem as testemunhas é que a porta da sacristia ficava cerrada ou encostada, com a chave pela porta de fora (tanto que nella estava segurando o menino, a que se referiu José Nunes de Oliveira).

De deflorada, Clementina passa a uma criança, cheia de confusões, que na polícia estava perturbada, quando para benefício próprio os operadores do direito fazem uso do gênero, assim como da faixa etária:

Mas, é preciso levar em linha de conta que Clementina, **quase uma criança ainda**, estava naturalmente perturbada pelo facto de estar depondo na polícia e pelo motivo que era; que as suas explicações resentiam-se naturalmente desse estado de perturbação; que não foi Ella quem redigiu o depoimento, mas a autoridade policial, que podia tel-a entendido mal, com sentido desfavorável ao denunciado; sendo isto tanto mais de presumir quando essa autoridade, influenciada pela imprensa e pelo calunia que se levantara contra o mesmo denunciado, é natural que tivesse um desejo ardentissimo de demonstrar o seu zelo e o seu atilamento, descobrindo provas da culpabilidade do denunciado.

Possivelmente justificando um ataque público e policial, Plínio culpabilizava a infância de Clementina, mostrando, novamente, que a infância poderia ser utilizada conforme melhor convinha. O caráter religioso do padre e da própria instituição também foi muito utilizado pelo advogado, que argumenta ser a sacristia, a tribuna ou qualquer outro espaço da Igreja, lugares “decentes e patentes”, não havendo uma “infração do ritual”. Além de fazer todo um jogo retórico, o advogado se muniu de assinaturas de outros homens, religiosos em sua maioria, para mostrar a boa fé de padre Bartholomeu, todos eles atestando o caráter religioso e bom do homem acusado de praticar libidinagens com uma menina de 12 anos.

A defesa utiliza-se de discursos hegemônicos, que não só oprimem Clementina, mas contribuem para a produção e reprodução das identidades de gênero no século XIX e que foram cruciais nos ciclos de dominação do patriarcado até os dias atuais. Carol Smart, socióloga inglesa, através da teoria feminista do direito⁹⁰, argumenta que o direito é um discurso poderoso devido à sua pretensão de verdade, o que permite silenciar e desqualificar mulheres:

Smart defende que, muito embora o direito não faça afirmações expressas de verdade, faz afirmações que são suficientemente semelhantes às da ciência – o direito tem o seu próprio método, linguagem e sistema de resultados – para percebermos que o poder do direito se desenvolve de forma semelhante ao da ciência (1999:76). O poder do direito resulta da sua pretensão de definir a

⁹⁰ A crítica feminista ao direito se manifesta em três perspectivas: a primeira problematiza a teoria do direito, questionando os pressupostos do direito e suas noções fundamentais, a segunda tece críticas a institutos jurídicos por entender prejudiciais às mulheres e a terceira põe em questões o modo como o direito é aplicado (SILVA; Salette Maria da, 2018, p. 85).

verdade, uma vez que o conhecimento que pode afirmar ser verdade ocupa um lugar superior na hierarquia dos conhecimentos. O fator que investe as reivindicações de verdade do direito com tal grau de poder é o método jurídico. Assim, poder, conhecimento e verdade estão intimamente ligados: eles produzem-se mutuamente (CASALEIRO; Paula, 2014, p. 42).

De acordo com as concepções de Carol Smart, o método jurídico, com sua linguagem especializada e seus ares de verdade (neutralidade, objetividade e imparcialidade), subalterniza conhecimentos populares (não jurídicos), construindo autoritariamente o significado da realidade social, como também, é/foi um mecanismo criado na busca de corrigir erros sociais e fazer “justiça”. O problema se dá na construção da justiça, que é um produto cultural, hegemonicamente androcêntrico e sexista. Nesse sentido, o direito não fica só no campo de oprimir mulheres, ele constrói as, “as identidades de gênero e também o corpo sexuado são constantemente produzidos e reproduzidos através e no discurso jurídico” (CASALEIRO; Paula; 2014, p. 43). Assim como constrói mulheres, também constrói homens em espaços de poder, como foi o caso do padre Bartholomeu, que foi construído enquanto um homem religioso e santo, incapaz de fazer mal a alguém, mesmo o advogado supondo as libidinagens.

Através de uma História Feminista, busquei identificar as estratégias formuladas para a manutenção do poder patriarcal dentro da defesa do padre Bartholomeu, entendendo que é preciso descentralizar, entender a construção dos discursos não neutros, sem reduzir a complexidade das práticas sociais das mulheres.

6.1 Corpo para o consumo

Pensar o corpo enquanto um território de poder é entender que o colonialismo não se insere somente na territorialização do domínio geográfico, mas também recai no simbólico e no corpo, com consequências na vida das pessoas. Silva Federici (2017) ao explicar as transformações sociais que acompanharam o capitalismo, através de ferramentas opressoras de destruição do conhecimento e do poder das mulheres, explica a ocultação da força de trabalho sob o disfarce de um destino biológico, a feminilidade:

Para além das diferenças ideológicas, chegaram [as ativistas] à conclusão de que a categorização hierárquica das faculdades humanas e a identificação das mulheres com uma concepção degradada da realidade corporal foi instrumental para a consolidação do poder patriarcal e para a exploração masculina do trabalho feminino. [...] Em particular, as feministas colocaram em evidência e denunciaram as estratégias e a violência por meio das quais os sistemas de exploração, centrados nos homens, tentaram disciplinar e apropriar-se do corpo feminino [...] (FEDERICI; Silvia, 2015, p. 32).

Através da análise política do corpo, as feministas não somente revolucionaram o discurso filosófico e político, como também, passaram a valorizá-lo, confrontando com a negatividade que acarreta a identificação com o corpo da mulher e feminilidade. A linha de análise de Silvia Federici (2015) sobre o corpo se entende na exploração e na resistência, forças que se colidem na medida em que o corpo feminino foi/é apropriado pelo Estado e pelos homens e forçado a funcionar como um meio para a reprodução e acumulação de trabalho.

Já a pornografia dos corpos infantis não é uma tarefa fácil de historicização, são poucas as referências do passado através do olhar de gênero. Por serem corpos mais fragilizados pela idade e pela facilidade de convencimento, seja pelo medo, tortura ou noção sobre o mundo, são historicamente violentados. Os castigos físicos também eram recorrentes nessas frágeis crianças e tem sua origem também no colonialismo europeu, como aponta a historiadora Mary del Priore:

O castigo físico em crianças não era nenhuma novidade no cotidiano colonial. Introduzido, no século XVI, pelos padres jesuítas, para o horror dos indígenas que desconheciam o ato de bater em crianças, a correção era vista como um ato de amor. [...] O amor de pai devia inspirar-se naquele divino no qual Deus ensinava que amar “é castigar e dar trabalhos nesta vida”. Vícios e pecados, mesmo cometidos por pequeninos, deviam ser combatidos com “açoites e castigos” (PRIORE, Mary del; 2010, p. 97).

Esses corpos eram induzidos a um adestramento desde muito cedo para assumir responsabilidades, seja pelos jesuítas ou pelos próprios familiares que exercem sua força naqueles que menos tinham/tem poder de reação. Mesmo sendo uma prática condenável, ela não era a única contra as crianças e a pedofilia também foi normalizada.

Cabe então observar o quanto, a partir de determinados momentos histórico-conjunturais, os conceitos – de infância, sexualidade, pedofilia – passam a ter outro sentido, provocando assim novas reformulações e estabelecendo até mesmo novas formas de comportamento. Os conceitos sempre nos escapam, pois as tentativas de categorização dos comportamentos são uma produção no campo da linguagem, e estas sempre parecem tão insuficientes para dar conta da complexidade dos comportamentos e sentimentos aos quais estamos sujeitos (FELIPE, Jane; 2006, p. 203).

Jane Felipe, educadora voltada aos olhares sobre gênero e suas construções sócio-históricas⁹¹ mostra acima sobre as dificuldades de categorizar os comportamentos, mas ao longo do artigo *Afinal, quem é mesmo o pedófilo?* Explica que a criança é colocada como

⁹¹ Uma das criadoras do GEERGE – Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero – do PPGEDU/FACED/UFRGS.

possibilidade de experimentação do desejo sexual adulto e emanam várias músicas que mostram a normalização do incesto, da pedofilia ou do corpo feminino e infantil pronto para o consumo.

A história da infância pode ser marcada através das concepções do século XVIII (DONZELOT, Jacques, 1986). Percebidas enquanto sujeitos e com características específicas para a idade, Maria Isabel Bujes (2005, p. 188) explica que a infância gerou intensa produção discursiva que ordenou, mediu, calculou e categorizou, através de determinadas instituições e tecnologias de poder. Nesse sentido é interessante entender o conceito de bio-político de Michel Foucault, como uma proliferação das tecnologias políticas que irão investir sobre o corpo, a saúde, as formas de se alimentar e as condições de existência (DERRIDA, Jacques, 1986).

Jacques Donzelot, em *A polícia das famílias*, explica que as técnicas da polícia não se remetem apenas ao órgão repressor, mas a todo um aparato que objetiva assegurar a felicidade do Estado, através de regulamentos e enquanto a ciência regula todas as coisas relativas ao estado presente da sociedade, consolidando e aumentando o poder. Através desse pensamento há uma abundante literatura sobre o tema da educação das crianças na Europa ao longo do século XVIII e XIX, feita por médicos e membros da polícia, colocando em questão os costumes educativos e a família enquanto órgão regulador para o Estado. Há uma reorganização dos comportamentos educativos em torno da difusão da medicina doméstica, conjunto de conhecimentos e técnicas que deviam permitir às classes burguesas tirar seus filhos da influência negativa dos serviçais, colocando-os em vigilância e na economia social, todas as formas de direção da vida dos pobres com o objetivo de diminuir o custo social de sua reprodução, de obter trabalhadores desejáveis com mínimos gastos públicos. Nesse sentido Jacques Donzelot (1986) explica que o interesse sobre os corpos infantis se fixa em tempos de industrialização e de maquinação do corpo humano, redefinindo os papéis sociais de homens, mulheres e crianças a partir de um mecanismo patriarcal e capitalista ligado a produção. De acordo com o autor:

Essa ligação orgânica entre o médico e a família irá repercutir profundamente na vida na vida familiar e induzir sua reorganização em pelo menos três direções: 1) o fechamento da família contra as influências negativas do antigo meio educativo, contra os métodos e os preconceitos dos serviçais, contra todos os efeitos das promiscuidades sociais; 2) a constituição de uma aliança privilegiada com a mãe, portadora de uma promoção da mulher por causa deste reconhecimento de sua utilidade educativa; 3) a utilização da família pelo médico contra as antigas estruturas de ensino, a disciplina religiosa, o hábito do internato (DONZELOT, Jacques; 1986, p. 22).

O pensamento médico passa a ser central na construção dessa sociedade moderna. Como também passa a querer explicar e controlar as mulheres a partir da reprodução, destruindo o

conhecimento popular feminino o sobre próprio corpo. Um desconhecimento que gera consequências até hoje. Muitas mulheres e meninas desconhecem sobre sua própria sexualidade, menstruação, sobre prazer, permissão e consentimento. Nesse momento, a medicina também outorga a mulher um status social de mãe, como a responsável pelas crianças na esfera privada “a mulher do lar, a mãe dedicada, é a salvação do homem, o instrumento privilegiado da civilização da classe operária” (DONZELOT, Jacques; 1986, p. 39).

Até o momento temos as seguintes informações: Clementina tinha aulas de catequese com o padre Bartholomeu havia cerca de três ou quatro meses. Depois de algum tempo, as lições começaram a ser na sacristia, com a presença de seis ou sete alunos, tendo outros sido despedidos. Depois, as lições foram dadas no consistório, no quarto do padre e então só ia Clementina, além de “uma menina de dez anos, de nome Maricota Raminelli [...] e um menino de onze anos de idade, irmão de Maricota, e que servia com o padre ajudando a missa”, ou ainda, para guardar a porta quando o padre ficava a sós com Clementina. Joaquim Lopes Duro, de 12 anos e testemunha informante, declara que durante todo o “septenario das Dores a menina Clementina todos os dias ia para a Igreja às 4 horas da tarde e saía ao escurecer, isto todos os dias”, já de acordo com o depoimento da própria, ela saía cerca das 17h. As suspeitas passam do padre para o irmão Joaquim, que recebe um dinheiro sem procedência, dando a entender para a Justiça – naquele momento – que alguém tinha grande interesse em afastá-lo da capital.

Pensando através dessa linha de raciocínio, além de violência de gênero, Clementina sofreu uma exploração sexual. O termo exploração sexual tem origens no feminismo marxista, que passou a utilizá-lo para falar da prostituição, entendendo a articulação das noções de mercantilização e de alienação da pessoa (LOWENKRON, Laura; 2010). O termo também abrange a condição passiva de mulheres e crianças que acabam se envolvendo sem que haja uma *escolha* propriamente dita, nesse sentido Clementina também teve seu corpo explorado comercialmente, enquanto uma mercadoria.

A “exploração sexual comercial” é entendida como um fenômeno complexo que articula diversos agentes, como aliciadores (inclusive familiares), “clientes”, “exploradores”, estabelecimentos comerciais, agências de viagens, hotéis, bares, boates etc. Inclui as seguintes modalidades: prostituição infantil, tráfico para comércio sexual, turismo sexual infantil e pornografia infantil. A ênfase é na vulnerabilidade das vítimas e na necessidade de sua proteção, sendo fortemente associada à ideia de vulnerabilidade social, articulado ao problema da “miséria”, das “famílias desestruturadas”, das “drogas” etc. (LOWENKRON, Laura; 2010, p. 7).

Bom, várias hipóteses podem ser traçadas nesse momento. A primeira que me ocorre é que Clementina tenha sido vendida para o padre ou para a Igreja, sendo seu irmão ou pai

agenciadores, já que Bartholomeu exercia suas funções desde o mês de junho e o dinheiro na conta começa no ano anterior. Atentemos ao fato que o segundo depoimento do pai diz que a filha já tinha relações com o irmão a cerca de 2 anos. Outro fator importante aqui é que o antecessor de Bartholomeu, padre Agnello, já fazia “confissões a pedido das pessoas que se iam confessar na sacristia sendo que os demais sempre eram feitas em a nave da igreja onde existiam os confessionários”, conforme testemunharam José Rodrigues da Rocha (60 anos, zelador da Igreja, casado, deste estado, empregado público) e José Nunes de Oliveira (sacristão empregado na Igreja há 16 anos, 30 anos, casado, deste estado, artista). Sandra Pesavento (2008) ao estudar o caso pelos jornais explica que em entrevista no *Correio do Povo*, José Rodrigues da Rocha, disse que:

[...] vários meninos e sacristães haviam afirmado que o padre se fechava com a menina na sacristia ou no consistório, que está transformado em presbitério, ou residência do pároco. Disse ainda o zelador que estava intimamente convencido de que com boas intenções o vigário não tinha a menina ali fechada (PESAVENTO, Sandra; 2008, p. 226).

Sandra Pesavento chama a atenção para os pequenos na história, sendo eles os primeiros a atentar sobre o ocorrido, despertando a “atenção das crianças do catecismo, que iam espiar a cena do padre, que fora *visto colando sua boca imunda e desdentada nas faces daquela criança*” (PESAVENTO, Sandra; 2008, p. 226). Outro ponto importante para a compreensão desse texto, é que o caso só se tornou público através de uma disputa monetária e de poder, entre dois homens. O secretário da Igreja das Dores Ernesto José Carvalho e José Rodrigues da Rocha, andador da Igreja, tinham desavenças com o padre e logo que ficaram sabendo dos atos dentro da sacristia/quarto do padre, fizeram o alarde justamente em época de festa, tanto é que Ernesto afirma que Bartholomeu tentou cobrar direitos sobre repiques e dobres de sinos, “direitos que pertencem á corporação além de que foi morar na Igreja, sem licença da dita corporação”. Assim é, que foi o próprio Ernesto no dia 19 de setembro que montou “cena pouco edificante, que tornou-se publica em poucas horas visto estar a igreja repleta de crentes que tinham ido assistir a septenario das dores”. Se não fosse essa disputa, será que Clementina teria sua história contada aqui⁹²?

Possivelmente todos da Ordem já sabiam o que acontecia dentro da Igreja, e comentavam entre si. O antecessor de Bartholomeu já tinha essa prática. Na delegacia de polícia, Ernesto declarou que:

⁹² Talvez estivesse se desenrolando uma disputa entre o padre e os irmãos da Irmandade das Dores, pelo gerenciamento do poder naquele espaço católico.

[...] na manhã de 19 de setembro p.p. foi lhe comunicado pelo José Rodrigues da Rocha, andador da ordem terceira, que era costume o padre vigário bartholomeu fechar-se com a menor Clementina na sacristia da igreja a título de condessa-a e collocava na porta da sacristia um menino encarregado de guardar a entrada e dizer quem o procurou que o vigário não estava; contando mais o rocha que o sacristão José Nunes de Oliveira fora quem disse o avisára; que sciente destes factos, indo a noite ao septenario das dores vira com effeito a menina Clementina no coro junto ao dormitório do padre bartholomeu; que subindo ao dicto coro há encontrou Clementina com duas meninas pequenas, tendo Ella na mão a chave do quarto do padre; que expulsou-a do coro; que findos as festas do septenario, indo o pe. Bartholomeu perguntar-lhe porque fizera aquilo, elle deponete verberou o procedimento incorreto e infame do padre que prostituia um lugar sagrado.

O trabalhador da fábrica de calçado Victor Feliciano de Menezes, 24 anos, declarou na polícia que quando ia a Igreja falar com José Nunes de Oliveira, percebeu que o padre, que ensinava meninos e meninas, havia despedido todos os meninos, ficando unicamente com uma menina, a qual ele ignorava o nome, “que vio a menina fechada com o padre na sacristia, a porta cerrada e um menino cuidando na porta, isto por duas vezes”. Ainda disse que, quando o padre ainda lecionava para todos, as crianças faziam algazarra na porta para ver o que estava acontecendo. Victor também disse ter comunicado isso a José Nunes de Oliveira.

Em sua defesa ao jornal *Correio do Povo*, o padre Bartholomeu disse ser vítima de infame calúnia, de pessoas que queriam desacreditá-lo e vê-lo fora da Igreja, em referência a Ernesto José de Carvalho, “que não via com bons olhos sua intenção de transformar uma parte desocupada do templo em presbitério” (PESAVENTO, Sandra; 2008, p. 230). Porém, em 19 de setembro, Ernesto exonerou-se do cargo, assim como outros membros que foram afastados.

Como visto, a família se abstém sobre o estupro da menina, recorrendo apenas quando o fato vem à público, e assim, exigindo uma modesta retratação sobre a moralidade da família. O pai, no segundo depoimento, diz que sua filha teve relações sempre em pé, será que isso pode ser uma maneira de salientar a falta de consenso das relações? Não sei. Outro fator que gerou desconforto foi o fato da mãe de Clementina não depor. Sei que a justiça de homens privilegia depoimentos de outros homens, de acordo com as concepções de gênero da época, mas interessante pensar que a mãe não foi ouvida, pois ficou “gravemente doente e um pouco alterada das faculdades mentaes quando soube da desonra de sua filha”. A violência sexual sofrida foi resolvida entre os homens, a mãe é representada através do estereótipo de louca pela *A Gazetinha*:

Evidenciou-se mais essa desgraça na família Simionato no dia 26 das 6 horas as 7 horas da tarde. Cercaram a pobre senhora de certos cuidados imprescindíveis e, assim, a hora do costume ela recolheu-se a alcova em companhia do esposo. Pouco depois, porem, ergueu-se do leito

repentinamente em trajes menores saiu a correr rua fora, gritando frases sem nexos. Seu esposo seguiu-a, no intento de alcançá-la e leva-la para casa. Seria 11 ½ horas da noite (PESAVENTO, Sandra; 2008, p. 239).

O periódico ainda observa a entrada de Maria Capelati Simionato no asilo de Alienados e remete a “loucura” da mãe ao desvirginamento da filha, que teria sua “côroa” desfolhada pelo padre, chamado de Don Juan. Vemos no enredo feito para Maria Simionato, um pensamento sem esperanças, desacreditada na religião e com a filha transviada da rota da honra, essa amorosa mãe teria enlouquecido e servia de exemplo para que outras famílias não tivessem seus nomes manchados ou suas filhas inocentes desonradas:

[...] ela perdeu o uso da razão, no mesmo dia em que soube, pelo exame feito pela polícia, o triste estado de Clementina, o que teve lugar há um mês justamente completado hoje. Idolatrando, como toda a boa mãe, sua filha, ela não podia acreditar que a côroa da virgindade desta houvesse sido desfolhada miseravelmente por um D. Juan; era capaz de jurar sobre os Evangelhos que sua querida Clementina estava pura, honrada como nascera. Pobre mãe! (...) Não lhe restava a esperança de poder rehabilitar sua filha, visto que o seductor indiciado foi um padre da religião que é sua também! Golpeou lhe fundo n’alma, tanto infortúnio. (...) dedicada de sentimentos, não conseguiu abafar, extinguir, no coração, o sofrimento intenso que se lhe produzira no íntimo ao declarar se irrefutavelmente a vergonha que lançou o nome de Clementina entre os das mulheres transviadas da rota da honra. E assim, a magoa extraordinária se avolumando mais e mais, deu o resultado que era de esperar-se, - alterou lhe a razão. (...) Ai está, em largos traços, mais um triste episódio dessa historia (...) de que um vigário católico foi protagonista. Ao está mais um dos resultados imundos da condenável pratica de entregar-se aos cuidados de um individuo qualquer, que ninguém sabe o que foi, vindo de terras longinquas, o preparo espiritual de meninas ingênuas. A deshonra de uma creança, e quiça do nome de uma família inteira, a loucura da progenitora daquela, eis o que foi o resultado da entrega de uma consciência infantil, por meio dos embustes das sacristias, a um Don Juan de batina. Vêde, zelosos paes de família, notai mães amorosas, o que é a influência jesuítica, e para o que ela existe. É a bandalheira no próprio templo da religião, é a prostituição diante das próprias imagens sagradas pelo rito católico-romano, é mais ainda, é, em resultado disto, a infâmia nublando a paz a felicidade do lar, é a demência de uma extremosa mãe de família (PESAVENTO, Sandra; 2008, p. 247).

Uma maneira de tirar a mãe de cena? Já que outra mulher pode vir a ter empatia pelas dores femininas causadas pela opressão sistêmica, principalmente pensando no grau de parentesco entre as duas. Nesse sentido, Heleieth Saffioti explica que há:

[...] ideologia de defesa da família, que chega a impedir a denúncia, por parte de mães, de abusos sexuais perpetrados por pais contra seus (suas) próprios(as) filhos(as), para não mencionar a tolerância, durante anos seguidos, de violências físicas e sexuais contra si mesmas (SAFFIOTI, Heleieth; 1999, p. 84).

Tratando sobre a precisão de conceitos de violência Heleieth Saffioti (1999, p. 84), no artigo - *Já se mete a colher em briga de marido e mulher*, explica que a sociedade considera normal e natural que homens maltratem suas mulheres, como também que pais e mães maltratem seus filhos, isso devido às estruturas de poder patriarcais consensuais e incentivadas na sociedade. A autora identifica na tríade força-poder-dominância, que juntas, agem contra mulheres através das violências. Essas violências fazem parte de mecanismos consensuais e históricos [e podem ser entendidas ao longo desse processo] criados e mantidos por homens, que articularam o poder. As instituições - policial, judicial, eclesiástica - não se preocupavam com o corpo feminino que tinha sido violado, mas tinham interesses por outras questões que não perpassam Clementina, mas que dizem interesse apenas a eles [homens] próprios. O interesse se mantém quando não é investigada a fundo a violência que Clementina sofreu, como também, na estratégia em não chamar sua mãe para depor.

Outro fator a ser considerado e que deve ser pensado, são as violências intrafamiliares formadas pela tríade força-poder-dominância, que não ocorrem de forma isolada, sendo que “qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente” (SAFFIOTI, Heleieth; 1999, p. 84). Tendo como base esse jogo de poder patriarcal e deslocando para um período em que há formação da família enquanto instituição, é pressuposto pensar que não somente Clementina sofreu violências, mas que as mulheres a sua volta, como sua própria mãe, também estejam imersas pelo poder da virilidade patriarcal, seja não compreendendo o que estava passando com sua filha ou, ainda, na manifestação do silêncio.

Para alguns periódicos, como a *Gazeta da Tarde*, o padre era culpado e ainda tinha maus precedentes, “tendo já praticado ações indignas para um religioso, a prova é que fora enxotado de Cachoeira e de São Sebastião do Cai” (PESAVENTO; Sandra; 2008, p. 228). Através das campanhas dos jornais a população se mobilizava pelos acontecimentos e as famílias estavam começando a impedir as irmãs de irem à Igreja das Dores, alegando que se tornara um ambiente impróprio para mulheres descentes. “Face a um incidente deste tipo, acontecido em frente à Igreja, com um pai retirando as filhas com violência, pondo estas aos prantos, a *Gazeta da Tarde* sugeria a adoção do mesmo comportamento para as demais famílias” (PESAVENTO, Sandra; 2008, p. 242).

Conclusão

Em 9 de outubro de 1896, o bispo Cláudio José julga Bartholomeu Tiecher isento de toda e qualquer culpabilidade: “procedendo todas as suspeitas de calúnias levantadas contra

esse sacerdote, e o restituo ao bom conceito de que sempre gozou”⁹³. Porém, a *Gazeta da Tarde*, em uma contestação às impunidades da Igreja, acusa o bispo de encobrir os crimes eclesiásticos:

Homem sem sentimentos nem escrúpulos, acostumado a encobrir todas as infâmias na canalha jesuítica que o governa, d. Claudio parece disposto a afrontar a nossa sociedade, numerosos atentados não são praticados por sotainas sem brio e em nossa sociedade, numerosos atentados não são praticados por sotainas sem brio e não há um só que fosse punido; pelo contrário, eles têm sido galardoados. Este tem sido o procedimento do chefe da igreja rio-grandense, indiferente aos crimes que seus comparsas vão praticando. É inútil porém, tentar encobrir o atentado do padre Bartholomeu; tudo depõe contra ele e havemos de desmascara-lo (PESAVENTO; Sandra; 2008, p. 228).

Depois de juntados todos os fatos, a defesa faz sua oratória utilizando atributos tidos como inerentes ao sacerdotismo: “humildade, de resignação e de paciência que lhe impõem o seu caráter sacerdotal obrigando-o a calar qualquer ressentimentos”, além de fazer apelo a justiça “[...] e o fará com a calma e serenidade de quem confia interamente na justiça da sua causa”. Assim o advogado Plínio Alvim começa o seu trabalho nesse caso, repleto de estereótipos de gênero.

O corpo de Clementina não vale nada. Lembremos que o advogado Plínio colocou a construção da Igreja como um espaço decente, sagrado e intacto, em todos os cômodos. Ele não nega a conduta irregular de Bartholomeu, mas admite que “é preciso notar que quando o facto se deu Clementina era considerada pelo denunciado uma creança” e que o vigário não podia imaginar que a menina era “deflorada”, dando novamente aval para as condutas erradas do religioso. Mesmo tendo uma batina, Bartholomeu ainda é homem e Clementina uma menina pobre e abusada.

O fato é que a Justiça, como uma instituição marcada pelas estruturas sociais, dá o aval e o procedimento com as arguições de Plínio, através de um discurso antiético. Assim funciona a justiça até os dias atuais, como demonstra o caso de Mariana Ferrer, estuprada e vítima da própria justiça⁹⁴. Continuando com a argumentação, a idade do denunciado é indicada como fonte de experiência, mas ao mesmo tempo, ele também é considerado como ingênuo, pois em

⁹³ Fonte: Processo Criminal número 3.619, maço 134 e estante 1. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

⁹⁴ Sobre o caso ver: <https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/> acesso em 08 de fevereiro de 2021.

sua mente santa, não haveria problemas confessar em outros espaços da Igreja, mesmo os de intimidade.

Graças a desavença entre outros dois homens, conseguimos ter acesso histórico sobre o estupro de Clementina, mas não só. A partir das teorias decoloniais foi possível compreender os indivíduos como reflexos de uma sociedade localizada dentro de um contexto histórico. Assim, o compromisso feminista com a história compreende em analisar todos os aspectos sociais que interfiram nos corpos femininos e feminizados, tendo como base a estrutura branca, masculina e heterossexual construída no nosso território a partir da invasão colonial. Nesse caso, nossos personagens históricos são brancos, vindos da Europa, num processo migratório de branqueamento e europeização, mas suas localizações sociais são bem claras. Temos um processo envolvendo muitas tramas – mais profundas do que eu consigo traduzir por aqui – entre homens de diferentes instituições de poder, como a Justiça e a Igreja, e uma menina de 12 anos que tem seu corpo, a sua experiência e a sua vida marcados por uma cultura que sexualiza e racializa corpos, tirando toda a humanidade e que, tem como base a pedofilia, o desejo sexual por crianças ou pessoas mais jovens – uma cultura do estupro, que “reduz a probabilidade de que os agressores sejam identificados, presos, condenados, punidos (GARCIA, Carla; 2018, p. 11).

Através dos depoimentos, dos deslocamentos de espaço (da nave, sacristia ao quarto), da redução de catequistas e das referências, é possível traçar evidências para pensar que todos sabiam do ocorrido, ou por escutar ou por presenciar. A justiça atua dentro de um sistema moderno-colonial de gênero, sendo utilizada como mecanismo de manutenção desse sistema de privilégios e opressões, e ela, não tinha a intenção de achar os atores da violência, ou se quer assistir a vítima; pelo contrário, a Justiça foi o grande mecanismo encontrado para proteger esses homens dos rumores sociais, dando continuidade às violências de gênero que nos assolam até os dias atuais⁹⁵.

⁹⁵ Em 19 de janeiro de 1897, o então Juiz da Comarca da 1ª Vara Dr. **Manoel André da Rocha julga** improcedente o processo.

CONCLUSÃO

Os três capítulos evidenciam histórias de mulheres que viveram no final do século XIX, na cidade de Porto Alegre, na capital do Rio Grande do Sul. Uma cidade que através de práticas políticas buscava a modernização, aos moldes europeus. A justiça poderia funcionar como uma mediação de conflitos, e até entendida assim pelas pessoas que procuravam seus direitos nas autoridades. Mas, na prática possuía uma linguagem arbitrária que desconsiderava as oratórias das mulheres, através da aceitação dos discursos de defesa dos homens. Através de uma História Feminista, posicionada e em constante transformação busquei através desses três relatos entender a sociedade da época e as questões que perpassavam a vida as mulheres, mas principalmente as origens das consequências do patriarcado no Estado, e no Brasil, atualmente.

O patriarcado corrompe e invisibiliza nossa história. A História nos últimos 6 anos vem sendo silenciada, um historicídio. Profissionais da área são assolados pelo desemprego, a precariedade e falta de oportunidades. Perdendo espaço nas redes públicas de ensino. As ações antidemocráticas que visavam o poder sobre a política brasileira potencializaram uma manipulação da história através de ícones fascistas como Olavo de Carvalho. Atualmente foi proposto um projeto de lei para homenagear Olavo de Carvalho. Reverenciado pela vereadora Comandante Nádia (PP)¹ como um líder do grande pensamento crítico, esse episódio me lembrou outro projeto de lei, homenageando o padre Bartholomeu Tiecher, pedófilo. Ao longo da escrita tentei evidenciar que o patriarcado apenas se modelou aos novos contextos políticos, mas que uma das grandes artimanhas é o silenciamento sobre a História das Mulheres:

Onde não existe precedente, não se pode imaginar alternativas às condições existentes. É essa característica da hegemonia masculina que é mais prejudicial às mulheres e lhes garante o *status* de subordinadas há milênios. A negação às mulheres de sua história reforçou a aceitação da ideologia do patriarcado e enfraqueceu a noção de valor próprio da mulher individualmente. A versão masculina da história, legitimada como a “verdade universal”, apresentou as mulheres como marginais à civilização e como vítimas do processo histórico. Ser assim apresentada e acreditar é quase pior do que ser esquecida por completo. Como sabemos agora, essa imagem é falsa, em ambas as afirmações. Mas o progresso das mulheres ao longo da história é marcado pela luta contra essa distorção incapacitante (LERNER, Gerda; 2019, p. 367).

A Justiça, assim como a política e todas as instituições criadas dentro do pensamento de mundo cisgênero-hétero moderno/colonial são instituições marcada pelo patriarcado, dando

¹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/09/rua-batizada-em-homenagem-a-olavo-de-carvalho-e-uma-vila-de-30-metros-que-nao-passa-carro-veja-mapa.ghtml>. Acessado em 22 de setembro de 2022.

aval ao silenciamento das mulheres e a não responsabilização dos homens. Observo que as mulheres buscavam nas autoridades uma mediação de seus conflitos e mesmo que não tivessem uma sentença favorável, elas posicionavam suas narrativas e construía uma base de luta pelo direito das mulheres. Luta que ainda vivenciamos.

A finalização desta tese foi especialmente dolorosa. Um misto de não conseguir encontrar as resistências dentro de tantas histórias de dor que atravessaram o corpo dessas mulheres vítimas de violências. Essas histórias atravessaram as minhas antepassadas e me formaram em diversos sentidos. Nos meses de construção desse capítulo as notícias de violências de homens contra mulheres foram noticiadas em várias mídias, como também a não efetivação das políticas públicas de proteção e amparo para as mulheres, em casos de violência sexual². As notícias, apesar de assustadoras, ainda não dão conta de uma realidade sistêmica complexa, mascarada pelo nome de “conservadorismo”, enquanto as práticas do patriarcado permanecem naturalizadas. Partes das mulheres, ainda, acham que devem se submeter aos homens, pois o sistema privilegia aquelas que possuem “protetores” – homens, e puni aquelas que buscam, de alguma forma, os seus direitos ou a liberdade.

Atravessada pelo feminismo, pela luta política de libertação das mulheres, comecei a entender que as resistências estavam na luta por reconhecimento de suas narrativas, principalmente das mulheres mães que buscavam na justiça a responsabilização dos homens pelo mal causado. Seja como for, essas mulheres sofriam os malefícios de ser mulher em uma sociedade de homens e mostram nos registros históricos uma grande ferida aberta, uma dor histórica das mulheres. Analisando os casos de estupro e defloramento é evidente a participação do judiciário na institucionalização de comportamentos hegemônicos de masculinidade, naturalizando a violência de homens contra mulheres e instituindo uma normalidade.

A cientista social Raewyn Connell³ (2018, p. 9) afirma que “algumas versões da masculinidade, têm uma posição hegemônica culturalmente central e ligada à subordinação

² A atriz Klara Castanho sofreu um estupro, seguido de uma gravidez indesejada. A opção, devido ao adiantamento da gravidez, foi a adoção. Fazendo os trâmites legais e após o parto, a atriz teve sua situação vazada de forma ilegal dentro do hospital, sendo hostilizada nacionalmente. Sua história, apesar de ter sido usada publicamente por pessoas machistas, ganhou força das mídias de mulheres que se solidarizaram com a atriz. O movimento feminista conquistou espaço para as mulheres na lei, mas precisa constantemente lutar por sua efetivação. A Lei 13.509, que altera o Estatuto da Criança de do Adolescente, garante o direito de entregar um bebê para a adoção a todas as mulheres que assim desejam de forma sigilosa e acompanhada de equipe especializada multidisciplinar. Disponível em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13509&ano=2017&ato=4e6k3ZU5EeZpWT942>
acesso: em 13 jul. 2022.

³ Trecho consta no prefácio do livro de Mara Viveros Vigoya (2018).

social das mulheres”⁴, assim esses homens que passam pelas linhas dessa tese se aproximam de uma versão de masculinidade branca que impõe a mulher a maternidade, criminaliza e estigmatiza toda a ação que não corresponde ao ideal que se instituía na época. Sempre associada a um homem, seja seu pai ou marido, a mulher que não possuía a proteção masculina corria mais riscos de não ter suas narrativas reconhecidas, inclusive pela própria Justiça.

Esses homens, em cargos de poder, puniam as mulheres que se atreviam a se enxergar enquanto sujeitas de direito, principalmente as mães que denunciavam o defloramento das suas filhas. Mulheres que resistiam e que reivindicavam não só uma providência sobre os atos dos homens, mas um controle sobre as narrativas. Como um modo de respeitar as memórias dessas mulheres que sofreram as dores da violência, minhas ancestrais que foram moradoras da cidade de Porto Alegre, busco, no mínimo, honrar suas histórias. Mesmo elas não se autodescrevendo enquanto feministas, eu compreendo as ações dessas mães que denunciavam o defloramento de suas filhas como uma busca de autonomia.

Como punição, o judiciário se manifestava contra essas mulheres, questionando, anulando e não dando espaço para as suas narrativas. Na busca por diálogo, elas ousavam ser escutadas, se aproximando aos ideais do movimento feminista. Se elas não se consideravam feministas, ao menos criaram netas e filhas feministas, que com os anos conquistaram o direito de estar aqui, escrevendo suas histórias, por exemplo, como eu. Dentro de um sistema que destrói e violenta mulheres, elas são as bases das conquistas históricas de hoje. Mulheres que por suas dores formavam práticas feministas de luta e resistência.

⁴ Não se esquecendo de mencionar os entrelaçamentos de poder, as interseccionalidades que atravessam o sistema e as pessoas.

FONTES

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

Processo número 3.625, maço 135, estante 1.

Processo número 3.619, maço 134, estante 1.

Processo Criminal número 27, maço 1 e estante 29.

REFERÊNCIAS

- ALMALEH, Priscilla. *Ser Mulher: Cotidianos, representações e Interseccionalidades da Mulher Popular (Porto Alegre 1889 – 1900)*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: Unisinos; 2018.
- ALMALEH, Priscilla. Um corpo marcado: ancestralidade e reflexões sobre sexualidade de uma mulher (mãe) cientista. In: Ana Carolina Coelho; Camilla A. S. Cidade; Vanessa C. Cardoso. *Maternidades Plurais: os diferentes relatos, aventuras e oceanos das mães cientistas na pandemia*. Rio de Janeiro: Editora Bindi, 2020.
- ALMALEH, Priscilla. Uma forma de escolha e renúncia: prostituição. *Revista Hominum*, vol. 7, edição 20, 2021.
- ALMALEH, Priscilla; OLIVEIRA, Daniela Garces de. No centro: corpo e maternidade. LUCAS, Carlos Henrique de Lucas; SANTOS, Terezinha Oliviera (Org.). *Temas contemporâneos em ciências humanas e sociais*. Curitiba: CRV, 2021.
- ALMALEH, Priscilla; STAUDT, Paulo Moreira. “Lava e engoma para fora e recebe homens. *Revista História em Reflexão*, Vol. 15, N. 30, jul. a dez. de 2021.
- ALVAREZ, Marcos; SALLA, Fernando; SOUZA, Luís Fernando. A sociedade e a Lei: o Código Penal de 1890 e as novas tendências penais na primeira República. In: *Justiça e História*, v. 3, n. 6. Porto Alegre: 2003.
- AREND, Silvia Maria Fávero. *Amasiar ou casar? A família popular no final do século XIX*. Ed. Universidade/UFRGS, Porto Alegre, 2001.
- BÃ, Amadou Hampatê. A Tradição Viva (Capítulo 8). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África* / editado por Joseph Ki-Zerbo. 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010.
- BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.
- BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. América Latina e o Giro Decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.
- BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismos Subalternos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 25(3): 530, setembro-dezembro/2017.
- BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

- BASTOS, P. M. B. . A percepção do aborto ao longo da história e a construção do seu conceito nos dias atuais. *Unitas: Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões* , v. 5, p. 53-68, 2017.
- BATAILLE, George. *O erotismo*, Porto Alegre, L&PM, 1989.
- BEDIA, Rosa Cobo. “Aproximaciones a la teoría crítica feminista”. *Boletín del Programa de Formación*, Lima, CLADEM, n. 1, 2014.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.
- BITTENCOURT, Dóris Maria Machado de. *Casa, alcova e mulher*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.
- BRASIL. Código Penal de 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm Acesso em 03 de novembro de 2021.
- BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Discursos, Infância e Escolarização: caminhos que se cruzam. In: SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. (org.) *Cultura, Poder e Educação: um debate sobre Estudos Culturais em Educação*. Canoas, Editora Ulbra, 2005.
- BUTLER, KIM & DOMINGUES, Petrônio. *Diásporas imaginadas: Atlântico Negro e histórias afro-brasileiras*. São Paulo, Perspectiva, 2020.
- CABNAL, Lorena. *Feminismos Diversos: El Feminismo Comunitário*. ACSUR-Las Segovias, 2010.
- CALLAI, Helena. O estudo do lugar como possibilidade de construção da identidade e pertencimento. *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Universidade de Coimbra: Coimbra, Portugal; 2004.
- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado em Educação) – São Paulo, Universidade de São Paulo, 2005.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos avançados*. 17 (49), 2003.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento Feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- CARVALHO, Marina. Mulher negra na arena pornô-erótica do pós-abolição carioca: embates entre o feminino gentrificado do rio nu e o feminino vivificante de Gilka Machado. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas*. Volume 6, número 2, out./dez. 2019.
- CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.
- CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.
- CORRÊA, Marcelo Armellini. Dom Bartolomeu Tiecher: o primeiro pároco dos imigrantes italianos. Anais do IV Encontro Nacional do GT História das religiões e das religiosidades – ANPUH – Memória e Narrativas nas Religiões e nas Religiosidades. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá (PR). V. V, n.15, jan de 2013.
- CORRÊA, Mariza. *Morte em Família*. Representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

- CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Paineis 1 – Cruzamento: *raça e gênero*, p. 7-16, 2002.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo. Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.
- CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. pp. 121-138.
- CURIEL, Ochy. Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial. In: AZKUE, Irantzu Mendia et. al. *Otras formas de (re)conocer*. Universidad del País Vasco, 2014.
- D'AVILA, Manuela (Org.). *Sempre foi dobre nós: relatos da violência política de gênero*. Porto Alegre: Instituto e se fosse você, 2021.
- DAMASCENO, Karina. *Para serem donas de si: mulheres negras lutando em família (feira de Santana, Bahia, 1871-1888)*. (Tese de doutorado). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2019.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DINIZ, Debora. Aborto e contracepção: três gerações de mulheres. In: Joana Maria Pedro; Carla Bassanezi Pinsky. (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. 1ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012, v. , p. 313-332.
- DIOTTO, Nariel; SOUTO, Raquel Buzatti. Aspectos históricos e legais sobre a cultura do estupro no Brasil. XII *Seminário internacional: demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea & IX Mostra Internacional de trabalhos científico*; 2016.
- ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: O saber médico e prostituição no Rio de Janeiro*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro de Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- ETCHEVERRIA, Marcelo. *Rua da Praia ou Rua da Morte? A pena de morte e a sua representação na Porto Alegre do século XIX (1818-1857)*. Dissertação (Mestrado em História) - Porto Alegre, UFRGS, 2000.
- EVANGELISTA, Marcela Boni. *O aborto na vida: experiências femininas*. São Paulo: Ponto-com, 2021.
- FAGUNDES, Marluce Dias. *Honra, moral e violência nos "anos dourados" : discursos jurídicos em crimes sexuais – Porto Alegre (1948-1964)*. 2018. 163 f. Orientadora: Natalia Pietra Méndez. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS, 2018.
- FANON, Frantz. *Peles negras, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008 [1952].
- FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

- FAUSTO, Bóris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1890 – 194)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1996.
- FERLA, Luis Antonio Coelho. *Feios, sujos e malvados sob medida. Do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945)*. Tese (Doutorado em história) - Programa de Pós-graduação em História Econômica / Universidade de São Paulo, 2005.
- FIGUERÓ, Raquel Braun Figueró. *O médico, a raça e o crime*. A apropriação das teorias raciais pelo médico porto-alegrense Sebastião Leão, no final do século XIX. Tese (Doutorado em história) – Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- GALEOTTI, Giulis. *História do aborto*. Imprensa: Lisboa, 2007.
- GARCIA, Carla. *Uma breve história do feminismo*. São Paulo, Brasil: Claridade, 2018.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed 34; Rio de Janeiro: Universidade de Candido Mendes, Centro de estudos Afro-asiáticos, 2001.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de Amefricanidade. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento Feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- HERMAN, Dianne F. The rape culture: In: FREEMAN, Jo. (Ed). *Women: a feminist perspective*. 3ed. CA: Mayfield, 1984.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.
- INTEBI, Irene. *Abuso infantil: em las mejores famílias*. Buenos Aires: Granica, 2011.
- KERGOAT, Danièle. O cuidado e as imbricações das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva ; HIRATA, Helena ; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 17-26.
- KIMMEL, Michael. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes antropológicos*, n.9, p.103-117. Porto Alegre, 1998.
- KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, RJ, 2008.
- LERNER, GERDA. *La creación del patriarcado*. Barcelona: Editorial Katakarak, 2017.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Editora vozes, 2014.
- LOWENKRON, Laura. Abuso sexual infantil, exploração sexual de crianças, pedofilia: diferentes nomes, diferentes problemas? *Revista Latinoamericana*, n.5, 2010.

- LUGONES, María. Colonialidade e Gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. pp. 53-83.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 357-378.
- MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, Mônica Raisa. *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo editorial; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.
- MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão – trabalho, luta, resistência nas lavouras paulistas, 1830 - 1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MAGALHÃES, Juliana de Paiva. *Trajetórias e resistências de mulheres sob o colonialismo português (Sul de Moçambique, XX)*, 2016.
- MARCELLO, Fabiana de Amorim. Sobre os modos de produzir sujeitos e práticas na cultura: o conceito de dispositivo em questão. *Currículo sem Fronteiras*, v. 9, p. 226-241, 2009.
- MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- MARTINY, Carina. “O Chefe Político dos mais Avançados Republicanos”: Júlio de Castilhos e o processo de construção da república (1882-1903). [Tese de doutorado]. Porto Alegre, PPGH / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.
- MAUCH, Cláudia. *Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929*. Porto Alegre, PPGH/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
- MAUCH, Cláudia. O processo crime para além dos crimes. In: XI Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. *Anais: produzindo História a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2013. p. 17-31.
- MAUCH, Cláudia. *Ordem Pública e Moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004.
- MELO e SOUZA, Laura. de. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- MEZAN, Leila. *Honradas e devotas; Mulheres da colônia: estudos sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do Sudeste*. São Paulo, 1992. Tese (Doutoramento) - Universidade de São Paulo, 1992.
- MORAES, Marcelo José Derzi. A filosofia ubuntu e o quilombo: a ancestralidade como questão filosófica. *Revista África e Africanidades – Ano XII – n. 32*, nov. 2019.
- MORAES, Marcelo. Filosofia ubuntu e o quilombo: a ancestralidade como questão filosófica. *Revista África e Africanidades – Ano XII – n. 32*, nov. 2019.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e a rapina: Os cenários sociais da criminalidade popular (Porto Alegre - século XIX)*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.
- MOTTA, Flávia de Mattos. Sonoro silêncio: por uma história etnográfica do aborto. *Estudos Feministas*. Florianópolis 16 (2), maio-agosto, 2008.

- NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra e o amor. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.
- OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Visualizing the Body: Western Theories and African Subjects in: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *The invention of women: making an African sense of western gender discourses*. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 1-30, 1997.
- OYERONKÉ, Oyèrónké. La invención de las mujeres. Uma perspectiva africana sobre los discursos occidentales del gênero. Bogotá: Editorial em la Frantera, 2017, p. 16-21.
- PAREDES CARVAJAL, Julieta. *Hilando fino desde el feminismo comunitario, Comunidad Mujeres Creando*. Deutscher Entwicklungsdienst, La Paz, 2010.
- PEDRO, Joana Maria. Um diálogo sobre mulheres e história - Michelle Perrot: a grande mestra da História das Mulheres. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 11 (2); 360, julho-dezembro, 2003.
- PEREIRA, Cristiana Schettini. *Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Tese (Doutorado em História) - Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2002
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PESAVENTO, Sandra. *A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa*. Porto Alegre: Editora da universidade/UFRGS: FAPERGS, 1989.
- PESAVENTO, Sandra. Cortiços. In: TOPOLOV, Christian; BRESCIANI, Stella, LILLE, Laurent Caudroy; D'ARC, Héléne Riviere. *A aventura das palavras da cidade através dos tempos, das línguas e das sociedades*. Editora Romano Guerra. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B1tQ2XAFclGdWkJ4cGpUQzFxaFE/view> Acessado em 17 de outubro de 2017.
- PESAVENTO, Sandra. *Os pobres da cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1994.
- PESAVENTO, Sandra. *Os sete pecados da capital*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- PESAVENTO, Sandra. *Visões do cárcere*. Porto Alegre: ZOUK, 2009.
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*. V.11, n.2. jul/dez, 2008.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.
- PRIORE, Mary del. *No sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colonial*. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 1990.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of world-systems research*, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000.
- RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884 – 1918)*. 2014. (Tese de Doutorado). Unicamp, Campinas, 2014.

ROSEMBERG, André; SOUZA, Luís Antônio. Notas sobre o uso de documentos judiciais e policiais como fonte de pesquisa histórica. *Patrimônio e História*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5, n.2, p. 159-173 - dez. 2009.

SAFIOTTI, Heleieth. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *Perspectiva*, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 82-91, 1999.

SAID, Edward W. *O Orientalismo reconsiderado*. In: Reflexões sobre o exílio e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.62-78.

SAID, Edward W. *Orientalismo*. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAMARA, E. de M. *As mulheres, o poder e a família. São Paulo - século XIX*. São Paulo: Marco Zero/Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo, 1988.

SANTOS, Boaventura de Souza. Reinventando a democracia. Entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: HELLER, Agnes. et al. *A crise dos paradigmas em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

SANTOS, Bruna Leticia de Oliveira dos. “*Os brancos não falam a verdade contra mim. Porque ele é homem e não havia de passar o trabalho que as fêmeas passam*”: Maria Rita e a interseccionalidade na experiência de mulheres escravizadas (Comarca de Rio Pardo, século XIX). (Dissertação de Mestrado). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2020.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos CES* (18), 2012.

SEGATO, Rita Laura. *Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda*. Tradução: Danielli Jatobá, Danú Gontijo. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SILVA, Marinete dos Santos. Reprodução, sexualidade e poder: as lutas e disputas em torno do aborto e da contracepção no Rio de Janeiro, 1890-1930. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, n.4, out.-dez. 2012, p.1241- 1254.

SILVA, Salette Maria da. Feminismo Jurídico: uma introdução. *Cadernos de gênero e diversidade*, v.4, n.1, jan-mar., 2018.

SILVA, Sarah Calvi Amaral. *Entre as malhas repressivas e o sistema de justiça*. Os significados da cor na Porto Alegre dos anos 1930 e 1940. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul / UFRGS, Porto Alegre, 2018.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento e evolução urbana: análise da evolução econômica*

SOIHET, Rachel. *Condição feminina formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. In: *Cadernos Pagu* (3) 1994, pp.29-62.

VENDRAME, Maíra; MAUCH, Cláudia; MOREIRA, Paulo R. S. (orgs.). Crime e Justiça: reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa. São Leopoldo: Editora da Unisinos; OIKOS, 2018, p. 67-99.

VENDRAME, Maria Ines. *O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil – Itália)*. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre, 2016.

VERGÈS, Fraçoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VÉSCIO, Luis Eugênio. O Crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul 1893-1928. Santa Maria/Porto Alegre: Editoraufsm/Ed. da UFRGS, 2001.

VIEIRA, Daniele Machado. Territórios negros em Porto Alegre – RS (1800 – 1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Porto Alegre, UFRGS, 2017.

VIEIRA, Miriam Steffen. *Categorias jurídicas e violência sexual: uma negociação com múltiplos atores*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

VIGOYA, Mara Viveiros. *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na nossa América*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c.1847 – tempo presente)*. 2013. 467f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2013.

WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris, 2018.